



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Faculdade de Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação

RAQUEL BATALHA DE OLIVEIRA

**OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO,
INTERCULTURALIDADE E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA: UMA ANÁLISE DA
PARTICIPAÇÃO DOS PESQUISADORES**

Rio de Janeiro

2019

RAQUEL BATALHA DE OLIVEIRA

**OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO,
INTERCULTURALIDADE E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA: UMA ANÁLISE DA
PARTICIPAÇÃO DOS PESQUISADORES**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mônica Pereira dos Santos

Examinada por:

Prof^a Dr^a Mônica Pereira dos Santos - UFRJ

Prof Dr Renato José de Oliveira - UFRJ

Prof^a Dr Allan Rocha Damasceno - UFRRJ

Prof Dr^a Celeste Azulay Kelman - UFRJ (Suplente)

Prof^a Dr^a Mylene Cristina Santiago - UFF (Suplente)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho àqueles que representam os componentes essenciais para o meu metabolismo: Marilsa, Ismael, Caio e Caique, respectivamente meu oxigênio, meu carbono, meu hidrogênio e meu nitrogênio.

AGRADECIMENTOS

*Muito obrigado é tudo que eu tenho a dizer
Cantar é meu jeito de agradecer
O calor desse afeto que eu guardo aqui dentro
Um arranjo de estrelas brilhando no peito
E quem subiu comigo pra colher nas nuvens
Um buquê de sonhos no quintal das musas
Vou celebrar nos versos dessa canção
Porque a gratidão é a memória do coração
(Leoni)*

Sou grata a muitas pessoas que, neste processo, subiram comigo para colher nuvens. Tentarei explicitar esta gratidão em algumas palavras. Iniciarei agradecendo aos companheiros do Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica – OIIIPe, sem vocês este trabalho não existiria.

Agradeço aos amigos do LaPEADE que, sem sombras de dúvidas, constituem um dos grupos mais colaborativos e comprometidos que conheci. Em especial, minha gratidão aos parceiros que desde o primeiro dia de aula até a última lágrima derramada para registro das palavras aqui constantes, estiveram ao meu lado: Allana (que chegou um pouquinho depois, mas ficou até o final) André Luiz, Angela, Carol (a parceira de todas as horas), Fernanda, Maicon, Mayara (que foi a primeira a me acolher e depois seguiu seu rumo), Monick (uma de minhas estruturas) e Regina. Vocês possuem uma enorme parcela de responsabilidade pelo caminho que percorri nesses últimos anos de estudos. Poder me embriagar com todos os conhecimentos de vida e ciência que compartilhamos foi um dos maiores ganhos que tive nesta caminhada.

E só pude ter ganhos porque ousei encarar um desafio. E quem me inspirou a enfrentar essa caminhada, coordena esse grupo tão ímpar e excepcional: Mônica Pereira dos Santos, minha orientadora. Achei que nunca fosse capaz de ingressar em uma carreira acadêmica, muito menos em uma universidade pública. E, assistindo a uma palestra dela, me encantei e achei que fosse capaz. Fui atrás dela e fui acolhida por ela. Foi um dos maiores desafios da minha vida. Evoluí intelectualmente, emocionalmente e espiritualmente. Serei grata, até o fim de minhas caminhadas, a você, Mônica, por todo o aprendizado que me possibilitou.

Estendo meus agradecimentos a todos os professores do Mestrado, mormente ao professor Renato, por aceitar fazer parte de minha banca e por ter contribuído para a obtenção de conhecimentos que me ajudaram a escrever.

Não posso deixar de dizer que minha passagem pela UFRJ foi marcada por dois encontros muito gratificantes. O primeiro foi o encontro com Solange (a Sol). Ela realmente cumpre o papel de iluminar a todos que estão a sua volta. Está sempre pronta para ajudar e resolver quaisquer percalços apresentados, principalmente por mim. Sol, obrigada por ser luz. O segundo foi um reencontro, que me trouxe lembranças de uma das melhores fases da minha vida. Reencontrei o professor Frederico. Hoje, professor da universidade. No século passado (1992), o Fred, amigo de meus pais, que fazia o melhor feijão e a mais saborosa caldeirada de Paquetá. Suas aulas me fizeram enxergar que tinha que mudar meu rumo nos estudos. Pena que só tomei essa decisão faltando seis meses para finalizar o mestrado. Mas tenho fé de que vai dar certo, afinal de contas, estou aqui agradecendo a ele.

Agradeço também ao professor Allan e à professora Celeste, queridos professores de minha turma do OEERJ, que gentilmente aceitaram a participar da Banca. Não poderia deixar de agradecer à querida professora Mylene que em todo o tempo me apoiou e incentivou e, mesmo não podendo estar como titular da banca, permitiu que eu a escolhesse como suplente.

De forma alguma posso deixar de agradecer aos amigos, parceiros, companheiros de vida que estiveram nos bastidores acompanhando e apoiando meus dias de loucura e desânimo, que não foram poucos.

Por fim que agradecer aos que são meu sustento, minha família. Amores da minha vida, sem vocês nada existiria e/ou faria sentido. Mamãe sempre nos lembra um ditado popular que diz: “Bota o pé que o universo bota o chão.” Vocês são o meu chão.

Agradeço porque a gratidão é a memória do coração (LEONI, 2015).

Obrigada também a você que está lendo este trabalho.

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenho para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

(Paulo Freire, 2000)

RESUMO

OLIVEIRA, Raquel Batalha de. **Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica: uma análise da participação dos pesquisadores.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

O Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica (OIIIPe), é uma rede de 25 (vinte e cinco) Instituições de Ensino Superior nacionais e internacionais, que busca promover a participação e a diversidade em educação a partir das dimensões culturais, políticas e práticas (BOOTH; AINSCOW, 2011) da vida humana e social, com o intuito de minimizar os processos de exclusão verificados em projetos e diretrizes de instituições e sistemas educacionais. Este trabalho realiza uma investigação sobre a participação dos pesquisadores, no intuito de verificar se a rede construída tem sido efetivamente colaborativa, contribuindo para o desenvolvimento de posturas mais inclusivas, interculturais e inovadoras pedagogicamente. Através da Perspectiva Omnilética, analisaremos a efetiva participação de pesquisadores no OIIIPe, verificando aspectos dialéticos e complexos, acrescentando concepções e intenções que ocorrem nas dimensões culturais, políticas e práticas (SANTOS, 2013). Para tanto, serão verificadas como as ações/atividades propostas pelo Observatório têm sido executadas e como os pesquisadores têm participado da pesquisa, ao longo dos três anos de desenvolvimento da pesquisa (2016, 2017 e 2018). Como resultado, identificamos que o envolvimento dos pesquisadores é o que define se a instituição contribui ou não para o fortalecimento da rede. A participação é fator *si ne qua non* na construção de uma rede colaborativa.

Palavras-Chave: Rede Colaborativa; Ensino Superior; Participação; Perspectiva Omnilética; Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica

ABSTRACT

OLIVEIRA, Raquel Batalha de. **International Observatory of Inclusion, Interculturality and Pedagogical Innovation: an analysis of the researchers' participation.**2019. Dissertation (Master Degree in Education) – Faculty of Education of the Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

The International Observatory for Inclusion, Interculturality and Pedagogical Innovation (OIIIPe) is a network of 25 (twenty-five) national and international higher education institutions, which seeks to promote participation and diversity in education from the cultural, political and (BOOTH, AINSCOW, 2011) of human and social life, with the purpose of minimizing the processes of exclusion verified in projects and guidelines of institutions and educational systems. This work carries out an investigation about the participation of the researchers, in order to verify if the built network has been effectively collaborative, contributing to the development of more inclusive, intercultural and pedagogically innovative positions. Through the Omnilectic Perspective, we will analyze the effective participation of researchers in OIIIP, verifying dialectic and complex aspects, adding conceptions and intentions that occur in the cultural, political and practical dimensions (SANTOS, 2013). In order to do so, it will be verified how the actions / activities proposed by the Observatory have been executed and how the researchers have participated in the research during the three years of research (2016, 2017 and 2018). As a result, we have identified that the involvement of researchers is what defines whether or not the institution contributes to the strengthening of the network. Participation is a necessary factor in building a collaborative network.

Key words: Collaborative Network; Higher Education; Participation; Omnilectical Perspective; Inclusion, Interculturality and Pedagogical Innovation

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Resultado do levantamento bibliográfico	21
Tabela 2 Resultado do levantamento bibliográfico	23
Tabela 3 Resultado do levantamento bibliográfico	24
Tabela 4 Resultado do levantamento bibliográfico	25
Tabela 5 Grau de participação nas reuniões por Região e País	69
Tabela 6 Escala de participação na aplicação dos questionários por Região/País.....	72
Tabela 7 Participação dos pesquisadores Região/País	74
Tabela 8 Perfil dos participantes do OIIIIPe (respondentes).....	75
Tabela 9 Escolaridade.....	75
Tabela 10 Participação de orientandos.....	75
Tabela 11 Participação nas ações do OIIIIPe	76
Tabela 12 Participação nas produções científicas.....	76
Tabela 13 Participação nas produções científicas.....	77
Tabela 14 Escala de participação nas publicações por Região/País.....	78
Tabela 15 Instituições que participaram de.....	86
Tabela 16 : Instituições que participaram do.....	88
Tabela 17 Instituições que participaram de.....	89
Tabela 18 Objetivos Específicos de cada instituição	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CORIN - Coordenação de Relações Institucionais e Articulações com a Sociedade
- DRI - Diretoria de Relações Internacionais da UFRJ
- FMP - Faculdade Municipal de Palhoça
- GRIInE - Grupo Internacional de Inclusão em Educação
- IES - Instituição de Ensino Superior
- IFAP - Instituto Federal do Amapá
- IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
- IFC - Instituto Federal Catarinense
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LaPEADE – Laboratório de Pesquisas, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação
- NOVA - Universidade Nova de Lisboa
- NUGINE – Núcleo de Estudos sobre Gestão e Inclusão em Educação
- OEERJ - Observatório de Educação Especial do Rio de Janeiro
- OIIIIPe - Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica
- ONEESP - Observatório Nacional de Educação Especial
- PcD - pessoas com deficiência
- PNE - Plano Nacional de Educação
- PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
- PPGE – Programa de Pós-graduação em Educação
- PR3 – Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças
- RIAEE - Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação
- SciELO – Scientific Electronic Library Online
- TCLE - Termos de Consentimento e Livre Esclarecimento –
- UCM - Universidade Católica de Maule
- UCO - Universidade de Córdoba
- UEAP - Universidade Estadual do Amapá

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UESPI - Universidade Estadual do Piauí
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFGD - Universidade Federal de Grandes Dourados
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFPI- Universidade Federal do Piauí
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP - Universidade Estadual de São Paulo
UNI-CV - Universidade de Cabo Verde
UNIFAP- Universidade Federal do Amapá
UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá
UNR - Universidade Nacional de Rosário
UPN - Universidade Pedagógica Nacional
UVA - Universidade do Vale do Acaraú

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
JUSTIFICATIVA	19
OBJETIVOS	27
OBJETIVO GERAL:	27
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	27
CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO.....	28
A PERSPECTIVA OMNILÉTICA	28
O OIIIIPE COMO REDE COLABORATIVA.....	38
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA	53
O CAMPO DA PESQUISA	53
OS SUJEITOS.....	53
O ESTUDO DE CASO.....	53
A TÉCNICA DE OBSERVAÇÃO DOS PARTICIPANTES	55
OS INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS.....	56
ANÁLISE DE DADOS	57
CAPÍTULO 3: O OBSERVATÓRIO DE INCLUSÃO, INTERCULTURALIDADE E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA (OIIIIPE): UMA REDE COLABORATIVA EM AÇÃO.....	59
REVISITANDO A HISTÓRIA DE CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO OIIIIPE.....	59
CARACTERIZAÇÃO DAS IES E SUAS ATUAÇÕES.....	69
a) Encontros do OIIIIPE.....	69
b) Atuação em relação ao questionário dos gestores.....	72
c) Atuação em relação ao questionário dos pesquisadores	74
d) Publicações.....	78
REFERENCIAIS TEÓRICO METODOLÓGICOS ADOTADOS PELO OIIIIPE.....	81
ESTRUTURA DE PLANEJAMENTO E ENCONTROS COLETIVOS	83
OBJETIVOS E METAS ESTABELECIDOS	90
OBJETIVOS E METAS ALCANÇADAS.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS	101

ANEXOS	104
ANEXO A - QUESTIONÁRIO GESTORES	104
ANEXO B - QUESTIONÁRIO PESQUISADORES.....	106

INTRODUÇÃO

A inclusão na Educação Superior tem se apresentado como tema emergente e ainda pouco explorado, pois todos os esforços para a construção de políticas inclusivas na educação do país eram voltados para a Educação Básica até bem pouco tempo. Ao passo em que essa temática foi deixando de ser setorizada, os princípios pautados numa proposta de reconhecimento da diferença aparecem como estratégia de enfrentamento. A inclusão começou a ser pensada não somente para pessoas com deficiência, mas também para grupos subalternizados e/ou subordinados. Reconhecer as diferenças passa a ser estratégia para a busca de uma maior igualdade, fortalecendo a construção das políticas afirmativas para o Ensino Superior.

Inclusão em educação tem forte relação com a compreensão e a identificação da exclusão. Observamos que para conseguirmos avaliar quais as possíveis ações pertinentes à inclusão, precisamos entender o que se passa na exclusão. Essa aproximação com o excluído, para que ocorra o entendimento do que é necessário para sua inclusão, é essencial no processo educacional. E as instituições de ensino superior apresentam essa dificuldade relacional, pois por um longo período não era imaginável e nem mesmo desejável o acesso dos excluídos ao “reino da Academia”.

Historicamente, a luta pela inclusão ganha força, mundialmente, em 1990 com a Declaração Mundial de Educação para Todos, na qual a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), fez constar que era preciso tomar medidas que garantissem a igualdade de acesso à Educação. Este foi um dos documentos que nortearam a militância de grupos e movimentos sociais que levantam a bandeira da inclusão, estimulando a criação de pesquisas e Observatórios voltados para o acompanhamento das ações e políticas para a inclusão nas unidades de educação de todo o Brasil.

O Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP), configura-se como uma destas iniciativas em tempos atuais. Seu foco é a produção de estudos integrados sobre políticas e práticas direcionadas para a questão da inclusão escolar da pessoa com deficiência na realidade brasileira.

Foi através do ONEESP que iniciei meu interesse em desenvolver uma investigação sobre as ações efetivas em relação à inclusão em educação. Em 2014, participei do VI Congresso Brasileiro de Educação Especial e IX Encontro Nacional dos Pesquisadores em Educação Especial, promovido pela Universidade Federal de São Carlos e Associação

Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Neste evento, realizei meu primeiro contato com a fundadora e coordenadora do LAPEADE – Laboratório de Pesquisa, Estudo e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, a Prof. Dra. Mônica Pereira dos Santos. A coordenadora apresentou o trabalho realizado em 2014 pelo LAPEADE com alguns municípios do Rio de Janeiro a partir do projeto intitulado *A Formação de Professores para a Inclusão do Público Alvo da Educação Especial: Refletindo, planejando e agindo*, projeto este desenvolvido pelo Observatório de Educação Especial do Rio de Janeiro – OEERJ, que é desdobramento do ONEESP.

Nesta época, participava de um trabalho voltado para o desenvolvimento dos alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou com deficiência da rede municipal de Queimados/RJ. Então, como representante da equipe multidisciplinar que realizava este trabalho, entrei em contato com a coordenação do LAPEADE na busca de parceria para a realização da formação para os professores do município.

No ano de 2015, o OEERJ realizou uma nova edição do projeto anteriormente citado, tendo como material base o Index para Inclusão, com a participação de professores da educação regular e Educação Especial de cinco municípios do Rio de Janeiro: Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, Rio de Janeiro e a parceria nos permitiu incluir Queimados. Nosso município foi representado por 13 (treze) professores que, de maneira assídua e dedicada, compreenderam a relevância da formação em questão, ao ponto de elaborarem e executarem um desdobramento da mesma com os professores da rede de educação municipal queimadense. Este foi um fator que serviu para efetivar e fortalecer minha participação no LAPEADE.

O disparador para minha motivação em debruçar-me em estudos sobre o tema inclusão, com foco no grupo das pessoas com deficiência, partiu desse encontro. Em minha atuação profissional, como professora da rede municipal de Queimados, no Rio de Janeiro, tendo trabalhado durante 12 (doze) anos com inclusão de pessoas com deficiência (PcD) e sendo hoje parte da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação do mesmo município, venho constatando diversos entraves no que diz respeito ao processo de inclusão em geral, e em educação. Verifico desde barreiras atitudinais até conceitos de inclusão meramente associados às pessoas com deficiência. Isso se reflete fora do espaço escolar, pois a sociedade persiste em não valorizar as diferenças, perpetuando os modelos homogeneizantes de ensino. A própria questão das leis torna-se problemática, pois elas nos apresentam uma igualdade legal, ou seja, nas leis são eficazes, mas na prática ainda verificamos, por exemplo,

mulheres que recebem menos que homens na mesma função laboral. Isso demonstra que não basta perante a lei sermos iguais. São as atitudes, as práticas, que fazem a diferença.

O LAPEADE apresentou a mim uma proposta de ressignificação dos conceitos de inclusão. O laboratório desenvolve o conceito de Inclusão em Educação a partir de um olhar omnilético, o qual considera o processo dialético e complexo, de três dimensões em que a vida humana se estrutura: as dimensões culturais, políticas e práticas (SANTOS, 2013). Nesse sentido, estudar o processo de inclusão em educação é buscar compreender todas essas dimensões bem como os papéis dos sujeitos envolvidos.

Visualizar Inclusão em Educação dessa forma mais ampla, me incentivou a participar dos encontros do laboratório. Uma das pesquisas desenvolvidas pelo LAPEADE é o Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica - OIIIPe, que traz uma possibilidade de investigar experiências voltadas para a formação de professores, realizando um trabalho de forma diversa e colaborativa. Este Observatório, além de constituir-se num projeto de pesquisa, também se apresenta como um projeto de autoformação de quem dele participa.

O OIIIPe constitui-se, atualmente, em um desdobramento de uma das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo LaPEADE desde 2003, buscando promover a participação e a diversidade em educação a partir das dimensões culturais, políticas e práticas (BOOTH; AINSCOW, 2011) da vida humana e social, com o intuito de minimizar os processos de exclusão verificados em projetos e diretrizes de instituições e sistemas educacionais nacionais e internacionais.

Em 2005, o Laboratório realizou o primeiro seminário internacional organizado e produzido pelo grupo de pesquisa, intitulado “Seminário Internacional de Inclusão em Educação: Universidade e Participação”, o qual foi responsável pelo estreitamento dos laços entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros e, conseqüentemente, deu início à primeira pesquisa internacional, chamada de “Culturas, Políticas e Práticas de Inclusão em Universidades: um foco na formação inicial de professores” (2007-2010). Inicialmente, a pesquisa contava com a participação de Brasil, Cabo Verde e Espanha (Córdoba e Sevilha), sendo iniciada em 2007, tendo duração de três anos, sendo finalizada no ano de 2010. Ao longo desse período, foram realizados estudos no tocante à concepção de estudantes do ensino superior acerca de inclusão/exclusão em sua formação, bem como análise dos documentos oficiais das universidades participantes da pesquisa. De igual modo, foi elaborado e analisado um questionário aplicado a estudantes do curso de Licenciatura das instituições, totalizando-se 12% de respondentes das Faculdades de Educação das universidades. A pesquisa

internacional gerou desdobramentos importantes na área da educação, mais especificamente na área de inclusão/exclusão em educação.

Como resultado, foram produzidos artigos científicos e realizado o Seminário Internacional de Inclusão em Educação: Universidade e Participação II, em 2010, o qual propiciou o compartilhamento e a difusão de questões inerentes à pesquisa em educação, além de ter agregado novos pesquisadores e reafirmado os compromissos dos que até então estavam envolvidos com o projeto. Com os dados oriundos dos questionários e as questões que não puderam ser respondidas durante o tempo de investigação, os pesquisadores decidiram dar prosseguimento à pesquisa, o que resultou no projeto “Culturas, Políticas e Práticas de Inclusão em Educação Superior: as vozes dos formadores de professores” (2010-2013), tendo como foco as percepções dos formadores de professores sobre os processos de inclusão e exclusão presentes nas universidades em que atuavam. Além das instituições de ensino superior que já integravam a pesquisa, houve adesão da equipe de Portugal, fator que contribuiu para que fosse atingida uma amostra de 221 professores participantes.

Em 2013, o LaPEADE realizou a terceira edição do seminário internacional, intitulado “Seminário Internacional de Inclusão em Educação: Universidade e Participação III”, em que foram apresentadas as novas frentes de pesquisas científicas e extensões do Laboratório e demais instituições de ensino superior brasileiras e estrangeiras. Tendo em vista que o seminário internacional é, fundamentalmente, fruto dos estudos e discussões levantadas ao longo dos anos de pesquisa, a cada edição se tornavam evidentes a importância e a necessidade de dar continuidade aos estudos sobre inclusão/exclusão no ensino superior, nos contextos nacionais e internacionais.

Em face do exposto, em 2015, com a articulação de novos horizontes de pesquisa e novos pesquisadores, a pesquisa internacional, em parceria com instituições públicas de educação e secretarias municipais e estaduais de educação, passou a se chamar Grupo Internacional de Inclusão em Educação (GRIInE), cujo objetivo era construir uma rede nacional e internacional de investigação-ação e de formação continuada sobre a temática de inclusão em educação, utilizando o Index para a Inclusão (BOOTH; AINSCOW, 2011). O referido projeto de pesquisa, no entanto, adquiriu ampla proporção, tendo sido transformado, posteriormente, em duas frentes de pesquisa distintas, mas complementares: o Núcleo de Estudos sobre Gestão e Inclusão em Educação (NUGINE) e o Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica (OIIIIPe), do qual iremos tratar neste estudo.

Em 2016, o OIIIPe foi criado, tendo como sua principal pesquisa a *Formação de educadores: inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica em contextos internacionais de ensino superior*. Esta pesquisa realiza investigação de contradições e perspectivas emergentes em propostas e experiências de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica desenvolvidas no processo de formação de educadores em instituições de ensino superior nacionais e internacionais, por meio de variadas metodologias e de subprojetos de pesquisa que são desenvolvidos colaborativamente por seus participantes. No primeiro ano de trabalho o Observatório chegou a ter cerca de 100 pesquisadores de 23 instituições participantes, brasileiras e estrangeiras, a saber: Faculdade Municipal de Palhoça (FMP), Instituto Federal Catarinense (IFC), Universidade Católica de Maule (UCM-Chile), Universidade de Córdoba (UCO-Espanha), Universidades Federal e Estadual do Piauí (UFPI-UESPI), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Grandes Dourados (UFGD), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidades Federal de Ouro Preto e de Minas Gerais (UFOP-UFMG), Universidades Federal e Estadual do Rio de Janeiro (UFRJ-UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Estadual de São Paulo (Unesp-Bauru), Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), Universidades Federal e Estadual do Amapá (UNIFAP-UEAP), Instituto Federal do Amapá (IFAP), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Universidade Pedagógica Nacional (UPN-México) e Universidade do Vale do Acaraú (UVA).

Atualmente, 2019, o OIIIPe conta um total de 25 universidades, com representação de instituições de ensino superior no exterior: na África (Universidade de Cabo Verde), na Europa (Universidade de Córdoba e Universidade Nova Lisboa), na América do Norte (Universidade Pedagógica Nacional) e na América do Sul (Universidade Católica de Maule e Universidade Nacional do Rosário). No Brasil as instituições que compõem o Observatório são: Universidade Federal do Ceará, Instituto Federal da Bahia, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Universidade Estadual do Piauí, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – Campus Bauru, Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal de Manaus, Universidade Federal de Grande Dourados, Universidade Federal do Amapá, Universidade Estadual do Amapá, Instituto Federal Catarinense, Universidade Federal de Itajubá, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Se, a princípio, a pesquisa internacional contava com a participação de um número restrito de pesquisadores, hoje, em virtude da criação do Observatório Internacional, vem se

constituindo em uma rede de colaboração complexa que, embora tenha mantido o foco na formação de educadores, incluiu, em seu bojo, não só a perspectiva da inclusão (BOOTH; AINSCOW, 2011; SANTOS, 2013, 2016), mas também da interculturalidade (FLEURI, 2001) e da inovação pedagógica (CUNHA, 2010; CÂNDIDO; SILVEIRA, 2013), que têm se mostrado em categorias complementares importantes na discussão sobre inclusão em educação. Além disso, o Observatório trabalha com diversas metodologias e subprojetos de pesquisa, respeitando-se as demandas regionais de cada Instituição de Ensino Superior (IES) participante.

Em meio a esse contexto e, entendendo que um dos grandes desafios para a transformação da educação é a formação de professores, ingressei no OIIIIPe em 2016, com o intuito de verificar como esse processo investigativo ocorria. Em 2017, decidi participar do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para o curso de Mestrado, na linha de Inclusão, Ética e Interculturalidade e tive a felicidade de ser aprovada.

Ciente de que o tema de políticas de inclusão começou a ganhar força dentro das universidades, sendo um ponto muito debatido nos cursos de formação para educadores, resolvi enveredar-me pela temática. Existem, inclusive, universidades que aplicam o tema como disciplina. Porém, acredito que ainda não foi explorada, em larga escala, a construção de políticas de inclusão nas práticas universitárias brasileiras.

Assim, o projeto de pesquisa que submeti à seleção de mestrado estava diretamente vinculado ao projeto já mencionado, o OIIIIPe. A ideia que me surgiu era voltada para o levantamento histórico e de atividades desenvolvidas pelo Observatório, no intuito de avaliar o desenvolvimento de ações dos pesquisadores que se propõem a verificar as possíveis experiências, contradições e/ou perspectivas emergentes no que tange às políticas de inclusão e à participação efetiva de cada universidade para o alcance dos objetivos do Observatório.

Minha motivação não se dá apenas pelas questões pessoais às quais me referi. Desenvolverei o tema considerando que posso contribuir significativamente para a discussão sobre políticas de inclusão no ensino superior, a partir da análise sobre a atuação de pesquisadores que propõem a investigação de ações inclusivas. Tal consideração foi constatada através do levantamento de referencial teórico que vem demonstrando uma limitada produção científica acerca do tema desenvolvido, como apontaremos a seguir na justificativa desta dissertação.

JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, tem-se constatado que as exclusões no ensino superior, acarretadas, muitas vezes, por práticas colonialistas, acontecem de variadas maneiras (veladas ou não), entre diferentes atores (discentes, docentes, gestão), desencadeando tensões que podem se converter em barreiras à participação e, conseqüentemente, ao desenvolvimento de culturas, políticas e práticas inclusivas (BOOTH; AINSCOW, 2011), interculturais e pedagogicamente inovadoras. Tais fenômenos vêm sendo observados por Santos et al. (2007) em seus estudos referentes à exclusão/inclusão no ensino superior nos contextos nacionais e internacionais, a partir dos quais verificou a existência dos fenômenos de exclusão, em diferentes níveis, na percepção e sentimento de alunos e professores.

De acordo com Santos (2016), inclusão não se restringe ao pensar e refletir sobre o grupo de excluídos, mas sobre a causa de sua exclusão. Nesse sentido, “exclusão é sempre causada pelo modo como nós, sociedade, lidamos com as características de cada sujeito, e também como a sociedade se estrutura em termos sociais, políticos e econômicos” (SANTOS, 2016, p. 28). No contexto do Observatório, é preciso considerar, portanto, a categoria de descolonialidade como premissa basilar para as perspectivas de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica, uma vez que “as características de qualquer sujeito (cor, cultura, orientação sexual, gênero, religião, entre outras), em termos éticos e de direitos humanos, não podem ser utilizadas como justificativa para sua exclusão” (SANTOS, 2016, p. 28).

A perspectiva intercultural, por sua vez, caracteriza-se pela diversidade de culturas em um mesmo espaço, onde se podem identificar as tensões e semelhanças, numa relação de respeito e valorização dos processos históricos e culturais existentes.

Considerando-se que é preciso articular teoria e prática e que os educadores são atores-chave no desenvolvimento de culturas, políticas e práticas de inclusão (e exclusão) e interculturalidade, faz-se imprescindível evidenciar os saberes-fazeres que fomentam a descolonização das diferenças culturais nos distintos contextos educacionais de nível superior. Em virtude disso, as práticas educativas devem ser inovadoras, “compreendidas como aquelas que rompem com o paradigma da racionalidade técnica, baseada, entre outros aspectos, em lógica disciplinar e na pura transmissão de conhecimentos científicos”. (OIIIPe, 2016, pág.4)

Tais inovações ocorrem a partir de um posicionamento crítico, explícito ou não, ou, ainda, de uma ruptura paradigmática ou uma descontinuidade, ante as práticas pedagógicas tradicionais prevalentes nas culturas dos contextos de ensino (CÂNDIDO; SILVEIRA, 2013,

p. 4). Nesse sentido, inovação pedagógica está relacionada aos contextos que não são habituais no que concerne à aprendizagem, ou seja, mudanças que ocorrem em práticas pedagógicas conservadoras. Em outras palavras, refere-se a práticas formativas inovadoras que pressuponham a inovação curricular – no sentido de reconhecer e respeitar as diferenças, o desenvolvimento de posturas investigativas, uma ruptura paradigmática – que vise “o reconhecimento de outras formas de produção de saberes, incorporando a dimensão sócio-histórica do conhecimento” (CUNHA, 2010, p. 24) e a legitimação de um currículo pluriuniversitário.

As perspectivas de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica apresentadas dizem respeito, portanto, às práticas formativas que almejam rupturas paradigmáticas, tais como reconfiguração e descolonialidade de saberes, legitimação de novas (outras) formas de conhecimento, protagonismo, participação, desinstitucionalização (continuidade e descontinuidade das racionalidades educacionais), entre outras, com o intuito de promover atividades que permitam aos educadores repensar ou, até mesmo, “reinventar” não só o conhecimento como a si próprios.

Portanto, o Observatório busca problematizar concepções culturais colonialistas, por vezes subestimadas no ambiente acadêmico. Para isso, diferentes abordagens metodológicas vêm sendo trabalhadas no decorrer da pesquisa, a saber: (i) etnografia digital (POLIVANOV, 2013; HINE, 2000; HORST; MILLER, 2012); (ii) pesquisa bibliográfica (FONSECA, 2002); (iii) pesquisa documental (FONSECA, 2002; CELLARD, 2008; FIGUEIREDO, 2007); e (iv) pesquisa colaborativa (DESGAGNÉ, 2007). Assim sendo, além de atender, de forma mais abrangente, às demandas institucionais, a diversidade de metodologias possibilita que os pesquisadores identifiquem, reflitam criticamente e, futuramente, adotem mudanças pessoais e proponham mudanças institucionais que estimulem relações orientadas pela inclusão, pela interculturalidade e pela inovação pedagógica.

Deste modo, objetivando conhecer os estudos já realizados sobre as temáticas aqui propostas, realizamos uma revisão de literatura a partir das palavras-chave: *Inclusão*, *Interculturalidade* e *Inovação Pedagógica*, considerando o período de 2013 a 2018. Esta revisão ocorreu nos sites da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Como resultado desta busca, encontramos um total de 05 produções conforme quadro a seguir.

Tabela 1 Resultado do levantamento bibliográfico

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Interculturalidade, Inovação Pedagógica								
Base de dados	Produção/Tipo	Período/Ano						Total
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	
BDTD	Dissertação	-	-	-	-	-	-	00
	Tese	-	-	-	-	-	-	00
	Artigo	-	-	-	-	-	-	00
CAPES	Dissertação	-	-	-	-	-	-	00
	Tese	-	-	-	-	-	-	00
	Artigo	-	-	-	-	-	05	05
SciELO	Dissertação	-	-	-	-	-	-	00
	Tese	-	-	-	-	-	-	00
	Artigo	-	-	-	-	-	-	00
Total de produções		00	00	00	00	00	05	05

Conforme Tabela 1 nos mostra, nenhum resultado foi encontrado no site da BDTD e SciELO , no período de 2013 a 2018. No entanto, encontramos 05 produções no site da CAPES no ano de 2018.

Os cinco artigos que foram encontrados no site de periódicos da CAPES, constituem um dossiê, *Formação de educadores: inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica em contextos internacionais de ensino superior*, publicado na Revista Ibero Americana de Estudos em Educação, no ano de 2018, os quais, portanto, dialogam, de certa forma, com a temática desta dissertação.

O primeiro deles foi o intitulado “*Retratos da Educação Superior – Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica*” (DAMÁZIO E SANTOS, 2018) que apresentou o dossiê temático mencionado, cujo objetivo foi o de sistematizar as produções do grupo de pesquisadores do Observatório.

O segundo artigo encontrado foi o “*Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica: Problematização das práticas e percepções de professores, alunos e coordenadores*” (SILVA; FERNANDES; FLEURI, 2018). Os autores procuraram discutir as inovações presentes nas práticas pedagógicas interculturais e inclusivas, por ocasião de curso

de Especialização em Educação, realizado em 2016 pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Camboriú (IFC-Campus Camboriú).

“*Inclusão, arte e docência: caminhos para a inovação pedagógica*” (COELHO; PISETTA, 2018) foi outro texto encontrado na busca e também presente no dossiê. O artigo tratou de investigação de processos formativos que se caracterizam como inovadores. A proposta se dá ao passo que elegem a arte como um dos recursos potenciais para o questionamento de currículos.

O quarto dos cinco artigos encontrados na busca foi o “*Inovação pedagógica, inclusão e interculturalidade na formação de professores com formação em pedagogia e educação indígena na Universidade Federal do Ceará*”, de Fonteles e Lustosa (2018). O trabalho apresentou uma reflexão sobre como tem se dado os esforços para a construção de contextos de educação inclusiva nas Instituições de Ensino Superior (IES), à luz das compreensões que provêm dos conceitos de interculturalidade e inovação pedagógica que se produzem nesses espaços.

Por fim, o último artigo encontrado com as três palavras-chave escolhidas foi o “*Histórico de formação e consolidação de uma pesquisa em rede colaborativa: um foco no OIIIPE e no LaPEADE*” (SANTOS; SANTIAGO; NASCIMENTO, 2018), que apresentou um rastreamento histórico acerca da relação do LaPEADE com o OIIIPE e, de forma exploratória, expôs resultados parciais de um questionário realizado com dois gestores da UFRJ no que se refere às concepções de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica em contextos do ensino superior.

Este último é o que mais se aproxima deste trabalho, pois abordam o tema aqui explorado: O OIIIPE como Rede Colaborativa. Porém, o artigo citado destaca um questionário direcionado aos gestores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de falar de forma muito resumida do trabalho em rede colaborativa do Observatório. Os outros quatro artigos, apesar de tratarem de temáticas que dialogam com esta dissertação, possuem objetivos e percursos distintos dos aqui propostos.

Num segundo momento de nossa revisão de literatura relacionamos as palavras-chave *Perspectiva Omnilética*¹ e *Ensino Superior*. Com esta busca encontramos apenas duas produções, como nos apresenta o quadro abaixo.

¹ Trata-se de uma Perspectiva de análise que vem sendo construída por Santos (2013) e o Laboratório de Pesquisas, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE/UFRJ), o qual coordena, desde 2012. Destacamos que ela será tratada especificamente no capítulo 2.

Tabela 2 Resultado do levantamento bibliográfico

PALAVRAS-CHAVE: Perspectiva Omnilética; Ensino Superior								
Base de dados	Produção/Tipo	Período/Ano						Total
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	
BDTD	Dissertação	-	-	-	-	-	-	00
	Tese	-	-	-	-	-	-	00
	Artigo	-	-	-	-	-	-	00
CAPES	Dissertação	-	-	-	-	-	-	00
	Tese	-	-	-	-	-	-	00
	Artigo	-	01	-	-	-	01	02
SciELO	Dissertação	-	-	-	-	-	-	00
	Tese	-	-	-	-	-	-	00
	Artigo	-	-	-	-	-	-	00
Total de produções		00	01	00	00	00	01	02

A primeira produção encontrada, *O ensino superior e as diretrizes para a formação de professores: um olhar omnilético sobre a inclusão em educação* (RODRIGUES; GALVÃO, 2014), objetivou identificar e analisar os processos de construção de culturas, o desenvolvimento de políticas e de orquestração de práticas de inclusão/exclusão correlacionando-os com as principais diretrizes que regulamentam a inclusão no Ensino Superior na universidade pública e as legislações nacionais, os estatutos e regulamentos internos de algumas universidades participantes da pesquisa em questão.

O segundo texto encontrado na busca foi o de Santos, Lima & Salvino (2018), intitulado “*Inclusão no Ensino Superior pela lente omnilética: um foco na formação docente*”. O texto discutiu omnileticamente o tema da formação de docentes do ensino superior para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior, tendo em vista, particularmente, os 10 anos de existência da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) e a situação do alunado com deficiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ambos serão citados posteriormente, pois trazem contribuições importantes acerca do tema explorado.

Sabemos que existem alguns trabalhos sendo desenvolvidos e outros já escritos, mas ainda não publicados. Muitos deles são decorrentes das próprias pesquisas vinculadas ao Observatório, que estão apresentando a perspectiva omnilética como base metodológica e/ou analítica.

Num terceiro momento de nossa revisão de literatura, utilizamos as palavras-chave *Participação* e *Ensino Superior*. Como resultado encontramos apenas 1 produção conforme o quadro a seguir:

Tabela 3 Resultado do levantamento bibliográfico

PALAVRAS-CHAVE: Participação; Ensino Superior								
Base de dados	Produção/Tipo	Período/Ano						Total
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	
BDTD	Dissertação	-	-	01	-	-	-	01
	Tese	-	-	-	-	-	-	00
	Artigo	-	-	-	-	-	-	00
CAPES	Dissertação	-	-	-	-	-	-	00
	Tese	-	-	-	-	-	-	00
	Artigo	-	-	-	-	-	-	00
SciELO	Dissertação	-	-	-	-	-	-	00
	Tese	-	-	-	-	-	-	00
	Artigo	-	-	-	-	-	-	00
Total de produções		00	00	01	00	00	00	01

Conforme a Tabela 3 nos mostra, encontramos no ano de 2015 uma produção no site da BDTD. Trata-se de uma dissertação de mestrado apresentada na Universidade de Brasília, *Análise da Participação Social na Formulação das Políticas de Educação de Nível Superior no Plano Nacional de Educação II*, Santos (2015), onde seu objetivo foi verificar em que medida houve participação social na formulação do atual Plano Nacional de Educação II (PNE 2014 -2024) em relação à construção das metas para a educação de nível superior. A

autora traz para esta discussão visões muito importantes no que tange à eficácia da participação e da colaboração para a transformação, pois trouxe o debate sobre a relação entre Estado e sociedade, sobretudo no contexto da educação no Brasil

Finalizamos nossa revisão de literatura, buscando produções a partir das palavras-chave *Rede Colaborativa* e *Ensino Superior*. Como resultado, por fim, encontramos uma produção conforme o quadro a seguir:

Tabela 4 Resultado do levantamento bibliográfico

PALAVRAS-CHAVE: Rede Colaborativa; Ensino Superior								
Base de dados	Produção/Tipo	Período/Ano						Total
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	
BDTD	Dissertação	-	-	-	01	-	-	01
	Tese	-	-	-	-	-	-	00
	Artigo	-	-	-	-	-	-	00
CAPEL	Dissertação	-	-	-	-	-	-	00
	Tese	-	-	-	-	-	-	00
	Artigo	-	-	-	-	-	-	00
SciELO	Dissertação	-	-	-	-	-	-	00
	Tese	-	-	-	-	-	-	00
	Artigo	-	-	-	-	-	-	00
Total de produções		00	00	00	01	00	00	01

Conforme a Tabela 4 nos mostra, encontramos no site da BDTD, no ano de 2016, uma tese de doutorado intitulada *Iniciação científica em redes colaborativas e formação universitária de qualidade: a perspectiva do egresso (2007-2013)* (NASCIMENTO, 2016), a qual apresenta questionamentos sobre a participação de atores da rede colaborativa de políticas públicas de ciência e aponta os resultados negativos e positivos para a construção dos núcleos de pesquisa.

Após todo esse levantamento de literatura sobre as produções dos últimos 06 anos, acerca das palavras-chave *Inclusão; Interculturalidade, Inovação Pedagógica, Perspectiva Omnilética; Participação, Rede Colaborativa e Ensino Superior*, pudemos identificar algumas produções que contribuirão como referenciais para nossa escrita. Porém, ainda não

há nenhuma que apresente efetivamente uma avaliação da participação dos pesquisadores do OIIIPE, no intuito de verificar se podemos considerá-lo como rede colaborativa. Assim sendo, destacamos a relevância desta dissertação, que, para além das minhas motivações pessoais, se justifica devido à existência de lacunas no conhecimento, como bem comprovou nossa revisão de literatura, no que diz respeito a “redes colaborativas de pesquisa”, a exemplo do OIIIPE. Por fim, justificamos ainda esse estudo como um considerável subsídio teórico para, não somente a rede de pesquisadores que hoje constitui o OIIIPE, mas também para toda a comunidade acadêmica que possa vir a se interessar pela temática de nossa investigação.

A participação é um dos pontos fundamentais para a constituição de uma rede colaborativa. Realizar uma investigação sobre esse contexto no Observatório será de grande relevância para o desenvolvimento desta rede.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Avaliar a participação dos pesquisadores do Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica - OIIIPe, no intuito de verificar se a rede construída tem sido efetivamente colaborativa.

Objetivos Específicos

- a) Verificar como as ações/atividades propostas pelo Observatório têm sido executadas;
- b) Identificar a participação dos pesquisadores em pesquisa em rede, durante três anos (2016, 2017 e 2018).

Além disso, a pesquisa trará a discussão teórica no seu capítulo 1, a metodologia utilizada na pesquisa no capítulo 2, as discussões e respostas aos objetivos no capítulo 3 e, por fim, as conclusões.

CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo apresentaremos a Perspectiva de análise denominada por Santos (2013) de Omnilética. Sendo assim, exporemos os princípios que norteiam o desenvolvimento da Omnilética, como uma perspectiva analítica, embasada nas reflexões de Santos e Booth, a partir de uma visão totalizante, dialética e complexa, acerca das dimensões de culturas, políticas e práticas, sobre inclusão em educação.

Apresentaremos também quais os conceitos de Rede Colaborativa e como o Observatório se encaixa nesse conceito.

A PERSPECTIVA OMNILÉTICA

*É sempre bom lembrar
Que um copo vazio
Está cheio de ar.
Que o ar no copo ocupa o lugar do vinho,
Que o vinho busca ocupar o lugar da dor.
Que a dor ocupa metade da verdade,
A verdadeira natureza interior.
(Gilberto Gil)*

O trecho acima faz parte de uma música interpretada por Chico Buarque de Holanda, em seu disco “Sinal Fechado”, em 1974. No livro “Gilberto Gil - Todas as letras”, organizado por Carlos Rennó (1996), o autor da composição, Gilberto Gil conta que na época da ditadura, por conta da perseguição política, Chico pediu a alguns amigos que compusessem novas canções para que ele lançasse um novo disco. Então, Gil compôs Copo Vazio. Segundo ele:

“A letra faz uma viagem ao mundo das coisas sutis, transcendentais. Mas suas primeiras frases são muito significativas nos termos do que estava acontecendo: regime de repressão, censura, o Chico privado de sua liberdade artística plena, etc. Embora não fosse essa a intenção principal, as dificuldades da situação contingencial estavam necessariamente metaforizadas e qualquer crítica à canção, em termos de fuga da realidade, esbarraria no fato de que, ao contrário, a letra parte da realidade e não foge dela. Foge com ela, se for o caso.” (RENNÓ, 1996. Pág.157)

Assim como na música, muitas vezes, encontramos situações que nos fazem ter um olhar diferenciado sobre o mesmo objeto e/ou situação. Em Copo Vazio, Gil utiliza antíteses. E esta antítese traz uma reflexão que transcende ao que está explícito: “um copo vazio está

cheio de ar”. Como pode um copo vazio estar cheio? Muitas vezes a nossa atenção está voltada apenas para o que está posto de imediato. É neste contexto que destacamos a perspectiva Omnilética de análise, a qual, assim como a música “Copo Vazio”, nos leva a refletir de maneira a fugir de certos binarismos historicamente cristalizados, como certo/errado, homem/mulher, rico/pobre, inclusão/exclusão, e até mesmo cheio/vazio, entre outros.

A Omnilética, sendo uma perspectiva de análise em construção, apresenta a proposta explicitada na música a partir do momento em que cria reflexões que fomentam a necessidade de encontrar outros caminhos que possam ampliar os olhares acerca dos temas em análise, fazendo ir além do que está posto.

Em 2012, Santos, pensando no processo de inclusão em educação, onde a tensão do dueto inclusão/exclusão estava proeminente, iniciou estudos sobre uma forma de análise que propunha uma visão totalizante de uma multiplicidade de leituras e variações de vida, atos, concepções e intenções que se manifestam em três principais dimensões da vida: cultura, política e prática, dialeticamente relacionadas e explicitamente complexas sem, no entanto, serem complicadas de se entenderem (CARNEIRO, 2017). A esta perspectiva de análise, nomeou de OMNILÉTICA. A morfologia desta palavra está construída a partir do prefixo OMNI (tudo/todo), seguida do termo LEKTOS (variedade, diferença linguística) e fechando com o sufixo ICO (referência). Assim, a Omnilética traz o sentido de verificar todas as questões referentes ao que está sendo analisado, inclusive os fatos implícitos.

A perspectiva Omnilética pode ser considerada uma porta para a conciliação de paradigmas, uma vez que:

(...) se propõe a compreender as diferenças como partes de um quadro maior, caracterizado por suas dimensões culturais, políticas e práticas em uma relação ao mesmo tempo complexa e dialética. (...) a perspectiva não se resume a uma teoria: ela é um modo de explicar/conceber e ser ao mesmo tempo. Um conceito, portanto, de caráter tanto reflexivo e contemplativo quanto aplicativo às nossas práticas, ao nosso modo de ser. (SANTOS, 2013, pág.25)

Para entendermos a Omnilética, podemos pensar no fenômeno óptico da refração da luz. Quando olhamos um objeto e identificamos sua cor, essa identificação dependerá da emissão de luz existente sobre o objeto observado. Se tirarmos a luz do objeto, ele não terá cor. Se colocarmos uma luz verde, ele apresentará uma cor refletida. Se emitirmos sobre o mesmo objeto uma luz vermelha, a cor será outra.

Pensar e analisar omnileticamente, portanto, é observar o “objeto” e identificar suas cores, conforme a frequência de luz emitida sobre ele. Dessa forma, podemos considerar

todos os resultantes desse fenômeno óptico, olhando de diversos lugares. A partir daí, podemos assumir ou não o lugar de onde estamos observando e ter a possibilidade de mudar ou não o foco. Isso nos traz uma possibilidade de movimento e de reconhecimento de diferentes perspectivas, diferentes dimensões. Assim, podemos considerar diversas interpretações do mesmo objeto.

Essa forma de análise ajuda a desenvolver os diversos conceitos e visões sobre inclusão, uma vez que considera o olhar do sujeito incluído, das pessoas que o incluem e também dos espaços onde ocorrem a inclusão. São diversas óticas e todas devem ser consideradas. A análise do que será ou não entendido como adequado para que ocorra a inclusão é o resultado da Omnilética.

Ressaltamos que a perspectiva Omnilética nos permite compreender inclusão como um processo intrinsecamente ligado à participação e à exclusão. Logo, cabe destacar que a promoção da participação está diretamente ligada não somente aos processos de inclusão, mas também à interculturalidade e inovação pedagógica, pois é a partir deste processo que iniciamos a luta contra qualquer tipo de exclusão e realizamos ações voltadas para as temáticas relacionadas.

O campo da participação configura-se como um campo de disputas (LUCHMAN, 2006), marcado por relações dialéticas e complexas, limites e possibilidades. O que seria, então, uma participação efetiva dos pesquisadores do OIIIPe? Aspectos relacionados à participação dos mesmos serão discutidos na análise à luz da perspectiva Omnilética, incluindo-se a identificação de possíveis barreiras e dificuldades para tal participação.

Pensando em avaliar a efetiva participação de pesquisadores no OIIIPe, a referida perspectiva propõe a análise de aspectos dialéticos e complexos, acrescentando concepções e intenções que ocorrem no que consideramos as três principais dimensões em que a vida humana e social se manifesta: culturais, políticas e práticas, conhecidas como a tridimensionalidade do Index para a Inclusão (BOOTH; AINSCOW, 2011).

A perspectiva apresentada ainda considera os diversos olhares e seus possíveis recortes. Ao passo em que mudamos o espaço e tempo em que observamos o objeto de estudo, teremos diferentes interpretações, mesmo estando no mesmo lugar. Principalmente por estarmos em uma rede de instituições de ensino superior, onde temos inúmeros pesquisadores compondo as equipes de cada instituição, desenvolvendo análises sobre os mesmos temas. Para orientarmos essas análises, utilizamos como base as dimensões de culturas, políticas e práticas, de forma dialética e complexa.

Por cultura compreendemos os valores, aquilo que se defende e acredita. Booth e Ainscow (2011), afirmam que:

As culturas são modos relativamente permanentes de vida que criam comunidades de pessoas, e são construídos por elas. As culturas são estabelecidas e expressas através da linguagem e dos valores, em histórias, conhecimento, habilidades, crenças, textos, arte, artefatos, regras formais e informais, rituais, sistemas e instituições compartilhados. As culturas podem outorgar, reforçar ou contestar diferenças de poder. Elas estabelecem um senso coletivo de como as coisas são e devem ser feitas. Elas contribuem para a formação de identidades, de forma que as pessoas veem a si mesmas como refletidas nas atividades do grupo, e afirmadas por meio delas. Uma identificação com as atividades do grupo oferece um motivo para mostrar os modos da comunidade aos recém chegados. Na condição de identidades, as culturas são formadas de múltiplas influências interagindo e, portanto, são complexas. (BOOTH; AINSCOW, 2011, p. 42)

As políticas representam as regras, os acordos.

Colocar a palavra ‘política’ na capa do documento não o torna uma política em nenhum sentido importante, a menos que represente a clara intenção de regular a prática. Sem uma estratégia de implementação, a dita política documental se torna retórica, usada talvez somente para impressionar inspetores e visitantes (BOOTH; AINSCOW, 2011, p. 46).

As práticas, por sua vez, remetem-nos às ações realizadas e, segundo os autores:

Somente a partir das evidências da prática podemos detectar a influência de culturas e políticas. Os valores são compreendidos pela observação de ações, assim como a compreensão da natureza das políticas depende da observação de tentativas de influenciar a prática (BOOTH; AINSCOW, 2011, p. 46).

Vale acrescentar que na perspectiva Omnilética há uma sutil diferença na conceituação de duas dessas dimensões: culturas e políticas. A diferença quanto a culturas está na consideração de que, ao contrário do que se defende no Index, elas não são a dimensão basilar de análise, mas estão no mesmo pé de igualdade do que as outras duas (políticas e práticas). Em outras palavras, a transformação em direção à inclusão acontece a partir de uma transformação da ordem cultural. Para a Omnilética, a transformação pode acontecer a partir de qualquer uma das dimensões. A diferença na conceituação de *políticas* está no fato de que, na Omnilética, *políticas* não se resume a arranjos institucionais de apoio à diversidade como propõe o Index. Políticas também podem ser definidas, pela lente omnilética, em termos de legislação, normativas e diretrizes, o que extrapola o âmbito puramente institucional e avança para um plano mais sistêmico, por assim dizer.

Nesse sentido, verificar as culturas, políticas e práticas de uma comunidade, observando os valores existentes e não existentes, apurando possibilidades que ainda não

foram definidas como valores, traz a importância de refletirmos de forma dialética e complexa dentro das dimensões propostas.

A dialética está na contradição dos explícitos e se conecta à complexidade a partir do momento em que se reflete sobre o que pode ser. Na perspectiva Omnilética, a lógica dialética decorre daquilo que está em movimento e todo movimento é causado por elementos contraditórios (CARNEIRO, 2017).

Nos estudos de Cirne Lima (2002), encontramos um fragmento de Heráclito que utiliza a metáfora da correnteza do rio: “nem o rio e nem nós somos os mesmos, pois tudo está em movimento, é o movimento que é a realidade realmente real”. Essa dinâmica sugerida pela Omnilética, a possibilidade de compreendermos a realidade através de outros elementos e não apenas aquele apresentado individualmente.

Pensar omnileticamente a dialética inclusão/exclusão, por meio da totalidade como princípio dialético de Lukács, significa pensar que as dimensões culturais, políticas e práticas, são totalidades parciais que se inter-relacionam e que constituem um todo maior que se autoorganiza e se estrutura em determinado contexto. Neste sentido a dialética inclusão/exclusão pode ser pensada ainda, em uma relação contraditória, totalizante e complementar, onde é possível identificarmos não somente os aspectos que as distinguem, mas também os que as constituem. (NASCIMENTO, 2017, pág. 64)

Entender que existem pontos diferentes sobre um mesmo objeto e que eles podem ser contribuintes de um todo maior, nos faz enxergar que esses pontos se interligam e constituem um conjunto.

É por meio dessa visão de conjunto, que é possível avaliarmos os elementos que o constituem e que se interligam. Vale destacar, porém, que esta visão de conjunto nunca é definitiva, pois inúmeras são as variantes de determinada realidade e que às vezes, não são percebidas e/ou escapam em uma determinada síntese. (NASCIMENTO, 2017, pág.63)

E para complementar a base dessa análise, a complexidade é apresentada, tendo como interseção com a dialética o princípio da totalidade.

A complexidade, por sua vez, nos permite ampliar a visão, porque se apresenta como uma possibilidade de entrarmos na dimensão do que não está explícito. Segundo Morin:

O pensamento complexo nos diz que o conhecimento nunca estará completo e que a racionalidade tem limites. Logo não se trata de uma aspiração absurda à totalidade, mas é, ao contrário, um jogo permanente entre o particular e o local com o global e o geral. [...] precisamos de uma cultura que nos permita abrir-se aos diferentes tipos de conhecimento. (MORIN, 2007, p. 27)

A partir dessas considerações, Santos (2013) nos apresenta a Omnilética como uma perspectiva crítico-analítica que se propõe a estar permanentemente em reflexão e construção, pois o ser humano está sempre se transformando e assim modificando o que está à sua volta. A Omnilética não busca a verdade, busca formas de compreensão. Não quer explicar, quer manter a construção. Não limita, transforma.

Deste modo, propomos com esta dissertação uma reflexão sobre participação dentro de uma perspectiva que implica em compreendê-la como um processo permanente, que depende de contínuo desenvolvimento pedagógico e organizacional das instituições educacionais, ao invés de vê-la como uma simples mudança sistêmica nas redes de ensino (BOOTH & AINSCOW, 1998). Desta forma, a participação ativa de todos os atores que compõem a instituição é critério determinante dentro do entendimento do que pode ser visto como ações emergentes para inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica, pois os diversos olhares se constituem como essenciais para um espaço onde tenhamos o respeito à diversidade. A perspectiva Omnilética propõe um olhar para além do que está posto. Uma análise que transcende o explícito, o visível, o palpável.

Para desenvolver a base epistemológica dessa perspectiva, abordaremos a *tridimensionalidade* das dimensões de culturas, políticas e práticas apresentada por Booth (2011), o conceito de *dialética* baseado no estruturalismo Marxista (LUKÀCS, 1967) e a visão pós estruturalista da *complexidade*, segundo Morin (2007).

A primeira abordagem aqui explorada para entendermos a Omnilética é a compreensão da tridimensionalidade: culturas, políticas e práticas, já explicitadas anteriormente. Essas dimensões estão presentes a todo momento em nossa sociedade. Nós não vivemos juntos apenas por escolha, mas porque a vida em sociedade é uma necessidade, e essa convivência social é regulada por normas (políticas). A vida em sociedade é organizada de acordo com os valores que construímos (culturas) e se modifica de acordo com o tempo, a partir das experiências vivenciadas (práticas). Booth e Ainscow (2011), utilizaram essas três dimensões para formularem o Index para a Inclusão. Este é um referencial prático que contém em indicadores para reflexões sobre todas as questões que compõem o cenário educacional, no intuito de contribuir para a construção de espaços mais inclusivos. Santos & Nascimento (2016), referem-se ao Index, explicando que:

(...) sua utilização ultrapassa espaços e prescrições, ou seja, pode ser utilizado nas diversas instituições, por qualquer ator social, podendo ser explorado de maneira criativa e não linear. Composto de três dimensões (culturais, políticas e práticas), o Índice apresenta dois grandes eixos em cada dimensão que agem como norteadores de reflexões - ações, que se desdobram em vários indicadores e, posteriormente, em questões não

fechadas, uma vez que podem ser (re)construídas por quem as utiliza, constituindo-se em possíveis mobilizadores de transformações institucionais, conforme o lugar em que seja desenvolvido (SANTOS; NASCIMENTO, 2016, p.159).

Verificar as culturas, políticas e práticas de uma comunidade, observando os valores existentes e não existentes, apurando possibilidades que ainda não foram definidas como valores, traz a importância de refletirmos de forma dialética e complexa dentro das dimensões propostas.

Santos (2013) compreende que a tridimensionalidade descrita está entrelaçada numa relação que expressa o movimento e a complexidade existentes nos processos dialéticos de exclusão/inclusão:

(...) percebemos que a tridimensionalidade continha elementos outros que precisavam ser considerados, como por exemplo, a dinâmica – e, por vezes, contraditória – relação que se verificava entre as três dimensões. Acrescentamos-lhe então o conceito de dialética e começamos a nos referir ao conceito de trialética (para juntar a tridimensionalidade em relação dialética, e relacionar, moto contínuo, inclusão com seu oposto complementar, a exclusão). Porém, constatamos, com a realização de novas pesquisas, que mesmo a abordagem trialética permanecia numa lógica binária, que não nos parecia suficiente para compreender todas as nuances da temática de inclusão. Passamos a adotar, então, o conceito de complexidade neste modo de pensar, e assim chegamos ao neologismo omnilética (SANTOS, 2015.pág. 53).

Para falar sobre a dialética de que trata a omnilética, destacamos uma das categorias mais fundamentais no processo de produção dialética do conhecimento, a *totalidade*. Essa categoria foi assim definida por Lukács:

A categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (LUKÁCS, 1967, p.240).

Pensar na totalidade implica em observarmos outros dois elementos da dialética que são de suma importância para as reflexões entre as relações do todo com as partes: *o contrário* e *o contraditório*. Santos (2015) nos explica que:

(...) enquanto que o contraditório nega e amplia a totalidade (por exemplo: incluído e não incluído, em que podemos congregamos todos os cidadãos de uma dada sociedade conforme esta classificação: aqui, não incluído é tudo que se contradiz a incluído, mas que não necessariamente significa excluído.), o contrário opõe e relativiza a totalidade (por exemplo: incluído e

excluído, que remete a um dado contexto, segundo certos padrões de certas sociedades. Aqui, excluído é tudo que se opõe a incluído, e que, necessariamente, é não incluído). Nos exemplos aqui dados, podemos dizer, em resumo, que nem todo não incluído é excluído, ao passo que todo excluído é não incluído (SANTOS, 2015, p.55).

Esse exercício de reflexões sobre o contrário e o contraditório dentro das totalidades que se apresentam em cada contexto, nos traz um movimento permanente que nos incita a construir novos caminhos e ter outros olhares, a partir de ângulos distintos. No entanto, existe um ponto em que a dialética utilizada na perspectiva Omnilética se distancia desta concepção da dialética marxista. A Omnilética considera que os opostos podem se relacionar, pois se complementam; as tensões existentes fazem com que possamos considerar e/ou construir outras diversas possibilidades, além das que foram apresentadas. Daí a dialética que está na contradição dos explícitos se conecta à complexidade a partir do momento em que se reflete sobre o que pode ser. Assim, a complexidade nos permite ampliar a visão, porque se apresenta a possibilidade de entrarmos na dimensão do que não está explícito.

Na tentativa de fazer refletir sobre a complexidade, apresentamos o conceito de Edgar Morin. Para ele, o objetivo do pensar complexo é "exercer um pensamento capaz de lidar com o mundo real, de com ele dialogar e negociar" (MORIN, 2006, p.6). Morin nos propõe "pensar fora da caixinha", a perceber o que está oculto. Daí a importância dessa teoria para a construção da perspectiva Omnilética.

Por se apresentar como uma palavra problema, a complexidade nos traz o desafio de perceber o que está incompleto no que conhecemos. De acordo com Morin, se a complexidade não é a chave do mundo, mas o desafio a enfrentar, por sua vez o pensamento complexo não é o que evita ou suprime o desafio, mas o que ajuda a revelá-lo, e às vezes mesmo a superá-lo" (MORIN, 2006, p. 8).

Para Morin, o conhecimento é fragmentado e isso acarreta numa mutilação de saberes. A complexidade vem para instigar a união das partes mutiladas, no intuito de ampliar o conhecimento. Por isso propõe que o conhecimento seja transdisciplinar. Para tanto, indica que seja realizada a reforma do pensamento:

A reforma do pensamento é que permitiria o pleno emprego da inteligência para responder a esses desafios e permitiria a ligação de duas culturas dissociadas. Trata-se de uma reforma não programática, mas paradigmática, concernente a nossa aptidão para organizar o conhecimento (MORIN, 2003, p. 20).

Essa aptidão para a organização do conhecimento é o que provoca a busca pela tradução e reconstrução de símbolos e informações que se apresentam como completas. Quando somos provocados a encontrar novos sentidos para um contexto apresentado como pronto, completo, temos a possibilidade de abriremos nossa mente, nosso pensamento e ampliarmos nosso conhecimento.

E para pensar em inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica de forma ampla e devida dentro de nossa sociedade líquida², baseada no neocapitalismo³, se faz necessária a construção de estratégias que realmente transformem a visão do ser.

Dentre todos os argumentos existentes na complexidade de Morin, dois deles são imprescindíveis para o pensamento omnilético: *a incerteza e a recursividade*. No artigo Histórico de formação e consolidação de uma pesquisa em rede colaborativa: um foco no OIIIIPe e no LaPEADE (2018), as autoras expressam que:

O pensamento complexo empresta à perspectiva Omnilética a ideia de que, sendo, nós mesmos, sujeitos culturais, políticos e práticos, tecemos, infundavelmente, relações culturais, políticas e práticas que tanto se complementam quanto se contradizem; que tanto se negam quanto se reafirmam, e que esse próprio movimento nos causa uma percepção sempre temporária da(s) realidade(s), o que aponta para aberturas constantes a se perceber outras culturas, políticas e práticas em jogo, e consequentes (e incessantes) possibilidades de se observar/perceber/ser/fazer aquilo que ainda não esteja imediatamente visível, mas presente como potência, graças à nossa incerteza ontológica (SANTOS; SANTIAGO; NASCIMENTO, 2018, p. 1241).

As características do movimento omnilético podem ser consideradas como estratégias para a construção de uma nova forma de produção do conhecimento. Santiago e Santos (2015), discorrendo sobre Planejamento de Estratégias para o Processo de Inclusão, afirmam que:

(...) este movimento omnilético que tanto nos caracteriza: valores e crenças (culturas) influenciando, harmônica e conflituosamente (dialética), bem como reconhecendo a infinidade de movimentos que exponencialmente criam mais e outros movimentos (complexidade), as intenções e decisões (políticas), que por sua vez influenciam nossas ações efetivas (práticas). Os caminhos contrários (práticas influenciando, dialética e complexamente, políticas e culturas, e políticas influenciando, dialética e complexamente, práticas e culturas) são, igualmente, verdadeiros e válidos nesta perspectiva (SANTIAGO E SANTOS, 2015, p. 495-496).

² Termo cunhado pelo filósofo Zygmunt Bauman (1925-2017) para definir o mundo globalizado.

³ Forma contemporânea do capitalismo dominada por motivações específicas e por novas estratégias, com base na produção de riquezas (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa - 2008-2013 - <https://dicionario.priberam.org/neocapitalismo>)

Todos os componentes pertencentes a esta forma de análise apresentam a preocupação com as partes e com o todo, pois considera que tudo o que está contido é importante. Portanto a Omnilética:

propõe que pensemos o mundo e as sociedades e seus sujeitos e habitantes a partir da maior variedade possível que nosso olhar nos permita, quando tomamos em conta culturas, políticas e práticas neste jogo simultaneamente dialético e complexo. Em assim fazendo, o mesmo fato observado pode receber vários destaques culturais, políticos e práticos a cada mirada, um podendo, sempre provisoriamente, ser mais imediatamente visível do que o outro, mas o outro sempre ressurgindo e, provisoriamente, podendo sobrepor os outros, na medida em que observamos como se entrecruzam dialética e complexamente (SANTOS, LIMA e ALMEIDA, 2018, p. 831).

E a transformação na formação de educadores no ensino superior, pode partir de novas estratégias como a perspectiva Omnilética, pois:

Pensar omnileticamente a Universidade e o Ensino Superior, requer de nós um pensar sobre diversos fenômenos históricos e culturais que envolvem tal temática. Ao iniciar uma reflexão sobre Inclusão em Educação neste nível de ensino, independente do país pesquisado, encontraremos traços de uma história de elitização do saber que, ao nosso ver, constitui as principais barreiras de acesso e permanência nas instituições superiores (RODRIGUES e GALVÃO, 2014).

O pensamento omnilético nos proporciona não somente ampliar nossos conhecimentos e ressignificar nossos conceitos, bem como considerar e respeitar o conhecimento e conceito do outro sobre o mesmo objeto que analisamos. Ao fazermos essa ligação com o outro, passamos a compreender que a omnilética vem ao encontro do que a rede colaborativa sugere.

Para tratar sobre rede colaborativa, Castells (2003) diz que é necessário que se entenda que a sociedade em rede é pautada pela coexistência, sobreposição e conexão entre binômios fundamentais, que são reconhecíveis em quaisquer das suas várias dimensões e áreas. Acrescenta ainda que:

Estes binômios, mais que antagônicos, criam sinergias através de interações complexas (entre si e uns com os outros) e pelo reposicionamento de fronteiras. É necessário então abandonar a noção de que estes são conceitos opostos para se reconfigurar a forma como o Homem se define a si próprio e às suas relações sociais. Os opostos dão lugar a noções (e realidades) como Rizoma e Conetividade, que justificam que a Sociedade possibilitada (mas não limitada a) pela emergência e generalização da microeletrônica tenha sido cunhada como Sociedade em Rede (CASTELLS, 2003, pág. 212)

Isso demonstra que, à luz do método dialético, é possível alcançar as contradições da realidade e do modo de compreendê-la como processo permanente de transformação, o que

significa efetivar uma mediação entre o pensamento e o objeto. Nascimento (2016) afirma que a dialética constituiu-se como grande contribuição do pensamento relativo aos problemas sociais desde o século XX e possibilita o entendimento da complexidade em seu dinamismo próprio.

Dentro do cenário colaborativo, as dimensões das culturas, políticas e práticas, são de suma importância para “(...) entender e ultrapassar as tensões entre as tendências globais e locais da produção científica” (NASCIMENTO, 2016. Pág. 74), uma vez que “[...] uma crescente divisão entre a investigação nacional e internacional. Isso vai influenciar a capacidade de cada nação para desenhar a base do conhecimento global, e pode por sua vez, comprometer a riqueza científica nacional” (ADAMS, 2013, p. 559).

Entendendo que a rede colaborativa pode contribuir para a transformação social trabalhando com dimensões de políticas, culturas e práticas, onde a dialética e a complexidade tem papel fundamental nessa construção do conhecimento, escolhemos a Omnilética como base analítica e metodológica deste trabalho.

Diante de um grupo de pesquisadores que se propõe a estudar uma temática tão ampla e complexa, tendo um só objetivo, porém apresentando uma diversidade de características e caminhos, a Omnilética vem ampliar as discussões sobre as teorias acadêmicas, políticas e sociais, propondo uma análise mais plural e abrangente. Isso amplia as possibilidades de construção de uma sociedade mais justa, ao passo em que podemos entender e aceitar fenômenos científicos e não científicos. Isso nos faz crer que um copo vazio também possa ser um copo cheio.

O OIIHPe COMO REDE COLABORATIVA

*Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois
(Beto Guedes)*

Quando pensamos na palavra colaboração, temos em mente mais de uma pessoa, é uma palavra que nos remete a um sentido coletivo de cooperação, parceria. A metáfora utilizada por Beto Guedes na música Sal da Terra representa um pouco essa ideia. Podemos até enxergar um pouco mais que o sentido de colaboração, pois quando fala “vamos precisar

de todo mundo” podemos visualizar um grande sistema colaborativo, um conjunto, uma grande rede. E a abordagem deste capítulo implicará em dissertar sobre Rede Colaborativa.

Para falar do Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica (OIIIPe), traremos algumas reflexões sobre o conceito de Rede Colaborativa. Essas reflexões apresentam-se pertinentes pelo fato de estarmos trabalhando com uma proposta de parceria entre diversas Instituições de Ensino Superior (IES). Essa diversidade de participantes, que pertencem a diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal) e localidades (nacionais e estrangeiras), acarreta num conjunto de relações e intercâmbios entre indivíduos, que partilham interesses e objetivos, caracterizando o grupo como uma rede de pesquisadores.

Neste subcapítulo, traçaremos uma interseção entre Medeiros e Luchman, trazendo a participação enquanto produção de novas relações de poder e como elemento de fortalecimento ou enfraquecimento de práticas democráticas.

Existe uma multiplicidade de aplicações no uso dos conceitos de rede, fato que traz certa complexidade para um entendimento conceitual específico, pois sua determinação dependerá de uma análise dos diversos ângulos e/ou fenômenos sociais em que se formata essa rede. Aqui pretendemos explicitar alguns conceitos para que possamos chegar ao formato de rede em que o OIIIPe se enquadra.

O conceito de rede resulta do emprego de diversas correntes e linhas teóricas da matemática, da biologia, da antropologia, da sociologia que tem sido utilizado para definir novas formas de socialização. Predominantemente conceituado para a área business, na última década, o termo rede começou a ser empregado para identificar o fluxo informacional dentro da chamada ordem globalizada, a partir do fenômeno da globalização que apresenta dois sentidos, segundo Ramon Peña Castro⁴ (Dicionário da Educação Profissional em Saúde):

O discurso da ‘globalização’ tem dois sentidos. Um descritivo ou simbólico, referido à suposta unificação do mundo. Outro, prescritivo ou normativo, representado pelas políticas neoliberais muito concretas, implementadas por agentes e instituições gestoras do capitalismo dominante (<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/glo.html#topo>).

A ideia difundida de que a globalização simboliza a ampliação dos mercados e da tecnologia, traz a possibilidade de mantermos relações de trocas econômicas, políticas, sociais

⁴ RAMON PEÑA CASTRO - Economista, pós-doutorado em Economia pela Universidad Autonoma de Madrid e professor colaborador (aposentado) do PPGCSO da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), pesquisador visitante e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/FIOCRUZ) - *plataforma lattes*.

e culturais em ampla escala, extrapolando limites de tempo e espaço, estabelecendo, assim, sistemas de interação social em rede.

Poderíamos considerar que este é um quesito facilitador quando falamos em participação. Mas a participação não depende apenas de extrapolar limites de tempo e espaço. A participação implica vontade, engajamento.

Etimologicamente, rede vem do latim *rete*, que se refere a um conjunto de elementos interligados (QUINTANILHA, 2017). De forma mais genérica, o termo é utilizado para se referir a uma estrutura com um modelo característico.

Historicamente, o termo rede passou por diferentes áreas. Até o século XVII, o conceito era voltado para nomear as estruturas de tecidos produzidas com fibras vegetais e animais. O entrelaçamento de fibras ocorre por ligações entre nós ou são entrelaçadas nos pontos de cruzamento. Feitas de trançado simples ou duplo, que são mais resistentes, as redes eram de algodão, raio, náilon ou outras fibras. Com a visão de que rede possibilitava estabelecer relações entre dois ou mais pontos, sistemas hidráulicos e elétricos também passaram a ser caracterizados como redes. A partir do século XVIII, o termo passou a ser utilizado para nomear sistemas ligados à anatomia humana. Da explicação do corpo humano para o corpo social, foi uma questão de tempo e de associação de ideias (VERMELHO, 2015). Parrochia declara que:

Via medicina e hidráulica, rede adquire o sentido de promover a capacidade circulatória. O desenvolvimento de grandes redes de transporte no século XIX (rede rodoviária e ferroviária) irá sustentar essa possibilidade (PARROCHIA, 2005, p. 15).

No século XX, verificamos, dentro da área biológica (que é a que eu venho atuando há alguns anos), o termo rede sendo utilizado para designar as conexões entre neurônios (rede neural). Neurônios são células nervosas responsáveis por conduzir os impulsos nervosos, realizando transmissão de sinais químicos elétricos. Eles captam, processam e distribuem as informações para outros neurônios e/ou células do corpo. Uma das peculiaridades da célula neural, é que ela não trabalha sozinha, trabalha sempre em rede. E quanto maior a rede, mais eficaz é o resultado.

Um outro conceito de rede que está muito em voga é o ligado ao advento da internet e suas redes sociais. Esta última teve seu conceito inaugural intermediado pelo antropólogo britânico Jonh Barnes, em 1987. Para o antropólogo, a vida social era considerada um conjunto de pontos (nós) que se estruturavam em teias de relações (FIALHO, 2015). Utilizado

tanto nas ciências sociais como nas ciências humanas, o conceito de rede tem sido apresentado de diferentes modos e sentidos:

Num sentido mais metafórico, refere-se a uma concepção da sociedade como sendo construída por redes de relações interpessoais ou intergrupais. A noção de redes é também usada como instrumento de análise de redes e conexões, sendo mapeadas e classificadas no seu número, intensidade e qualidade de nós (FIALHO, 2015, p.4).

Num rápido apanhado de conceitos de rede, observamos que, mesmo tendo uma diversidade de princípios, todas as definições para o termo trazem o sentido de interconexão, interdependência. O sociólogo alemão Norbert Elias (1994) sustenta a lógica de que o homem e o mundo estão ligados por uma teia de interdependências que formam uma rede. Fialho (2015) afirma que:

[...] Elias ultrapassa o campo das dicotomias já determinadas, na medida em que estabelece, a priori, uma relação de interdependência entre o indivíduo e a sociedade. Esta perspectiva pretende construir modelos de análise e decodificar, a longo prazo, as alterações nas estruturas sociais, de forma a que se possa visualizar o sentido do seu curso. Outro contributo deste modelo conceitual, além da noção processual, é a ideia de figuração, assente na compreensão das organizações sociais (família, escolas, cidades, estratos sociais) como sendo formadas pelas relações de interdependência entre os indivíduos. No processo de figuração são analisadas as dinâmicas das inclinações individuais que levam várias pessoas a agruparem-se e formarem uma sociedade. Nesta linha, os sentimentos e os padrões de comportamento individual são tidos em consideração com a análise da macroestrutura social (p.67).

Entendendo que o objetivo central das ciências sociais é observar o processo de interação entre os indivíduos, na medida em que considera a interdependência entre as ações singulares e as ações plurais no círculo societário, Elias (1994) sugere que a unidade de análise nos estudos de rede não se baseie unicamente na avaliação do conjunto de indivíduos autônomos, mas na possibilidade de apreensão dos elementos que os unem, que os isolam e que os interligam em torno de características que lhe são próprias. Assim como Durkheim, o sociólogo pretendeu desenvolver nos seus trabalhos este conceito, ao estudar os grupos sociais como unidades interdependentes para superação da dualidade de interpretações (ação e estrutura) que têm dominado o pensamento social (FIALHO, 2015).

Aqui abre-se um parêntese para destacar a relevância do papel social no processo de socialização primário e secundário para que possa haver comunicação e interação social da humanidade. O estabelecimento de papéis sociais no tempo e no espaço são o que determinam os padrões da sociedade e dos indivíduos que dela fazem parte, constituindo parte da identidade coletiva e da identidade individual do ser humano.

Sabemos que a identidade do indivíduo, tanto coletiva quanto individual, é construída a partir da interação humana em termos materiais e psíquicos. E são essas interações que constroem a sociedade. Desde os primórdios, a evolução de grupos sociais surge a partir de adaptações/necessidades materiais e psicológicas, que acarretam em mudanças de comportamentos. Assim, as mudanças político-econômicas e culturais ocorrem ao passo em que novas formas de comportamento e concepções vão se construindo.

Desde as sociedades primitivas, o conhecimento e a comunicação são essenciais para a mudança de comportamento. Até os dias de hoje, a construção do conhecimento e os meios de comunicação ocorrem, prioritariamente, por meio das tecnologias. As tecnologias de informação permitem a interação de pessoas, facilitando a troca de ideias, afetos e dados. Isso caracteriza a sociedade de hoje, chamada sociedade em rede.

Para desenvolver o assunto construção de rede em nossa sociedade, temos que levar em consideração uma questão que está implícita na formação de todos os setores, desde os primórdios até os dias de hoje, com raríssimas exceções: a hierarquia. Nossa sociedade é estruturada hierarquicamente e, mesmo existindo alguns grupos que formulam teorias políticas e sociais com a idealização de uma sociedade sem hierarquia, ainda pensamos em um (grupo ou pessoa) responsável e/ou superior que assuma a direção, a posição hierárquica do contexto. Siqueira (2012), considera que:

As organizações são constituídas de pessoas que se relacionam com pessoas, através de diferentes usos da hierarquia, para a consecução de determinados propósitos ou objetivos. Estes são os elementos universais das organizações: pessoas, hierarquia e objetivos ou propósitos (p. 2).

Mas para o contexto de rede, a organização pode ser comparada às relações dos seres vivos que mantêm os ecossistemas existentes em nosso planeta. Para a regulação de energia, reprodução, alimentação e abrigo, garantindo o equilíbrio do sistema, as relações entre os seres são caracterizadas por cooperação, competição, predação, simbiose ou parasitismo, não apresentando hierarquia. Elas funcionam como uma teia, uma rede onde cada membro é essencial para manter o equilíbrio e uma parte sempre depende da outra.

Os nós de uma rede, imbuídos de conectividade e coerência, não têm ligações com organizações hierárquicas e de dominação por poder de uns sobre outros. O que torna uma rede forte é que cada um de seus pontos se apóia em outros, assim a força deixa de ser um atributo individual para se tornar uma questão de relações e alianças (PEDRO, 2003, p.51).

Isso nos faz considerar que uma das propriedades mais importantes da rede é a capacidade de operar sem hierarquia. O conceito de rede vem de encontro a esta estrutura

hierarquizada, pois é pensado como um sistema que realiza a integração e interação de pessoas, que fortalece a capacidade de articulação e rearticulação permanente, de forma horizontal e não vertical.

Esse formato verticalizado da hierarquia passa a ser substituído, dentro da proposta de rede, por um formato onde existe uma construção social de relações de grandezas distintas, possibilitando o contato entre os diversos elementos de um mesmo grupo ou de grupos diferentes.

Ao tratarmos dos formatos de rede, temos que compreender como nossa sociedade está estruturada. Vamos iniciar evidenciando as instituições sociais que se apresentam como instrumentos reguladores e normativos das ações humanas, que possuem uma relação de interdependência, as quais reúnem um conjunto de regras e procedimentos reconhecidos pela sociedade e surgem para suprir diversas necessidades humanas (BEZERRA, 2017).

Dentro de instituições sociais encontramos desde grupos primários (escola, família, etc), passando por grupos secundários (Estado, igrejas), até os grupos que hoje são considerados terciários (organizações jurídicas, empresas). Cada instituição possui políticas, culturas e práticas que determinam o seu perfil e sua função dentro de nossa estrutura social. O perfil e suas funções irão direcionar diversos grupos sociais. Estes, por sua vez, são compostos por pares que, independentes de suas idades, gêneros, classe social ou procedência, encontram seus pontos comuns e são envolvidos em um processo de interação contínuo, compartilhando seus objetivos, metodologias, teorias e práticas. Dentro desse contexto, trazemos o seguinte conceito de rede:

redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de causas afins. Estruturas flexíveis e estabelecidas horizontalmente, as dinâmicas de trabalho em rede supõem atuações colaborativas e se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional para a estruturação social. (OLIVIERI, 2003, p. 1)

Sendo as instituições sociais compostas por grupos sociais, constatamos que essas estruturas possuem uma interdependência onde uma simples mudança de uma acarreta modificações maiores ou menores em outras.

Dentro de nosso objeto de estudo, o OIIIPe, identificamos as instituições sociais (as instituições de ensino superior), que são compostas pelos grupos de pesquisadores, que compartilham alguns objetivos comuns e constroem todo o trabalho através de conexões e interações constantes. Diante de todo o exposto, consideramos o Observatório uma rede de pesquisadores, pertencentes a diversas áreas (ciências humanas, exatas e biológicas) que estão

em processo contínuo de intercâmbio de informações e oportunidades, desenvolvendo suas atividades em rede (através da internet e suas ferramentas caracterizadas como redes sociais), mantendo inter-relações com suas redes de base (étnico racial, gênero, etc).

Balestrin e Verschoore (2018, p.77) afirmam que toda rede deve ser caracterizada por três elementos distintivos: “a) os nós ou os atores individuais; b) as interconexões entre eles; e c) a nova unidade que coletivamente confirmam”.

Esses elementos são encontrados no Observatório, uma vez que a proposta está em desenvolver uma rede de colaboração entre IES (nós), de diferentes regiões e países, com o propósito de intercambiar culturas, políticas e práticas balizadoras de inclusão, inovação e interculturalidade, bem como articular formação de educadores com as políticas públicas de cada contexto nacional, regional e local (interconexão). Assim, o OIIPe planeja romper com barreiras à aprendizagem, promovendo a participação de todos, inclusive dos próprios pesquisadores (unidade coletiva).

Estas características se apresentam num cenário social em que ações isoladas não têm mais espaço. Para acompanhar a dinâmica em que o conhecimento é repassado nesse sistema globalizado, só é valorizada a organização que mantiver o fluxo por meio de conexões, realizando transformações e adaptações sem afetar seu equilíbrio, como é o caso das estruturas em rede.

Reconhecer a realidade dos diversos grupos sociais que compõem o sistema educativo em diferentes contextos e países é crucial para um projeto educacional que desenvolve propostas de mediação intercultural, inovadora e inclusiva com base na categoria descolonialidade, envolvendo educadoras e educadores de diferentes contextos nacionais e internacionais. Esse fluxo de informações/conhecimento é necessário para ensinar e valorizar a diversidade cultural presente nas instituições educacionais em todas as etapas da educação, no sentido de superar práticas etnocêntricas, excludentes e monoculturais, que naturalizam processos de discriminação e preconceito no cotidiano educacional.

No início do século XXI pudemos perceber essas estruturas de rede mais voltadas para o segmento de negócios (business), principalmente quando se tratavam de alianças estratégicas no segmento industrial. Essa construção de rede se deu através de estratégia de cooperação em busca da aquisição de novas vantagens competitivas em segmentos altamente competitivos. A entrada no país de grandes redes internacionais a partir da década de 1990 exigiu que os pequenos e médios comerciantes locais também buscassem alternativas para a ampliação de suas vantagens competitivas e estes, passaram a buscar nas redes de cooperação,

elementos que pudessem contribuir para a sua permanência no mercado (PACAGNAM, 2006).

A partir daí as redes de cooperação ou colaboração (redes colaborativas) começaram a ganhar força no cenário social. Pinto e Sotille (2017) apresentam rede colaborativa como:

(...) um conjunto intra ou inter-organizacionais com um objetivo em comum, obtendo soluções coletivas, [...] que tem a função de auxiliar as organizações a cumprirem seu papel - principalmente de proporcionar ambientes propícios ao compartilhamento e utilização de conhecimentos - na Gestão do Conhecimento, uma vez que a cultura destas Redes tem, implícitos em seus processos, alguns dos processos da Gestão do Conhecimento (PINTO e SOTILLE, 2017, p.2)

Para Balestrin e Verschoore (2008), os principais benefícios das Redes Colaborativas são o compartilhamento do conhecimento (e o aprendizado por parte dos indivíduos), a confiança estabelecida entre relacionamentos e, por fim, a potencialização das aptidões estratégicas das empresas através do aprendizado.

Saindo da rede com foco no mercado e trazendo um pouco o termo de rede colaborativa para as instituições e grupos sociais, verificamos uma série de entidades que se conectam numa dinâmica de cooperação que resulta num processo de captação, articulação e otimização de energias, recursos e competências, que contribuem para a redução de incertezas, para o aumento do conhecimento e para o fortalecimento de seus interesses comuns.

Castells (2000) entende que a rede colaborativa se reveste do potencial revolucionário buscando canalizar o 'poder dos fluxos' para o alcance de finalidades sociais que justificam a sua criação, assumindo, na maioria das vezes, o caráter de rede ativa, comprometida com mudanças sociais locais.

Uma das características da rede colaborativa é a busca de superação de interesses corporativistas. Isso faz com que a autonomia dos participantes e a relação de colaboração e corresponsabilidade entre eles sejam peças fundamentais no processo de construção deste formato. Essas peças acarretam em uma necessidade de comunicação permanente entre os atores resultando num compartilhamento de aprendizado e de compromissos, onde a tomada de decisão está no alcance de consensos de forma participativa e não coercitiva.

Para Morin (1977), a natureza das redes é uma forma complexa de organização, e o estudo das mesmas deve considerar tal complexidade. Principalmente no que concerne às decisões que serão tomadas coletivamente, pois “o processo decisório enquanto um processo humano, complexo, envolto por variáveis de naturezas diversas, as quais se interrelacionam

de forma ora previsível, ora imprevisível, ora mansa, ora turbulenta” (POZZEBON e FREITAS, 1997).

A questão da complexidade da realidade está intimamente ligada à questão da não-linearidade dos movimentos que compõem esta realidade, onde uma intrincada e muitas vezes indefinida rede de causas e efeitos interage. A combinação de elementos previsíveis e imprevisíveis, com uma grande riqueza de opções ou alternativas possíveis, torna o processo decisório altamente complexo. O decisor, diante desta complexidade, necessita (pelo menos julga normalmente necessitar) de mais e mais informações (POZZEBON e FREITAS, 1997, p.5).

Dessa forma, a integração das ações e a articulações visam garantir um processo de efetivo crescimento coletivo, mantendo as relações horizontais entre os integrantes. Assim, verificamos que esse tipo de interação e comunicação passa a apresentar características de relações transversais.

Sobre relações transversais, citamos o economista Fábio Ribas Chaddad (2007), quando fala da importância da comunicação na busca de uma compreensão conjunta de significados e objetivos que justifiquem a participação dos atores em rede, quando diz *que a comunicação transversal se opõe quer à verticalidade dos contatos regulados por posições hierárquicas ou status privilegiados socialmente adquiridos, quer à horizontalidade dos contatos que se desenvolvem pela mera coexistência num espaço comum.*

Guattari (1985) apresenta a ideia de que a transversalidade tende a se realizar quando uma comunicação máxima se efetua entre diferentes níveis e, sobretudo, nos diferentes sentidos

Silva, Barbosa e Pinochet (2005), afirmam que:

A formação de determinada rede, bem como o seu desempenho dependerá de dois de seus atributos fundamentais: a conectividade, ou seja, a capacidade estrutural de facilitar a comunicação sem ruídos entre seus componentes e usuários; e, a coerência, isto é, a existência de interesses compartilhados e de significado relevante dos objetos trocados através da rede colaborativa pelos seus usuários (p.7)

Para caracterizar essa relação entre a conectividade e a coerência, os autores completam:

Para melhor entender o aspecto da conectividade, deve-se considerar o papel representado pelas tecnologias atualmente disponíveis, servindo como infra-estrutura responsável pelo tratamento das aplicações e pelo fluxo informacional interorganizacional, desenvolvendo assim, a potencialidade das conexões entre os usuários da rede colaborativa. Quanto à dimensão da coerência, a pré-disposição em cooperar e compartilhar objetos de significado relevantes em uma rede colaborativa está relacionado com aspectos culturais inerentes aos grupos sociais usuários da rede. Por objetos de significado relevante podemos considerar informações, conhecimentos, insumos ou outros conteúdos passíveis de trafegar na rede e que tenham

interesse comum por parte das organizações envolvidas no processo colaborativo (SILVA, BARBOSA E PINOCHE, 2005, P.7)

Constituir-se como rede colaborativa é um dos grandes desafios do Observatório. Este desafio se dá por diversos motivos. O OIIIPe é composto por instituições de ensino superior de diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal) o que traz divergências de gestão e organização. Além disso, existem IES nacionais e internacionais, o que acarreta numa diversidade cultural e política.

São 25 (vinte e cinco) Instituições de Ensino Superior, sendo 19 (dezenove) nacionais e 6 (seis) internacionais. As nacionais estão distribuídas nas cinco regiões do Brasil, da seguinte forma: 8 (oito) na região Nordeste; 7 (sete) no Sudeste; 2 (duas) no Norte; 1 (uma) no Sul e 1 (uma) na região Centro Oeste. As internacionais distribuem-se em três continentes: 3 (três) no continente Americano (Sul e Central); 2 (duas) na Europa e 1 (uma) na África.

No que tange às esferas de gestão governamental, temos: 18 (dezoito) instituições da esfera federal (ou nacional como denominado nos países do exterior); 6 (seis) da esfera estadual e 1 (uma) municipal.

A prática de rede colaborativa ainda é incipiente, pois nossa sociedade está ancorada em valores individuais, o que dificulta a percepção e o resgate de valores coletivos. Principalmente quando lidamos com uma diversidade de culturas, políticas e práticas.

O Observatório foi concebido a partir da constatação de certas práticas colonialistas, promotoras de tensões e exclusões dentro dos processos educacionais. Tais constatações levaram a identificar uma necessidade de compreender tensões entre concepções, decisões e práticas nos diferentes contextos educacionais, resultando numa proposta de trabalho em que exista relação de cooperação entre as IES que configure uma mediação intercultural, pedagogicamente inovadora e com uma perspectiva inclusiva.

No escopo do projeto de pesquisa que originou o OIIIPe, encontramos as seguintes considerações:

Consideramos que a diferença se impõe como tema central nos cursos de formação, visto que o núcleo estruturante de muitos sistemas educacionais continua pautado em um padrão único que apresenta resistência em se libertar de hierarquias sociais, raciais, de gênero, territoriais, geracionais, entre outras. A proposição de cursos de formação para a diversidade exige um diálogo que favoreça a redefinição de concepções de formação, de docência, de conhecimento, de ensino e aprendizagem a partir da reinvenção da realidade que os coletivos diversos trazem e narram em suas histórias (SANTOS, 2016, p.4).

Tais considerações foram dando forma a um projeto de investigação que está focalizado em posições, representações e opiniões de educadores sobre a implementação de abordagens interculturais e de inclusão nos contextos do Brasil e dos países participantes. Como resultado, o projeto pretende desenvolver, manter e disseminar narrativas contemporâneas acerca das relações inclusivas, pedagogicamente inovadoras e interculturais no processo de formação de educadoras e educadores das IES parceiras neste projeto.

Para alcançar esses resultados o Observatório se propõe a promover e participar de eventos, conferências, relatórios e artigos que tenham como enfoque o crescimento, a consolidação e o fortalecimento das relações entre as instituições parceiras; e publicamente promover o projeto aqui proposto, por meio de atividades colaborativamente planejadas e executadas pela rede de pesquisadores.

Dentro dessa proposta o OIIIPe demonstra estar dentro dos adjetivos que o caracterizem como rede colaborativa. Como destacado logo no início do capítulo, as características do Observatório estão muito próximas às que qualificam a rede neural, pois para que possamos alcançar as metas de nossa pesquisa, quanto maior a nossa rede, no que diz respeito a participação das instituições e seus grupos de pesquisadores, mais eficaz é o nosso resultado.

Aproveitamos a deixa da rede neural para abrir um parêntese sobre a cooperação e o cérebro humano. Um estudo do Trinity College de Dublin (2014) aponta que para sobreviver, o ser humano precisou cooperar com seus semelhantes e, portanto, precisou se dotar de um cérebro suficientemente grande para navegar na complexidade das relações sociais. A cooperação humana difere da das outras espécies em função de aspectos psicológicos, cognitivos e sociais. A cognição, a psicologia e a organização social humana terão evoluído no sentido de facilitar a cooperação para a sobrevivência.

Quando o estímulo de cooperação é encaminhado ao cérebro humano, ocorre rapidamente, através da sinapse, uma produção de substâncias químicas, sendo uma delas a dopamina, que gera a sensação de satisfação. Este sentimento produzido marca na memória a ação que foi relacionada ao estímulo. Isso faz com que o corpo passe a entender que tal prática é benéfica. Desta forma, quanto mais ocorre a cooperação, que decorre da colaboração, maiores e melhores são os resultados. Consideramos ser essa uma observação importante, pois estamos trabalhando com uma diversidade de pesquisadores, com concepções e personalidades diferentes e que necessitam ser estimulados permanentemente.

A cooperação requer troca de informações e o ajustamento de tarefas, o compartilhamento de recursos e objetivos. Para Faccin (2010) a cooperação é uma das etapas

importantes para o êxito da rede colaborativa. Porém, o valor agregado com a cooperação é o resultado da adição de componentes individuais do valor gerado pelos vários participantes de forma independente. A respeito dessa etapa, a autora faz a seguinte citação:

Cada participante executa a sua parte do trabalho (embora coordenada com outros). Existe, no entanto, um plano comum, que na maioria dos casos não é definido conjuntamente, mas sim concebido por uma entidade única, e que requer algum nível de sinergia, geralmente baixo e auxílio mútuo entre as partes. (CAMARINHA-MATOS e AFSARMANESH, 2006, p.3).

Faccin (2010) afirma ainda que a etapa que garante a coesão em um grupo social é a colaboração. Tal afirmação está embasada na ideia de que as entidades trabalham de forma conjunta num processo de criação compartilhada, utilizando informações, recursos e responsabilidades, onde cada um reforça suas capacidades. Como podemos observar no conceito de colaboração abaixo descrito:

A colaboração implica em partilhar os riscos, recursos, responsabilidades e recompensas, dando a impressão para os observadores externos de que aquele grupo possui uma identidade comum. Além disso, envolve engajamento mútuo dos participantes para solucionar um problema em conjunto, o que implica a confiança mútua e, portanto, leva tempo, esforço e dedicação (CAMARINHA-MATOS e AFSARMANESH, 2006, p.3).

Essas relações de cooperação e colaboração se apresentam cada vez mais precárias em nossa sociedade. Com o advento da tecnologia, as pessoas têm tido menos contato físico e mais contato virtual. Muitas vezes o mérito social é avaliado pela presença virtual.

Dentro da ideia de rede colaborativa, destacamos a afirmativa de Castells (2000), em se tratando de nossa sociedade contemporânea:

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social. Além disso, eu afirmaria que essa lógica de redes gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes: o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder. A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de denominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social (p.503).

O autor nos traz como característica central da rede a colaboração participativa estruturada para promover mudanças sociais. E o OIIIIPe pretende promover mudanças

sociais. A problemática das relações interculturais e dos processos inovadores e inclusivos da diversidade humana vem interpelando o desenvolvimento de pesquisas, de projetos socioculturais e de políticas públicas, particularmente na área de educação e de formação profissional e de educadores. Paradigmas científicos são problematizados, principalmente a herança moderno-colonial, e formulam-se diferentes referências epistemológicas, metodológicas e conceituais para o desenvolvimento de novos projetos e perspectivas sociais, capazes de dar conta da complexidade e radicalidade dos problemas emergentes.

Assim, promover um processo educacional ancorado em uma perspectiva intercultural, inovadora e inclusiva é um horizonte que precisa ser discutido e ampliado no ensino superior. No que se refere à formação de educadores para a educação do campo, de jovens e adultos, de comunidades quilombolas, de diversidades étnico-raciais, entre outras, destacamos o quanto é preciso problematizar conhecimentos, representações, crenças e atitudes necessárias que favoreçam um trabalho docente com as populações educacionais diversas, de modo a promover um ensino culturalmente apropriado e descolonizador (SANTIAGO; AKKARI; MARQUES, 2013).

Quando consideramos o Observatório uma rede colaborativa de pesquisadores que desenvolve sua atividade em rede, estamos reconhecendo que, apesar da distância física que pode se constituir um obstáculo ao longo do processo, utilizamos as redes sociais e os recursos tecnológicos de comunicação a distância, o que também faz do OIIIIPe um objeto de seu próprio estudo.

A possibilidade de conciliar os recursos oferecidos pelas tecnologias da informação e comunicação possibilita um trabalho cooperativo, colaborativo e interativo, sobretudo permitindo uma atualização constante das informações.

Para atender a essas demandas, o Observatório definiu como uma de suas metas criar um ambiente virtual da pesquisa para reunião e armazenamento das informações coletadas com base em software para webconferência e drive virtual. Outro propósito a ser alcançado pelo OIIIIPe foi a organização de um grupo online com os docentes das universidades participantes com o objetivo de apresentar a pesquisa e desenvolver um calendário de encontros para a troca de informações sobre a temática estudada, propondo atividades de pesquisa nas universidades parceiras. Além disso realizar o levantamento bibliográfico e documental sobre as respectivas universidades e desenvolver estudos, leitura e discussão virtuais de textos, também foram ações definidas para o alcance dos objetivos do trabalho proposto.

Essas e outras ações projetadas também se encontram em consonância com a proposta de rede. Podemos destacar: a realização de pelo menos um encontro físico por ano entre as instituições, em uma das instituições participantes e a promoção de intercâmbio acadêmico entre estudantes de graduação, de pós-graduação e entre pesquisadores

As próprias indagações da pesquisa, apresentam justificativas para o desenvolvimento de uma rede:

- Quais são as contradições e perspectivas emergentes em propostas e experiências de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica, desenvolvidas no processo de formação de educadores em universidades?
- Como promover a articulação entre diferentes sujeitos sem negar e sem essencializar a diferença, mas promovendo processos críticos e criativos na relação entre diferentes sujeitos e conceitos?

Além disso o próprio objetivo geral do projeto, que demonstra sua criação em formato de rede:

O projeto de pesquisa construído pela equipe interinstitucional pretende investigar contradições e perspectivas emergentes em propostas e experiências de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica desenvolvidas no processo de formação de educadores em universidades nacionais e internacionais, por meio de variadas metodologias e de subprojetos de pesquisa que serão desenvolvidos colaborativamente pelas universidades participantes, sendo respeitadas as demandas regionais de cada Instituição de Ensino Superior (IES). Pretendemos, além disso, construir uma rede de colaboração por meio da criação do Observatório Internacional sobre a temática (p.6).

Engajar-se em uma proposta tão plural e diversa é um enorme desafio, mas o engajamento é essencial para o trabalho em rede. Existem inúmeras questões que se apresentam como entrave para que esse engajamento ocorra no Observatório. Mesmo entendendo que o grupo foi constituído como rede colaborativa, encontramos barreiras para que essa colaboração seja efetiva.

Há colaboração para se aumentar a capacidade de absorção e interação. Para inovar, as organizações devem ser capazes de aprender e criar novos conhecimentos. Isso requer competência para pesquisar, identificar, acessar, absorver e aplicar informações de fontes externas, combinando o novo com o antigo (NASCIMENTO, 2016, p. 37).

Desenvolver conceitos de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica, requer uma construção ampla e variada, levando em consideração diversos olhares e saberes. O fato de existir uma rede de pesquisadores que estejam voltados para tais temáticas, já evidencia em si um processo de inovação.

[...] o papel da inovação vai além de promover o dinamismo econômico, com a introdução de novos produtos e processos, devendo contribuir ainda para a melhoria do bem-estar, a elevação da qualidade de vida e o fortalecimento da cidadania, a partir do desenvolvimento de novas práticas sociais, novos formatos organizacionais e novas maneiras de pensar e agir (DEFOURNY, 2007, p. 9).

Neste sentido, a acepção de inovação adotada pelo Observatório não é aquela comumente associada à suposta revolução tecno-cibernética, embora possa englobá-la. O elemento central da inovação pedagógica oiiiipeana é o desenvolvimento de nossa capacidade crítica e criadora, de nossa capacidade de subvertermos e transgredirmos criativamente, as “ordens” que aprisionam, que simplificam o pensamento, como diria Morin, e de fazer emergir o “caos” produtivo, aquele por meio do qual verdadeiras rupturas podem ser provocadas.

Neste caso, as rupturas e transformações que objetivamos é a social. E para realizar transformações sociais e propor uma reflexão sobre nossos sistemas educacionais, precisamos estar atentos aos entraves e possíveis soluções. A rede colaborativa também tem essa premissa de estar atenta às ações e possíveis transformações internas. Essas transformações são construídas e observadas em conjunto, indo ao encontro da mensagem da canção de Beto Guedes “um mais um é sempre mais que dois”.

No capítulo a seguir, descreveremos o percurso metodológico seguido nesta dissertação.

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA

O CAMPO DA PESQUISA

O campo no qual a pesquisa foi realizada tratou-se do Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica - OIIIPe, que se desenvolve como rede colaborativa, tendo como público alvo os pesquisadores participantes das equipes das Instituições de Ensino Superior que compõem esta rede. O OIIIPe realiza encontros meta presenciais (virtuais) e presenciais, desenvolvendo atividades de pesquisa (aplicação de questionários, análises de dados, produção acadêmica, formação e estudos temáticos) voltadas para o tema *Formação de educadores: inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica em contextos internacionais de ensino superior*. Essas atividades tiveram início em 2016 e ainda permanecem em execução. O recorte feito neste trabalho, será referente ao primeiro triênio do Observatório (2016-2017-2018).

Nosso campo de pesquisa será apresentado de forma mais específica no capítulo 3, onde trataremos do Observatório enquanto rede colaborativa, explicitando suas ações, características e dados a serem analisados

OS SUJEITOS

A participação de que trata esta pesquisa será analisada a partir da atuação das equipes das Instituições de Ensino Superior integrantes do OIIIPe. Equipes estas, formadas por professores e técnicos de Ensino Superior (graduação e pós-graduação) que estão devidamente engajados no projeto mãe e nos subprojetos da instituição que representa.

O ESTUDO DE CASO

Nossa pesquisa caracteriza-se como sendo do tipo qualitativa, a qual objetiva produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações. De acordo com Minayo & Gomes (2015), a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Destacamos esta pesquisa qualitativa como um estudo de caso por apresentar características de investigação empírica que, de acordo com Roberto K. Yin (2001), se apresenta como um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto real, em que existem fronteiras entre o fenômeno e o contexto que não estão claramente evidentes. Fazer parte do Observatório e realizar a investigação sobre o mesmo, faz com que o contexto real seja um dos pontos importantes desta investigação. Sendo o OIIIIPe uma rede que está em desenvolvimento, fica evidente sua contemporaneidade. São essas as duas características que se apresentam que definem este trabalho como um estudo de caso. Na verdade, o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa diferente que possui seus próprios projetos de pesquisa (YIN, 2001).

Esta pesquisa pretende investigar a fundo a participação das instituições de ensino superior, integrantes do Observatório, tendo como cenário seu ambiente real, acompanhando os erros e acertos, sem a menor pretensão de realizar implicações para controle dos fatores negativos. A investigação será no intuito de identificar os fatores chaves e os níveis de participação desta rede colaborativa para contribuir com a discussão, o debate sobre o tema abordado dentro das instituições que compõem a rede.

O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. (YIN, 2001, pág. 27)

Acreditamos que quando temos o conhecimento da forma pela qual estas etapas de participação ocorrem, poderemos melhor avaliar o andamento e os resultados do próprio Observatório enquanto uma grande Rede.

Consideramos que este trabalho possua tanto elementos de estudo de caso exploratório como de estudo de caso confirmatório (YIN, 2001). Estabelecemos essa relação com o primeiro caso, quando entendemos que esta pesquisa irá produzir dados que poderão se constituir em novas hipóteses de estudos. No segundo caso, verificamos que os dados aqui apresentados irão confirmar a premissa levantada neste estudo, qual seja, a de que a participação se dá em níveis diferentes, podendo variar em atuações quase inexistentes que não apresentam consideráveis contribuições para o desenvolvimento do Observatório, até atuações que superam os níveis elevados e reverberam na construção de novas Redes Colaborativas.

Quando iniciamos a investigação do OIIIIPe como rede colaborativa, entendemos que deveríamos observar como era realizada a participação dos pesquisadores para garantir a colaboração em rede. Esta observação levou a identificar inúmeras evidências que apresentassem a participação nas IES (subprojetos). Isso demonstra uma característica do estudo de caso incorporado (YIN, 2001, P. 150), pois para analisarmos a unidade maior, o OIIIIPe, precisamos analisar os níveis de participação das subunidades (subprojetos).

Por fim, o estudo de caso típico, como este, nos traz a flexibilidade de ter um método que nos permite reavaliar os dados conforme o momento e as situações que vamos encontrando, contribuindo para que possamos ter *insights*⁵ sobre as situações decorrentes da própria pesquisa.

Após o levantamento de todos os dados, iniciaremos o processo de análise por meio da perspectiva Omnilética, que, como tratamos no capítulo anterior, trata-se de uma maneira totalizante de se perceber os fenômenos sociais e compreender as diferenças como partes de um quadro maior, e também compreender o quadro maior como partes de outros quadros. A análise omnilética é caracterizada por suas dimensões culturais, políticas e práticas em uma relação ao mesmo tempo complexa e dialética e que nos possibilita perceber a inclusão em uma estreita relação com os processos de exclusão, num entrelaçamento da diversidade destas dimensões (SANTOS, 2013).

A TÉCNICA DE OBSERVAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A observação direta de quem está atuando como pesquisadora do próprio objeto de estudo, traz uma certa responsabilidade e ao mesmo tempo uma necessidade de imparcialidade, pois a análise de que trata este trabalho está diretamente ligada à ação de seus pesquisadores. Para tanto, ao me debruçar nestas escritas, afastei-me das atividades do Observatório e passei a observar o desenvolvimento das ações e a realizar o levantamento de dados, para que pudesse realizar a observação direta e participante, sem tender à possíveis implicações e/ou ajustes de fatores que estão sendo analisados. Yin (2001) diz que cada pesquisador de estudo de caso deve trabalhar com afinco para expor todas as evidências de forma justa.

⁵ Compreensão repentina de um problema, ocasionada por uma percepção mental clara e, geralmente intuitiva, dos elementos que levam a sua resolução (<https://www.dicio.com.br/insight/>)

Para atender à questão principal deste trabalho, como ocorre a participação das IES no Observatório, a observação participante é essencial.

Uma das estratégias no conjunto da investigação das técnicas de pesquisas mais utilizadas pelos pesquisadores qualitativos é a observação participante. Esta, sendo a técnica a ser utilizada neste estudo, permite que o pesquisador se coloque na condição de observador na investigação de uma realidade específica, objetivando a obtenção de determinados aspectos dessa realidade (NASCIMENTO, 2018, pág.17)

Dentro dos fundamentos de estudo de caso, observar e analisar os detalhes da pesquisa de forma direta e participante, permite uma investigação mais cuidadosa do caso em potencial minimizando equívocos e maximizando a coleta de evidências.

OS INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

Na coleta de dados deste trabalho, foram utilizados os registros existentes no drive do Observatório referentes à assiduidade nos encontros presenciais e meta presenciais, a aplicação do questionário aos gestores e a produção acadêmica coletiva.

Os encontros presenciais ocorrem duas vezes ao ano e os encontros meta presenciais mensalmente. É de suma importância a participação nesses encontros, pois neles são definidas as estratégias, tomadas as decisões, são realizados os estudos e avaliadas as ações que vão sendo executadas ao longo da pesquisa.

O questionário dos gestores (Anexo I) foi aplicado com o objetivo de levantar as concepções acerca dos conceitos de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica, para mapear propostas de ação e experiências acerca destes conceitos em relação à formação de educadores e identificar dispositivos colonizadores nas relações que permeiam o cotidiano das IES participantes.

A produção acadêmica coletiva foi realizada através da publicação de dois dossiês em periódicos educacionais, sendo um de edital nacional, com avaliação na área de educação pela CAPES, Qualis B2, Revista Educação e Fronteiras, e outro edital internacional, com avaliação na área de Educação pela CAPES, Qualis A2, Revista Ibero Americana de Estudos em Educação.

Por se constituir como rede colaborativa e com grande diversidade de pessoas, lugares, culturas e saberes, e tendo ampliado o número de pesquisadores participantes de forma considerável, foi elaborado coletivamente, ao final do primeiro semestre de 2017, um questionário (com 28 perguntas), cujo intuito foi conhecer melhor os pesquisadores integrantes da pesquisa, bem como suas percepções acerca do trabalho que vem sendo feito

desde 2016. Dentre as perguntas, haviam questões de cunho pessoal, tais como idade, estado civil, nacionalidade, gênero, raça, orientação sexual e religião, e questões de cunho acadêmico e profissional, como instituição a que pertence, cargo ou função, formação, número de orientandos (na totalidade e que integram a pesquisa), participação, ações desenvolvidas na pesquisa e de que forma se articulam com os objetivos do projeto, oportunidades e desafios da pesquisa. Os dados recolhidos foram analisados e categorizados.

O questionário foi divulgado durante as reuniões virtuais e presenciais do Observatório, tendo sido disponibilizado em plataforma digital acessível a todos e compartilhado diversas vezes por e-mail. Este também será um instrumento utilizado na coleta de dados para a análise de participação.

Além da coleta de dados de participação das instituições nas referidas ações, analisaremos também a atuação de cada uma delas nos processos de construção do projeto de pesquisa e de contribuição com os processos burocráticos que permeiam a manutenção e existência do Observatório.

ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados nesta pesquisa serão tratados e analisados por meio da perspectiva omnilética, de Santos (2013).

No estudo de caso verificamos que a análise se faz presente em várias etapas da pesquisa, pois ao longo de todo o processo procuramos verificar a pertinência das questões selecionadas, as áreas a serem mais exploradas, a escolha dos instrumentos de coleta, a coleta de dados propriamente dita. Todas estas etapas fazem, de certa forma, parte de nossa análise.

Os discursos, documentos, números e percentuais passaram por uma análise onde vamos tentar buscar e compreender criticamente, informações manifestadas e ocultas. Para tanto, realizaremos uma análise por meio da perspectiva omnilética de Santos (2013), a qual, como já dito, trata-se de um modo totalizante de se perceber os fenômenos sociais, os quais compõem, em si mesmos, possibilidades de variações dialeticamente infinitas e nem sempre imediatamente perceptíveis, visíveis ou imagináveis, mas nem por isso ausentes ou impossíveis (p.23), pois, conforme Santos (2013), ainda completa:

[...] seu caráter relacional, referencial e participativo (no sentido de ser parte) torna aquilo que se percebe do fenômeno tanto sua parte instituída quanto é, esta mesma, sua instituinte. Ou seja, os fenômenos que percebemos e como os percebemos são tão instituídos quanto instituintes deles mesmos e sempre em relação com uma

totalidade infinita de fenômenos, visíveis e ainda não tão visíveis; previsíveis e imprevisíveis (SANTOS, 2013, p.23-24).

Alguns pressupostos básicos levados em consideração no uso de estudo de caso qualitativo vão ao encontro da proposta de análise omnilética. Destaco, entre os pressupostos, o conhecimento constante no processo de construção do trabalho, a compreensão de diversas óticas e a multiplicidade de dimensões que a análise a partir do estudo de caso pode nos apresentar. O próximo capítulo tratará, justamente, da descrição e análise do que fomos coletando e conhecendo ao longo destes anos de construção e consolidação do OIIIPE.

CAPÍTULO 3: O OBSERVATÓRIO DE INCLUSÃO, INTERCULTURALIDADE E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA (OIIIPE): UMA REDE COLABORATIVA EM AÇÃO

Apresentaremos neste capítulo as especificidades que envolvem nosso objeto de pesquisa, o OIIIPE, desde sua criação até suas atuais ações que envolvem a participação de 100 (cem) pesquisadores nacionais e internacionais na realização de pesquisas acerca da temática da Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica no Brasil, em Cabo Verde, na Espanha, em Portugal, no México, no Chile e na Argentina.

Revisitando a história de construção e consolidação do OIIIPE

O Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação – LaPEADE, foi criado em setembro de 2003, com a missão de “apoiar e promover a participação e a diversidade em educação nas dimensões culturais, políticas e práticas das instituições e sistemas educacionais e contribuir para o desenvolvimento, disseminação e acompanhamento do conhecimento científico acadêmico a respeito de inclusão em educação” (LaPEADE, 2003). O LaPEADE, componente do Programa de PósGraduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE), tem como objetivos:

Criar frentes integradas e transdisciplinares de estudos sobre inclusão em educação com vistas ao desenvolvimento de pesquisas sobre o tema;
Gerar, através de estudos, da execução e do acompanhamento de projetos, diretrizes e pensares a respeito de culturas, políticas e práticas inclusivas em instituições e sistemas educacionais, com vistas a minimizar e eliminar os processos de exclusão que neles se verifiquem;
Disseminar o conhecimento e ações produzidas através de publicações e eventos acadêmico-científicos. (LaPEADE, 2003)

Com base nestes objetivos, em 2007 deu-se início ao projeto de pesquisa: “Culturas, Políticas e Práticas de Inclusão em Universidades: um foco na formação inicial de professores”. Este foi o primeiro projeto desenvolvido em parceria com universidades internacionais, tendo em sua composição as Faculdades de Educação da UFRJ, da Universidade de Cabo Verde, e das Universidades de Sevilha e Córdoba (Espanha), todas públicas. O intuito da pesquisa foi descrever e discutir o panorama dos processos de inclusão/exclusão nas referidas universidades enquanto instituições formadoras de futuros educadores no tocante às suas culturas, políticas e práticas em âmbito nacional e internacional (LaPEADE, 2010). A pesquisa teve a participação de 934 alunos, engendrou na publicação de artigos, teses e dissertações, e desencadeou na organização do Seminário Internacional de

Inclusão em Educação: Universidade e Participação⁶ II com o tema: Inclusão, Diversidade e Desigualdade no Ensino Superior.

Na análise da pesquisa acima citada, foram observadas práticas discriminatórias, incongruentes com os princípios e diretrizes defendidos no plano político pelas Universidades em questão. Estes achados desdobraram-se no desenvolvimento de uma segunda pesquisa: Culturas, Políticas e Práticas de Inclusão em Educação Superior: As Vozes dos Formadores de Professores. Para este projeto o propósito era levantar, descrever e discutir o panorama dos processos de inclusão/exclusão nas referidas universidades no tocante à construção de culturas, ao desenvolvimento de políticas e à orquestração de práticas, de inclusão e/ou exclusão tendo como foco e objeto central de análise os professores das mesmas. (LaPEADE, 2010)

Esta segunda pesquisa foi desenvolvida em 2010, com as mesmas universidades da primeira pesquisa, acrescentando a participação da Universidade de Lisboa. Atingiu ao número de 1.155 participantes. A culminância deste projeto foi a organização do Seminário Internacional de Inclusão em Educação: Universidade e Participação 3: Universidade e Participação na contemporaneidade, em 2013.

Como resultado do UP3, constituiu-se a Rede Internacional de Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas de Inclusão/Exclusão em Educação. A esta rede denominou-se Grupo Internacional de Inclusão em Educação (GRIInE).

Com a abertura e ampliação do Grupo, contamos com mais universidades nacionais e internacionais. Sendo assim, incluíram-se no grupo professores da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Chilena de Maule, do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Universidade Federal de Rondônia. Após a reunião manifestaram interesse em participar do grupo os pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). (LaPEADE, 2013)

O GRIInE teve como objetivo:

Ampliar a discussão sobre Inclusão em Educação, utilizando o Index para a Inclusão como mediador das ações e reflexões sobre culturas, políticas e práticas de inclusão/exclusão de gestão em educação superior e nos mais diferentes níveis e modalidades de ensino (envolvendo a educação formal e não formal). As ações serão ampliadas nacional e internacionalmente e terão como fundamentação uma perspectiva omnilética. (LaPEADE, 2013)

⁶ Universidade e Participação é um evento que tem o objetivo de levantar e discutir a influência da Universidade na construção de uma sociedade mais democrática com base em reflexões sobre temas relacionados a educação, que teve sua primeira edição em 2005.

No entanto, de sua criação até 2015 o GRIInE sofreu certa desmobilização em função de que a pessoa encarregada de organizá-lo junto com a Coordenação geral abandonou seu doutorado, tendo ficado apenas uma pessoa responsável pela articulação de tantos pesquisadores, o que quase inviabilizou o projeto. Mesmo com estas dificuldades, a Coordenação conseguiu, ainda em meados de 2015, retomar a ideia do projeto e compor uma equipe preliminar para a sua construção, composta por pesquisadores da UFRJ, UFF e UFSC.

No início de 2016, o projeto que originou a criação do Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica – OIIIIPe ficou pronto. O objetivo geral deste trabalho era:

...investigar contradições e perspectivas emergentes em propostas e experiências de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica desenvolvidas no processo de formação de educadores em universidades nacionais e internacionais, por meio de variadas metodologias e de subprojetos de pesquisa que serão desenvolvidos colaborativamente pelas universidades participantes, sendo respeitadas as demandas regionais de cada Instituição de Ensino Superior (IES). (LaPEADE, 2017)

Com a pesquisa: Formação de educadores: inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica em contextos internacionais de ensino superior, o OIIIIPe iniciou suas atividades em 2016, com a realização do Seminário Internacional de Inclusão em Educação: Universidade e Participação 4, cujo o tema foi: Inclusão, Ética e Interculturalidade.

Inicialmente o Observatório contou com a participação de 23 (vinte e três) instituições de ensino superior nacionais e internacionais:

1. Faculdade Municipal de Palhoça (FMP) – Palhoça/Santa Catarina
2. Instituto Federal Catarinense (IFC) – Blumenau/Santa Catarina
3. Universidades Federal do Piauí (UFPI) – Teresina/Piauí
4. Universidade Estadual do Piauí (UESPI) - Teresina/Piauí
5. Universidade Federal do Ceará (UFC) – Itarema/Ceará
6. Universidade Federal de Grandes Dourados (UFGD) – Dourados/Mato Grosso do Sul
7. Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – São Luís/Maranhão
8. Universidades Federal de Ouro Preto (UFOP) – Ouro Preto/Minas Gerais
9. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte/Minas Gerais
10. Universidades Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Praia Vermelha/Rio de Janeiro
11. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Maracanã/Rio de Janeiro

12. Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói/Rio de Janeiro
13. Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) – Itabuna/Bahia
14. Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) – Bauru/São Paulo
15. Universidades Federal do Amapá (UNIFAP) – Macapá/Amapá
16. Universidade Estadual do Amapá (UEAP) – Macapá/Amapá
17. Instituto Federal do Amapá (IFAP) – Macapá/Amapá
18. Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) – Itajubá/Minas Gerais
19. Universidade do Vale do Acaraú (UVA) – Sobral/Ceará
20. Universidade Católica de Maule (UCM) – Talca/Chile
21. Universidade de Córdoba (UCO) – Córdoba/Espanha
22. Universidade de Cabo-Verde (Uni-CV) – Praia/Cabo Verde
23. Universidade Pedagógica Nacional (UPN) – Cidade do México/México

O processo de construção desse projeto foi realizado coletivamente, respeitando as especificidades e o público alvo de cada subprojeto, levando em consideração as interseções dos temas explorados: inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica.

Além da construção do projeto, foi elaborado também um calendário permanente de encontros virtuais e presenciais entre os pesquisadores participantes. A partir dos encontros, foi iniciada a estruturação de um questionário para ser aplicado entre os gestores das IES, com o objetivo de verificar a concepção sobre os temas explorados.

Em 2017, ocorreram algumas deserções de instituições que não conseguiram acompanhar e/ou participar das atividades. Ao mesmo tempo, foram inseridas no projeto algumas IES que desenvolviam ações institucionais que se encaixavam no perfil do Observatório. Nesse período o OIIIPe chegou a abarcar 30 (trinta) instituições, porém algumas participaram por um curto período.

Essa variação de instituições desvelou uma necessidade de criação de instrumentos que legitimassem e orientassem toda a estrutura e desenvolvimento do Observatório. Inicialmente o grupo decidiu pela oficialização da parceria, através de convênio regular entre as instituições participantes. Por ser a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a integrante escolhida para responder pela coordenação do projeto, instaurou os procedimentos para formalização da parceria do Observatório.

Para tanto, em junho de 2017 foi iniciado o processo de oficialização do convênio entre as IES. Inicialmente, os modelos de Acordo preenchidos pelas IES foram os fornecidos pela Coordenação de Relações Institucionais e Articulações com a Sociedade – CORIN, que

está vinculada ao Gabinete do Reitor. Porém esse modelo possui regulamentos específicos para Acordos Nacionais somente. Por possuir pesquisadores de instituições nacionais e internacionais, o Observatório foi apresentado a PR3 – Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças.

De imediato, a PR3 orientou que, para as universidades internacionais, deveria ser providenciada a tradução juramentada⁷. Este processo levou cerca de três meses para ser executado. Após todo o material em mãos, levou-se em consideração o fato de o Observatório ter a característica de rede. Então a equipe de coordenação do OIIIPe foi encaminhada a Diretoria de Relações Internacionais da UFRJ (DRI-UFRJ). A DRI estabelece acordos de cooperação e outros tipos de parcerias com centenas de instituições de ensino superior estrangeiras, através de Termos de Acordo de Cooperação. Ao se firmar um Acordo com cada instituição tem-se, ao final, uma miscelânea desconexa de Acordos bilaterais envolvendo a UFRJ. Ao se firmar um Acordo multilateral com todas as instituições participantes, a UFRJ será mais uma participante de uma rede formalmente estabelecida.

Após essa descoberta, todo o processo anterior teve que ser interrompido e deu-se início a novos procedimentos. O Observatório deu entrada em duas modalidades de parceria: o protocolo de intenções, que se restringe a questões acadêmicas (intercâmbio, publicações) e o Acordo de Cooperação, que possibilita a parceria em termos de estrutura física (financiamentos, bolsas).

Acordos multilaterais são complexos, pois dependem da concordância de todas as partes quanto aos seus termos e condições.

Este foi um processo penoso, pois observou-se a complexidade do trâmite, uma vez que todas as instituições deveriam constar em apenas um documento. Segundo informações do setor a UFRJ nunca havia trabalhado com um modelo de parceria que além de se constituir em um projeto com vários subprojetos, conta com um número grande de pesquisadores e instituições e uma variedade de estruturas acadêmicas (instituições federais, estaduais e municipais nacionais e internacionais).

Com a abertura do processo, apareceram alguns entraves das IES, pois muitas tiveram dificuldades em enviar todos os dados necessários para o preenchimento correto dos formulários exigidos pela DRI. Com isso, apenas 22 (vinte e duas) instituições constaram,

⁷ A tradução juramentada é feita por um tradutor público e intérprete comercial, também chamado de tradutor juramentado, que é habilitado em um ou mais idiomas estrangeiros e português, nomeado e matriculado na junta comercial do seu estado de residência para reconhecer oficialmente o documento e dar validação legal ao mesmo.

inicialmente, nos formatos de Protocolo de Intenções e no Acordo de Cooperação. Foram elas:

1. Faculdade Municipal de Palhoça
2. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense
3. Instituto Federal do Amapá
4. Universidad Catolica De Maule
5. Universidade de Córdoba
6. Universidad Pedagógica Nacional de México
7. Universidade de Cabo Verde
8. Universidade do Estado do Rio de Janeiro
9. Universidade Estadual do Amapá
10. Universidade Estadual do Piauí
11. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
12. Universidade Estadual do Vale do Acaraú
13. Universidade Federal de Grandes Dourados
14. Universidade Federal de Itajubá
15. Universidade Federal de Minas Gerais
16. Universidade Federal de Ouro Preto
17. Universidade Federal do Amapá
18. Universidade Federal do Ceará
19. Universidade Federal do Piauí
20. Universidade Federal do Rio de Janeiro
21. Universidade Federal do Sul da Bahia
22. Universidade Federal Fluminense

Neste processo, percebeu-se a burocratização e morosidade dos serviços prestados pelas IES. Em todas elas, vivenciamos problemas desde o âmbito de comunicação interna, até o desconhecimento de procedimentos formais da administração.

Ainda em 2017, paralelamente ao procedimento de formalização, o OIIIIPe elaborou um Regimento Interno, no intuito de regulamentar toda a execução do projeto, principalmente a participação dos pesquisadores.

Este regimento é constituído por 5 (cinco) capítulos, a saber:

- CAPÍTULO I - Da Missão e Propósito
- CAPÍTULO II - Dos Objetivos e Princípios

- CAPÍTULO III - Do Público Alvo
- CAPÍTULO IV - Da Estrutura de funcionamento do OIIIPE
- CAPÍTULO V - Da Estrutura de Governança e Atribuições

Aqui, faremos destaque a alguns pontos principais de cada capítulo. Partindo do Capítulo I, chamamos a atenção para a missão apresentada:

Sua Missão é desenvolver pesquisa, ensino e extensão em rede colaborativa, em níveis de graduação e de pós-graduação com o propósito de formar profissionais da Educação que produzam saberes e práticas educativas críticas, transformadoras e orientadas por princípios de inclusão, interculturalidade, e inovação pedagógica.

Atentemos que já em sua missão o Observatório apresenta como característica principal ser uma rede colaborativa.

No Capítulo II, evidenciamos o artigo 5º que trata dos princípios do Observatório:

I - comprometimento com a defesa da inclusão como direito de todos e da interculturalidade e inovação pedagógica como princípios inclusivos e norteadores das culturas, políticas e práticas educacionais e com a cidadania como princípio na relação entre os indivíduos;

II - compromisso com a construção e fortalecimento das relações internas e interinstitucionais, baseados nos princípios da igualdade, solidariedade, universalidade e integralidade, da atenção à Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica

III - autonomia de pensamento em relação a interesses peculiares às instituições participantes do OIIIPE

O inciso II apresenta um dos princípios norteadores da rede colaborativa, reafirmando que o Observatório se enquadra neste formato.

No capítulo subsequente (III), do público-alvo, observamos que é ampliada a participação, definindo como público-alvo: (...) *graduandos, professores, pesquisadores, gestores, trabalhadores da área de educação de organizações governamentais e da sociedade civil*. Fato este que aponta a natureza inclusiva e democrática do Observatório.

A Estrutura de Funcionamento do OIIIPE, definida no capítulo IV, trata das reuniões presenciais e virtuais que são realizadas ao longo do projeto. A participação efetiva de cada instituição é o que garante o teor colaborativo do grupo.

O capítulo que determina a Estrutura de Governança e Atribuições do Observatório (V) é o último e mais longo de todo o regimento. Nele encontramos 6 (seis) seções:

- SEÇÃO I - Da Coordenação Geral
- SEÇÃO II - Da Câmara de Organização e Manutenção do Sítio
- SEÇÃO III - Da Comissão de Editais e Relatórios
- SEÇÃO IV - Da Comissão de Produção Científica

- SEÇÃO V - Dos Pesquisadores
- SEÇÃO VI - Dos Colaboradores

A Coordenação Geral é eleita pelos participantes, para um mandato de três anos e possui as seguintes atribuições:

- I. Convocar e presidir as reuniões de equipe local, regional e geral;
- II. Definir as ações estratégicas do OIIIPe, observando o presente Regimento, assim como as deliberações acordadas em reuniões gerais;
- III. Representar o OIIIPe em eventos estadual, nacional e internacional;
- IV. Cobrar dos participantes os materiais e outros produtos resultantes das reuniões virtuais e presenciais;
- V. O Secretariado deverá manter atualizada a lista e os dados de todos os participantes do OIIIPe

A Câmara de Organização e Manutenção do Sítio trata da criação e implementação do site do Observatório, onde consta a necessidade de se manter um banco de dados atualizado, com configuração bilíngue e acessível, disseminando publicações produzidas por todos os pesquisadores do OIIIPe.

A Comissão de Editais e Relatórios, tem o propósito de garantir o registro de todos os encontros, a elaboração de relatórios anuais relativos aos encaminhamentos e resultados do Observatório, e o acompanhamento de editais para concorrência de projetos.

A Comissão de Produção Científica, tem o objetivo de *fomentar o registro e a produção de artigos e livros para publicações e estimular a produção de dossiês e Anais científicos oriundos das reuniões presenciais.*

As Seções V (dos pesquisadores) e VI (dos colaboradores) explanam as responsabilidades e compromissos dos participantes. Ambas serão desenvolvidas no item seguinte (1.2).

Com todas essas demandas, o Observatório entendeu ser necessária a verificação do perfil dos pesquisadores, organizando, concomitantemente com a aplicação do questionário dos gestores, uma pesquisa voltada somente para seus participantes. Este instrumento é de suma importância para esta dissertação, pois dele sairão dados de onde faremos a análise de participação no Observatório. Portanto, exploraremos esse assunto em um capítulo mais adiante (Capítulo 4 Discussão de Dados).

Para finalizar, apresento o histórico de 2018, onde poderemos verificar a concretização das ações construídas ao longo dos dois últimos anos.

Começaremos com a produção acadêmica. No final de 2017, a comissão de produção científica apresentou a proposta de elaboração de dois dossiês: um para um periódico nacional e outro internacional. Ambos com publicação prevista 2018.

O primeiro dossiê foi para a Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (RIAEE), que é coordenada pelas UNESP e pela Universidad de Alcalá (Espanha), de classificação Qualis A2 em Educação. Publicado em setembro de 2018, o dossiê Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica (v.13, n. esp. 2), apresentou em 309 (trezentas e nove) páginas da revista, 19 (dezenove) artigos de 36 (trinta e seis) pesquisadores que apresentavam considerações sobre os trabalhos realizados ao longo dos dois anos de OIIIPE.

No mesmo mês, a revista Educação e Fronteiras, de qualificação B2 em Educação, de tiragem quadrimestral e de caráter interinstitucional, coordenada pela UFGD, publicou em setembro de 2018 (v.8 – n 22), o Dossiê Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica no Ensino Superior. Para este dossiê, tivemos a participação de 28 (vinte e oito) pesquisadores do Observatório que produziram 12 (doze) artigos, totalizando 195 (cento e noventa e cinco) páginas da revista.

No que diz respeito ao questionário direcionado aos gestores, o OIIIPE organizou dentro do calendário de encontros virtuais e presenciais, as apresentações das análises de dados de cada IES.

No encontro presencial do primeiro semestre, ocorrido no Amapá, foram apresentados os dados do questionário para os pesquisadores, aplicado em 2017. Dados esses que iremos explorar mais adiante (Capítulo 4 Discussão de Dados).

O grande nó, que teve repercussão ao longo de todo o ano de 2018, foi a formalização da parceria entre as universidades.

Por ser um Observatório que apresenta uma diversidade grande em sua composição (instituições nacionais e internacionais), questões de cunho legal começaram a apresentar divergências. As universidades estrangeiras trouxeram demandas de conflitos entre a legislação brasileira e a de seus países (Chile, México, Espanha e Cabo Verde). Além disso, as instituições de ensino superior brasileiras, trouxeram demandas referentes a diferenças entre as legislações das esferas administrativas (federal, estadual e municipal).

Diante disso, a DRI entendeu que, para regularizar a parceria, o acordo deveria ser feito em consonância com as leis que regem o estabelecimento de cooperação em rede colaborativa. Para tanto, foi necessário abandonarmos os processos anteriores e iniciar novos procedimentos. Nos meses de novembro e dezembro de 2018, os pesquisadores avaliaram a

nova documentação proposta, na esperança de se firmar legalmente o Acordo Específico de Cooperação entre as instituições.

Nesse íterim, algumas instituições se retiraram do Observatório e outras se integraram. Na última versão, ficaram como participantes:

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro
2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
4. Universidad Católica Del Maule
5. Universidad de Córdoba
6. Universidad Pedagógica Nacional de México
7. Universidade de Cabo Verde
8. Universidade do Estado do Rio de Janeiro
9. Universidade do Estado do Amapá
10. Universidade Estadual do Piauí
11. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
12. Universidade Estadual Vale do Acaraú
13. Universidade Federal da Bahia
14. Universidade Federal de Grandes Dourados
15. Universidade Federal de Itajubá
16. Universidade Federal do Maranhão
17. Universidade Federal de Ouro Preto
18. Universidade Federal do Amapá
19. Universidade Federal do Ceará
20. Universidade Federal do Piauí
21. Universidade Federal de Alagoas
22. Universidade Federal de Juiz de Fora
23. Universidade Federal Fluminense
24. Universidade Nacional de Rosário
25. Universidade Nova de Lisboa

Uma questão relevante dentro do documento proposto foi a criação de um Comitê Gestor, que propõe a composição de um órgão deliberativo formado por presidente, vice-presidente e secretário geral. Esse processo encontra-se em andamento até os dias atuais.

Todas as etapas aqui apresentadas fazem parte da construção de uma rede colaborativa, que se apresenta como um grupo inclusivo, intercultural e pedagogicamente inovador, durante o desenvolvimento da pesquisa.

Caracterização das IES e suas ATUAÇÕES

Para falarmos sobre a participação das instituições de ensino superior, integrantes do observatório, objeto deste trabalho, se faz necessário que se conheça as atuações de cada integrante em cada ação desenvolvida pelo OIIIPe.

Vamos elencar, em tabelas, as ações e atuações de cada uma das participantes, apresentando por ordem de continente: África, Europa e América. Abordaremos nossas instituições do Brasil, por ordem de região, norte, sul, centro-oeste, nordeste e sudeste, deixando somente a coordenação geral por último. Na sequência de cada tabela, realizaremos uma análise (omnilética) do que pudemos observar dos dados.

a) Encontros do OIIIPe

Tabela 5 Grau de participação nas reuniões por Região e País

Região/País	Percentual de participação nas reuniões presenciais por ano			Percentual de participação nas reuniões virtuais por ano		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
AMÉRICA DO SUL						
UCM (Chile)	50%	50%	0%	7%	36%	38%
UNR (Argentina)	-	-	-	-	-	-
UFGD (Mato Grosso do Sul)	100%	100%	100%	13%	82%	88%
UNIFAP (Amapá)	-	50%	50%	-	45%	63%
UEAP (Amapá)	-	100%	100%	-	27%	38%
IFC (Santa Catarina)	100%	100%	100%	17%	82%	88%
IFBA (Bahia)	-	-	-	-	-	25%
UESPI (Piauí)	100%	50%	100%	23%	64%	75%
UFAL (Alagoas)	-	-	-	-	-	-

UFBA (Bahia)	50%	50%	-	27%	73%	50%
UFC (Ceará)	50%	100%	50%	7%	55%	25%
UFMA (Maranhão)	-	50%	50%	-	27%	50%
UFPI (Piauí)	0%	50%	0%	13%	18%	0%
UVA (Ceará)	100%	100%	100%	20%	85%	88%
UERJ (Rio de Janeiro)	-	100%	50%	-	64%	80%
UNESP-Bauru (São Paulo)	100%	50%	0%	13%	73%	50%
UNIFEI (Minas Gerais)	-	0%	50%	-	9%	25%
UFF (Rio de Janeiro)	100%	50%	100%	100%	82%	25%
UFJF (Minas Gerais)	-	-	100%	-	-	100%
UFOP (Minas Gerais)	50%	100%	100%	10%	100%	100%
UFRJ (Rio de Janeiro)	100%	100%	100%	100%	100%	100%
AMÉRICA NORTE						
UPN (México)	50%	50%	0%	13%	64%	63%
ÁFRICA						
Uni-CV (Cabo Verde)	100%	0%	0%	27%	73%	50%
EUROPA						
UCO (Espanha)	0%	0%	0%	13%	9%	13%
NOVA (Portugal)	-	-	50%	-	-	38%

Inicialmente, podemos constatar que, percentualmente falando, existiu uma maior participação das instituições nas reuniões presenciais do que nas virtuais. O que nos traz a percepção de que as IES dão importância ao presencial, físico, para as trocas de informações e construção de caminhos para o projeto. Ao longo dos três anos pudemos verificar que nas reuniões presenciais ocorrem as deliberações e avaliações sobre as ações/estratégias do observatório. Assim, a participação presencial predominante parece confirmar a relevância dos momentos em que ocorre, de forma física e imediata, as trocas de conhecimentos. Fato que fortalece a corrente de culturas, políticas e práticas.

Acreditamos que o fato de estarem durante dias juntos, voltados somente para assuntos pertinentes ao observatório, faz com que as reuniões presenciais se revelem como uma

oportunidade de estarem conhecendo o espaço do outro, no lugar do outro. Desta forma, todas as IES, em algum momento, saem de sua unidade federativa para outra, conhecendo climas, paisagens, hábitos, paladares, comunidades, vestuários, músicas e outras tantas formas diferentes de sua rotina. Esse enriquecimento cultural já renova os ares entre as instituições, fazendo com que elas possam verificar em suas realidades dissemelhantes, as semelhanças.

Omnileticamente, é o momento de encontros, convergências, desencontros e divergências, de debates e embates em que culturas, políticas e práticas se interinfluenciam de modo a possibilitar novos contornos na relação entre os pesquisadores e, conseqüentemente, no futuro do próprio Observatório. O resultado desses entrelaces tem sido o de que, durante os dias em que as IES se reuniram presencialmente, até o momento, têm sido discutidas e definidas novas culturas, políticas e práticas pertinentes às ações do OIIIPe, bem como apresentados novos materiais, de cunho nacional e internacional, que devem ou não ser estudados e apoiados pela rede de pesquisadores. Ademais, as práticas expostas por cada instituição participante, corroboram para que o projeto seja analisado, fazendo com que todos entendam como estão sendo desenvolvidos os subprojetos e quais estratégias devem ser delineadas para o andamento da pesquisa.

Todas as tomadas de decisão feitas durante as reuniões presenciais, são monitoradas, aprimoradas e consolidadas, durante as reuniões virtuais, que têm apresentado um número mais baixo de participação das IES.

Podemos observar que algumas instituições mais distantes, têm maior participação virtual do que presencial, como é o caso da Uni-CV, que teve participação presencial apenas em 2016, porém apresenta-se mais frequente virtualmente.

Esse é um exemplo de que as participações virtuais são importantes para incitar o acompanhamento e fortalecimento das redes, que muitas vezes não têm condições de estarem presentes, seja por conta das diferenças de calendários, seja por conta da falta de, ou do pouco financiamento, seja por conta de outros fatores.

Encontramos dificuldades regionais nesta prática. Fusos horários desconhecidos, disponibilidades de horários acadêmicos diversos, espaços e equipamentos nem sempre adequados para a participação qualitativa, no que diz respeito à comunicação, são algumas questões que dificultam a participação virtual. Porém, são as reuniões, carinhosamente chamadas de *meta presenciais*, que nos possibilitam manter a rede de pesquisadores viva.

Estas situações nos permitem confirmar nossa lente omnilética, na medida em que apontam para culturas (fuso horário, jornada de trabalho, ...), políticas (a falta de suporte técnico que às vezes se apresenta nas reuniões virtuais, o descomprometimento e o

comprometimento com a participação...) e práticas (de ausência e omissão, assim como de presença e participação...) em constante interlocução, ora provocando tensões, ora acordos e novas tensões e novos acordos que alteram, como em realidades paralelas, os rumos daquela história.

É na condução virtual que as IES realizam seus estudos sobre as temáticas desenvolvidas pelas pesquisas, apresentam seus dados, discutem sobre suas especificidades e acompanham as metas e objetivos a serem alcançados por todos. Todas essas ações permeiam também as culturas, políticas e práticas de nosso observatório.

Abrimos parêntese para falarmos sobre as instituições que estão no quadro acima, mas que não apresentam índices registrados, como no caso da UNR. Essas instituições já apresentaram suas documentações para iniciarem o processo de oficialização de sua participação, mas somente iniciarão sua participação efetiva após a assinatura dos documentos. Por este motivo, não fizeram parte de nosso foco de análise.

b) Atuação em relação ao questionário dos gestores

Tabela 6 Escala de participação na aplicação dos questionários por Região/País

Região/País	Aplicou e Apresentou dados	Aplicou e está em análise de dados	Não aplicou
AMÉRICA DO SUL			
BRASIL	7	6	5
UNR (Argentina)			1
UCM (Chile)	1		
AMÉRICA DO NORTE			
UPN (México)	1		
ÁFRICA			
Uni-CV (Cabo Verde)		1	
EUROPA			
UCO (Espanha)			1
NOVA (Portugal)			1

O número de instituições que já fizeram a aplicação e análise dos dados do questionário é quase o mesmo das instituições que ainda não aplicaram e/ou as que estão em análise de dados.

É verdade que não podemos deixar de considerar a dificuldade de realizar esta ação. A dificuldade que todas as participantes encontraram em acessar as reitorias e demais departamentos gestores de suas instituições (culturas institucionais?), depois a dificuldade de fazer com que os mesmos respondessem aos questionários (políticas e práticas contraditórias?) e finalmente encaminhassem os dados para análise, foi imensa.

Além de verificarmos a dificuldade de comunicação entre os setores, foram percebidos os bloqueios e as complexidades em responder questões relacionadas às temáticas do observatório. Muitas vezes foram observados desconhecimentos em relação aos temas. Podemos exemplificar este fato com a resposta dada no questionário de gestores do IFC, referente a existência de prática de inovação pedagógica na instituição.

Não tenho conhecimento profundo das orientações presentes nos documentos internos sobre inovações pedagógicas. Contudo, verifico que de maneira geral o meu campus, por ser bastante novo, é um exemplo no que diz respeito à capacidade de inovar.

Ou simplesmente, quando o gestor, ao ser solicitado que descrevesse alguns exemplos que considerava como práticas de interculturalidade, dá a resposta: *Desconheço*, como ocorreu na UFRJ.

Obviamente, esses obstáculos apresentados contribuem para que as instituições não tenham finalizado esta ação prevista no projeto. Porém, omnileticamente, entendemos que existem outras questões para a não execução da meta, além da já apresentada na tabela anterior, como o caso da UNR. Acreditamos que a baixa participação nas reuniões do OIIIPe, possa refletir nessa ação. A UCO, por exemplo, que está inserida na pesquisa desde 2016, não aplicou o questionário. Sua participação nos encontros tem se apresentado de forma decrescente. Essa baixa participação nos leva a refletir sobre a importância no acompanhamento das ações do observatório para que as experiências e estratégias compartilhadas pela rede, possam contribuir e incentivar as demais IES a realizar seus objetivos e metas.

Para a pesquisa desenvolvida pelo observatório, é de suma importância que o questionário seja aplicado e analisado, pois é através da gestão que vamos começar a entender de que forma a instituição trabalha e aplica os conceitos de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica.

c) Atuação em relação ao questionário dos pesquisadores

O questionário foi divulgado durante as reuniões virtuais e presenciais do Observatório, tendo sido disponibilizado em plataforma digital acessível a todos e compartilhado diversas vezes por e-mail, de modo que, até o presente momento, foram obtidas 32 respostas. Dos dados obtidos, constatou-se uma diversidade de respostas entre os Estados brasileiros e países integrantes do projeto. Abaixo apresentaremos quadros demonstrativos.

Tabela 7 Participação dos pesquisadores Região/País

Região/País	%
AMÉRICA DO SUL	
UCM (Chile)	6,45
BRASIL	67,74
AMÉRICA DO NORTE	
UPN (México)	3,23
ÁFRICA	
Uni-CV (Cabo Verde)	12,9
EUROPA	
UCO (Espanha)	3,23

O quadro acima demonstra que América do Sul e África foram as regiões que tiveram um número maior de respondentes. Sendo o Brasil o país de maior número de instituições participantes, podemos verificar que, mesmo tendo o maior número de respondentes, as instituições internacionais se fizeram presentes de forma mais significativa. Essa reflexão se dá a partir do momento em que verificamos o número de participantes por instituição. Ora, se no período de aplicação deste questionário eram cerca de 90 (noventa) pesquisadores, de 23 (vinte e três) instituições, sendo apenas 4 (quatro) internacionais, percebe-se que a participação das instituições nacionais poderia ter sido mais expressiva.

Dentre os pesquisadores que responderam ao questionário, verificamos que prevaleceu o perfil abaixo traçado:

Tabela 8 Perfil dos participantes do OIIIPe (respondentes)

41 e 50 anos	35%
Feminino	72,42%
Branca	50%
Heterossexual	70,37%
Filhos	59,38%
Católicos	41,94%

A presença maciça das mulheres, confirma a pesquisa recente apresentada (março/2019) pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), realizada entre 2014 e 2017, que revelou que no Brasil, dos 53,3 mil artigos publicados, 72% são assinados por pesquisadoras mulheres. Este fato demonstra que, apesar dos desafios, o país caminha para uma direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres.

Mesmo tendo apresentado um quadro de formatação em um padrão mais elitizado, o grupo ainda apresenta uma diversidade de participantes, indicador importante para uma pesquisa que trabalha com inclusão no ensino superior.

Tabela 9 Escolaridade

Graduação	Pedagogia	34,38%
Especialização	Ciências Sociais	16,63%
Mestrado Profissional	Planejamento e Políticas Públicas	18,75%
Mestrado Acadêmico	Educação	62,5%
Doutorado	Educação	40%

A prevalência das áreas de ciências humanas e sociais, principalmente a educação, está explícita no quadro acima.

Tabela 10 Participação de orientandos

Graduação	13,79%
Não possui orientandos	13,79%
Pós Graduação	64,79%

Verificamos, ainda, que 75% dos orientandos dos pesquisadores não possuem vínculo com o Observatório.

No que concerne às ações desenvolvidas pelos pesquisadores no OIIIIPe, o número de respostas foi bastante diversificado. Dentre as respostas apresentadas:

Tabela 11 Participação nas ações do OIIIIPe

Declarou participar das reuniões	46,88%
Realizou levantamento de dados (relativo às temáticas)	25%
Elaboração do projeto	18,75%
Execução da pesquisa (relativo ao questionário dos gestores)	15,63

Parte dos pesquisadores, 21,88%, declarou, no que se refere às ações, que está produzindo ciência. 29,63% afirmam que as ações realizadas se articulam com objetivo geral do projeto a partir dos conceitos; 29,63% dizem se articular com a próprio objetivo geral da pesquisa; 22,22% aos objetivos específicos e 30% ao uso das categorias como eixos norteadores (inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica).

Sobre a criação de alguma política institucional de inclusão, interculturalidade ou inovação pedagógica que tenha sido produzida em sua instituição após sua entrada no Observatório, 50% dos respondentes afirmam que nenhuma nova política havia sido criada ou que não tinha conhecimento sobre esse tópico (10,71%).

Em relação a produções científicas, concernentes ao OIIIIPe, desenvolvidas pelos pesquisadores, temos os seguintes dados:

Tabela 12 Participação nas produções científicas

Não realizou	30,77%
Participou de eventos	30,77%
Escreveu artigos sobre as temáticas	26,92%

Sobre a participação na pesquisa, grande parte declarou que a considera fraca e/ou tímida (33,33%), ao mesmo tempo em que boa parte dos demais, 30%, a considerou atuante e/ou positiva.

Por último, foi perguntado aos pesquisadores que oportunidades e desafios o OIIIIPe havia representado, até o presente momento, para eles. Novamente, as respostas apresentadas foram diversificadas.

Tabela 13 Participação nas produções científicas

OPORTUNIDADE	
Declarou como relevante a formação de uma rede de colaboração e a troca de conhecimentos	37,93%
conhecimento de outros trabalhos	31,3%
estar em uma pesquisa internacional	20,69%
DESAFIOS	
fortalecimento do trabalho em grupo	26,67%
participação na pesquisa	16,67%
articulação entre conhecimento e prática	10%
Comunicação	10%
ampliação do conhecimento	10%
compreensão dos objetivos da pesquisa	6,67%
tempo e espaço para a realização da pesquisa	6,67%
articulação com sua própria instituição de ensino superior	3,33%

Ainda tivemos citação de alguns desafios, como: cumprimento de prazos, diversidade de contextos, fuso horário, investir na pesquisa, participação nas discussões e organização/logística da pesquisa.

A partir dos dados acima, depreendemos um perfil majoritário de mulheres, brancas, católicas, com filhos e heterossexuais atuando no projeto. Ao analisarmos os dados de participação nas ações do OIIIIPe, verificamos que nenhum índice se encontra acima de 50%, o que denota uma participação relativamente abaixo do esperado. Estes dados são corroborados, pelo menos parcialmente, ao se perceber, na Tabela XII, que os principais desafios declarados são fortalecer um trabalho em equipe e participar na pesquisa.

Em um olhar omnilético, podemos nos perguntar se a baixa participação verificada e declarada estaria vinculada a uma questão de gênero. Ou seja, seria pelo fato de que, na

contemporaneidade (culturas), as mulheres estão exercendo tantos papéis (práticas) que não conseguem administrar (políticas) seu tempo, garantindo, assim, sua participação nos projetos de sua escolha? Seriam os contraditórios e a complexidade simultâneos da vida feminina da atualidade (compromissos familiares, trabalhos múltiplos em demanda tendo em conta a precariedade da profissão docente universitária, etc...) os fatores que interferem no comprometimento da participação no OIIIPe?

d) Publicações

Tabela 14 Escala de participação nas publicações por Região/País

Região/País	Revista Educação e Fronteiras	Revista Ibero Americana
AMÉRICA DO SUL		
UCM (Chile)		1
UNR (Argentina)		
BRASIL	9	11
AMÉRICA DO NORTE		
UPN (México)	1	1
ÁFRICA		
Uni-CV (Cabo Verde)		
EUROPA		
UCO (Espanha)		
NOVA (Portugal)		

No quadro acima, podemos observar que a publicação em revista de veiculação internacional e com classificação Qualis A2, teve um desempenho maior do que a revista de veiculação nacional.

Das 25 (vinte e cinco) instituições participantes, 14 (quatorze) participaram das publicações. Esses dados demonstram que as IES estão desenvolvendo seus subprojetos e produzindo dados que possibilitam divulgar os resultados desse trabalho.

Para avaliarmos a participação das instituições, é importante abordarmos as responsabilidades dos pesquisadores. Todos os pesquisadores coordenadores e mais os

pesquisadores participantes e colaboradores do Observatório, têm orientações, acerca de suas participações, apresentadas nas seções V e VI do Regimento Interno.

A Seção V define pesquisadores como profissionais da educação representantes de cada universidade, bem como alunos e orientandos. Em seu artigo 15º, a seção fala sobre as responsabilidades dos pesquisadores:

Os pesquisadores do OIIIPe são responsáveis pela elaboração de relatórios, produções científicas e registros diversos, com periodicidade eventual, mediante solicitação da Coordenação e das Comissões e/ou quando acordadas em reuniões gerais;

Parágrafo único. Seguindo um cronograma discutido pela equipe, as produções citadas no artigo 11 referem-se a textos com análises crítico-reflexivas de pesquisas divulgadas ou em pauta que versem sobre as discussões do OIIIPe;

No artigo 16º, observamos que os pesquisadores devem ter o compromisso de participar das reuniões e encontros agendados, registrados em cronograma e divulgados pela coordenação com antecedência. Sendo reforçado esse compromisso, no artigo subsequente, 17º, que nos diz:

Nenhuma equipe poderá estar ausente às reuniões virtuais e presenciais, devendo sempre enviar um representante.

Parágrafo único. Os comprovantes de participação como membro da equipe OIIIPe só serão emitidos às equipes que se mantiverem em dia com sua atuação e responsabilidades,

Para finalizar as obrigações dos pesquisadores dentro do Observatório, temos o artigo 18º que propõe uma ação de solidariedade e colaboração, onde:

Sempre que um novo membro se juntar à equipe, a instituição que a convidou deverá realizar o acolhimento deste pesquisador, informando-o dos documentos necessários para estabelecimento de vínculo por meio de carta de apresentação para o novo membro, assim como auxiliando-o a se atualizar quanto ao processo da pesquisa anterior à sua chegada.

A definição de colaboradores está explícita na Seção VI, do Regimento Interno como pesquisadores, docentes, discentes e gestores das Universidades participantes ou de outras que, não sendo membros efetivos, queiram participar dos projetos desenvolvidos pelos membros.

Conforme artigo 20º, os colaboradores do OIIIPe podem, em função de projetos em concreto, assumir coordenação/responsabilidade de ações definidas pelo coletivo e também devem ter o compromisso de participar das reuniões, encontros e conferências organizados, desfrutando de direitos e deveres dos associados ainda que não sejam exclusivos dos membros efetivos (artigo 21º).

O Observatório ainda conta com mais de 90 (noventa) pesquisadores e colaboradores. Aqui ressaltamos somente as características dos coordenadores de cada IES e

suas participações no Observatório, tanto como líder quanto como equipe. Isto é de suma importância percebermos a atuação de cada instituição para que possamos realizar uma discussão mais rica e realista.

Os dados nos mostram que o artigo 15º vem sendo respeitado, ao passo que encontramos 56% (cinquenta e seis) das instituições participando das publicações dos dossiês, atendendo ao que diz respeito à produção científica, 36% (trinta e seis) já com seus relatórios de análises de dados dos questionários apresentados e todos os registros de encontros virtuais e presenciais devidamente elaborados.

Quando observamos os artigos 16º e 17º temos alguns destaques a fazer. O primeiro refere-se à ausência nas reuniões. Encontramos baixíssimas participações em reuniões virtuais, algumas até em declínio, como analisado anteriormente. Porém, mesmo não estando em consonância com o que determina o Regimento, essas instituições permanecem no observatório.

A segunda questão é sobre a emissão de comprovante de participação. Esta é uma ação que ainda não ocorre no grupo. Por diversas vezes se discutiu a retirada ou não de algumas instituições por conta de ausências em encontros definidos no cronograma anual do OIIIPe, porém esta é uma discussão que até o presente momento não teve fim.

A discussão em torno da questão da assiduidade nas reuniões nos traz uma outra questão que é a de orientação para a participação das instituições.

Para cada equipe é definida uma coordenação. E o envolvimento desse responsável pela coordenação, influi diretamente no compromisso que a equipe assume com o observatório. Averiguamos que quanto mais assiduidade tem o coordenador da equipe nas reuniões do OIIIPe, mais a instituição é participativa e compromissada. Percebemos isso nas tabelas que demonstram que algumas instituições participam ativamente de todas as ações propostas pela pesquisa, cumprindo os prazos e as metas. Quando relacionamos esses dados com a participação nos encontros, verificamos que as instituições que mais têm presença, mais têm produtividade. Isso porque tomam conhecimento do que está acontecendo, estudam e analisam os temas e propostas, contribuem para as decisões da rede e constroem juntos todas as estratégias de trabalho. E sempre que verificamos a ausência do coordenador de equipe, temos a justificativa de sua falta e a nomeação de um representante.

Em termos omniléticos, uma certa oscilação é perfeitamente previsível quando se trata de humanos em ação coletiva. As culturas, políticas e práticas que os participantes tanto constroem (ao irem tecendo suas Histórias) quanto a que são submetidos, inevitavelmente ‘esbarram’ nas dos outros participantes, criando uma avalanche de entrelaces que tanto

aumentam quanto podem diminuir, e mesmo cessar, sua participação. A consideração – sem chegada, por enquanto, a uma decisão final – que os que mais participam fizeram sobre a saída ou não, do projeto, daqueles que menos participam, reflete bem esta dialética entre as dimensões. Por outro lado, no viés da complexidade podemos especular uma série de outras ‘saídas’ para a situação: novas regras de participação, saídas temporárias, troca de equipe, mas não saída da instituição, e assim sucessivamente. O que vai determinar um final (que será, de todo jeito, sempre provisório) para esta situação será a própria dinâmica omnilética das equipes e universidades em jogo.

Referenciais Teórico Metodológicos Adotados pelo OIIIPe

Por se tratar de um projeto que vem construindo uma rede de colaboração intercontinental, o Observatório trabalha, igualmente, com a pesquisa colaborativa. De acordo com Desgagné (2007, p. 8), “a ideia de colaboração entre pesquisadores e docentes práticos [...] provém da constatação do distanciamento existente entre o mundo do exercício profissional e o da pesquisa que pretende esclarecê-lo”, uma vez que é comum que os pesquisadores determinem um lócus de pesquisa, apliquem seus instrumentos, coletem os dados e não apresentem uma devolutiva aos “sujeitos” da investigação.

Tal prática contribui para o distanciamento entre a universidade e a escola, pois o conhecimento assim construído não auxilia o professor a lidar com a complexidade das situações educativas com que se confronta no dia a dia (DESGAGNÉ, 2007). Ademais, é possível afirmar que o distanciamento também está presente dentro da própria universidade (ou das próprias universidades), a partir do momento em que os pesquisadores se encerram em suas pesquisas e não compartilham experiências com seus pares, por exemplo, ou, ainda, quando a gestão (reitorias, diretorias, coordenadorias) não toma conhecimento das atividades realizadas pelos pesquisadores dentro de suas instituições.

A pesquisa colaborativa pretende, portanto, romper com essa prática, visto que objetiva combinar, em uma mesma atividade, o ensino e a pesquisa mediante uma coconstrução que favorece tanto os pesquisadores quanto os “sujeitos” da investigação, os quais se tornam “atores sociais competentes”, isto é, atores que desempenham um “controle reflexivo” sobre seu contexto profissional (DESGAGNÉ, 2007, p. 23). No âmbito da universidade, a pesquisa colaborativa permite que os docentes, de maneira cooperativa, contribuam ativamente para a construção do conhecimento, reconhecendo a necessidade de administrar sua própria formação, considerando, para tanto, as estruturas organizacionais

(pesquisadores, docentes, discentes e gestão) responsáveis pelo planejamento de políticas para a instituição pesquisada.

Por se constituir como rede colaborativa e com grande diversidade de pessoas, lugares, culturas e saberes, e tendo ampliado o número de pesquisadores participantes de forma considerável, foi elaborado, coletivamente, ao final do primeiro semestre de 2017, um questionário (com 28 perguntas), cujo intuito foi conhecer melhor os pesquisadores integrantes da pesquisa, bem como suas percepções acerca do trabalho que vinha sendo realizado desde 2016. Dentre as perguntas havia questões de cunho pessoal, tais como idade, estado civil, nacionalidade, gênero, raça, orientação sexual e religião, e questões de caráter acadêmico e profissional, como instituição a que pertence, cargo ou função, formação, número de orientandos (na totalidade e que integram a pesquisa), participação, ações desenvolvidas na pesquisa e de que forma se articulam com os objetivos do projeto, oportunidades e desafios da pesquisa. Os dados recolhidos foram analisados e categorizados.

Para este trabalho, o questionário supracitado foi reaplicado, no ano de 2018, com o intuito de avaliarmos como a participação das equipes do Observatório evoluiu ao longo de todo o desenvolvimento de atividades da pesquisa.

Cunha (2010) apresenta como característica para uma ruptura paradigmática na docência, a gestão participativa. Este é um dos critérios apontados no projeto original da pesquisa desenvolvida pelo OIIIIPe, pois a participação efetiva das instituições demarca uma quebra na estrutura vertical de poder e que requer atitudes reflexivas frente ao conhecimento, pois pressupõe a diversidade de compreensões valorativas e habilidades para tratar com a complexidade.

Um dos desafios para que ocorra essa participação efetiva é saber como promover a articulação entre diferentes sujeitos sem negar e sem essencializar a diferença, mas promovendo processos críticos e criativos na relação entre diferentes sujeitos e conceitos. E isso deve ter início na atuação dos pesquisadores ligados ao Observatório.

Ampliar a discussão sobre a participação dos pesquisadores nas decisões e na construção das ações investigativas do Observatório, é imprescindível para a evolução da pesquisa com vistas à promoção da inclusão, da interculturalidade, da inovação pedagógica e da participação dessa rede colaborativa voltada para os estudos acerca da formação de docentes na Educação Superior.

Assim, pretendemos alcançar o objetivo deste estudo realizando um levantamento acerca da temática participação, a partir de uma análise dos questionários aplicados aos

pesquisadores do Observatório e da análise de dados de levantamentos das atividades desenvolvidas.

Bordenave (2002) esclarece que: "A participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder". Para o autor, ainda precisamos entender que este é um assunto novo, não discutido, talvez por isso a sociedade esteja sendo pouco participativa. Assim, devemos respeitar as características de participação de cada indivíduo:

Há pessoas tímidas e outras extrovertidas, umas gregárias e outras que gostam de certa solidão, umas que são líderes e outras que gostam de segui-los. [...] é necessário que as pessoas aprendam a se comunicar, quer dizer, a usar bem diversos meios de comunicação e debate que sejam produtivos e democráticos (BORDENAVE, 2002, p. 79).

Para verificar como se dá essa participação dentro do observatório, observamos as individualidades, as formas de participação e as potencialidades apresentadas. Respeitar os limites do outro e entender que todas as contribuições são importantes para o desenvolvimento do trabalho, é realmente um exercício para o desenvolvimento da consciência crítica e fortalece o grupo para as tomadas de decisão.

Estrutura de Planejamento e Encontros Coletivos

Desde o início da pesquisa, os encontros do Observatório são predominantemente virtuais, sendo dois presenciais por ano, um em cada semestre.

As primeiras reuniões virtuais do OIIIPe ocorriam de forma separada. As equipes das instituições foram separadas por região e os encontros virtuais ocorriam com a equipe de coordenação geral e mais duas ou três equipes no máximo. Na maioria das vezes, os encontros ocorriam através do Skype⁸. Para a coordenação do projeto ficava a tarefa de compilar, organizar e compartilhar as informações com os demais grupos. Assim, em 2016, foram realizadas 17 (dezesete) reuniões virtuais, com as equipes divididas em grupos, e 12 (doze) reuniões da coordenação geral para dar conta de toda a demanda.

De janeiro a abril de 2016, durante os encontros virtuais, as equipes construía seus projetos de forma coletiva. No mês de maio do mesmo ano, o Observatório realizou o seu primeiro encontro presencial. Este encontro, ocorreu no Rio de Janeiro (UFRJ), nos dias 11, 12 e 13/5, no Seminário Internacional de Inclusão em Educação: Universidade e Participação

⁸ software que permite comunicação pela Internet através de conexões de voz e vídeo (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Skype>)

4: Inclusão, Ética e Interculturalidade. Doze IES estiveram presentes, a saber: UPN, UCM, UNESP, UFBA, UNI-CV, UFC, IFC, UESPI, UFF, UVA, UFRJ e UFGD. Nele, todas as equipes presentes puderam se conhecer, o projeto foi tomando forma de construção coletiva, assim como a tarefa de pensar em um primeiro instrumento para verificação do conhecimento dos temas Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica dentro de suas instituições.

Ainda em 2016, até o fim de setembro, os esforços foram concentrados na construção do projeto, seus objetivos específicos, as justificativas de cada instituição, sua metodologia, suas metas, enfim, todo o embasamento teórico e organizacional. A partir de outubro, durante o segundo encontro presencial (20 e 21/outubro), na UNESP-BAURU, iniciou-se a construção do instrumento que seria aplicado nas instituições para início das investigações da pesquisa. Definido o público e os gestores das IES, foram surgindo ideias e sendo verificados alguns modelos de questionários para que pudessem abordar as três temáticas.

Em 2017, os encontros virtuais deixaram de ser separados, ou seja, deixaram de ser por equipes separadas, e passaram a ser somente um encontro para todo o grupo, realizado uma vez por mês, através do Adobe Connect⁹. Foram realizados 11 (onze) encontros virtuais com todas as equipes, 2 (dois) encontros presenciais e 19 (dezenove) reuniões de coordenação.

Nos primeiros meses do ano, os pontos de pauta eram: o questionário para gestores (construção do Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento – TCLE e formatação do instrumento pelo Survey¹⁰); o planejamento do primeiro encontro presencial do ano (em Teresina – UESPI); a disponibilização do DRIVE¹¹ de arquivos referentes ao OIIIPe para todas as equipes e a elaboração do Regimento Interno do Observatório.

Em maio (dias 24, 25 e 26), no Terceiro encontro do Observatório, foram criadas as comissões para a descentralização do trabalho da pesquisa, característica da rede colaborativa. No encontro ficaram definidas as seguintes comissões: comissão de acolhimento, para a inserção de novas instituições; comissão de mídia, para a implantação do site do OIIIPe; e a comissão de publicação, para o acompanhamento de periódicos e

⁹ software usado para criar informações e apresentações gerais, materiais de treinamento on-line, webconferência, módulos de aprendizado e compartilhamento de área de trabalho do usuário (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Software>)

¹⁰ Método de coleta de informações, diretamente a pessoas a respeito de suas ideias, feita através de questionários, que objetiva funcionar como um mecanismo exploratório, aplicado em uma situação de investigação inicial de algum tema, buscando não deixar que elementos críticos deixem de ser identificados, apresentando novas possibilidades que podem posteriormente ser trabalhadas (http://www.inovarse.org/sites/default/files/T11_0362_1839.pdf)

¹¹ Serviço de armazenamento e sincronização de arquivos do Google (https://www.google.com/intl/pt-BR_ALL/drive/download/backup-and-sync/)

organização de trabalhos acadêmicos. Uma definição importante também, foi a elaboração de um cronograma de estudos, segundo o qual se definia, para cada encontro, um texto relacionado às três temáticas era discutido pelo grupo.

No segundo semestre de 2017, foi aprovado o Regimento Interno do Observatório que definiu, em seu CAPÍTULO IV, sobre a estrutura de funcionamento do OIIIPe em dois artigos, a saber:

Art 7º – O OIIIPe funcionará por meio de reuniões mensais com todas as equipes.
 Parágrafo único - Estas reuniões mensais serão realizadas por meio de plataformas virtuais de trabalho, as quais serão providas por uma das universidades participantes;
 Art 8º – O OIIIPe terá duas reuniões presenciais por ano, uma a cada semestre.
 Parágrafo único – As universidades participantes se oferecerão para, alternadamente, sediarem as reuniões presenciais

Esta aprovação consolidou as atividades já existentes, contribuindo para a organização e solidificação do projeto.

O Quarto encontro presencial do Observatório foi realizado na UFSB (Campus de Itabuna/ Porto Seguro/ Bahia) nos dias 30 e 31 de agosto/2017. Foi a primeira experiência que o grupo teve de estar compartilhando a programação com outro evento, o *III Seminário Internacional (Cooperação Brasil- Quebec) Diversidade e educação inclusiva: perspectivas interdisciplinares e interepistêmicas*. Nas reuniões realizadas com as equipes do OIIIPe, ficou decidido que o grupo faria a elaboração de um questionário para os pesquisadores, com o objetivo de identificação do perfil dos participantes. Outra questão também definida foi a participação dos pesquisadores em dois editais de periódicos: Revista Educação e Fronteiras e a Revista Ibero-Americana.

Nos meses subsequentes, as reuniões virtuais do Observatório adotaram uma dinâmica diferente, onde o primeiro ponto de pauta era sempre o estudo. Em todas as reuniões ocorreram o estudo, porém algumas reuniões não alcançaram a discussão de todos os pontos de pauta, por conta dos estudos terem excedido o tempo determinado. Isso acarretou em atrasos de algumas atividades e decisões do Observatório.

Em 2018, ocorreram 14 (quatorze) reuniões de coordenação, 12 (doze) encontros virtuais e 2 (dois) encontros presenciais.

Logo no mês de janeiro, o dossiê para a Revista Educação e Fronteiras (Qualis B2), foi publicado. Este dossiê contou com a apresentação das professoras Mirlene Ferreira Macedo Damázio e Mônica Pereira dos Santos e mais as participações de 12 (doze) instituições do Observatório, distribuídas conforme quadro abaixo listados:

Tabela 15 Instituições que participaram de
publicação do dossiê da Revista Educação e Fronteiras

AMÉRICA DO SUL	
UCM (Chile)	1
UFGD (Mato Grosso do Sul)	3
UNESP-Bauru (São Paulo)	1
IFC (Santa Catarina)	1
UFMA (Maranhão)	1
UVA (Ceará)	1
UFRJ (Rio de Janeiro)	2
UFF (Rio de Janeiro)	1
UFOP (Minas Gerais)	1
UERJ (Rio de Janeiro)	1
UFJF (Rio de Janeiro)	1
AMÉRICA DO NORTE	
UPN (México)	1

Nos encontros do primeiro semestre, foram discutidas as participações no 56º Congresso Internacional de Americanistas (Salamanca – Espanha), onde o OIIIIPe dirigiu o Simpósio Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica: a Universidade em Foco, tendo havido a necessidade de atualização dos dados do projeto e seus pesquisadores no drive do Observatório e as mudanças acerca da oficialização da parceria entre as IES. Além disso, os preparativos do IV Encontro e a produção dos artigos que fariam parte dos dossiês das duas revistas, foram pontos de pauta durante todas as reuniões do primeiro quadrimestre de 2018.

Entre os dias 9 e 12 de maio, foi realizado o IV Encontro presencial do OIIIIPe, em Macapá. Neste encontro, avanços em termos de equipe foram observados. Foi criado um calendário para apresentação dos dados do questionário de gestores. E a partir daí

ficou definido que o questionário seria reaplicado somente caso houvessem novos gestores. O resultado dos dados da pesquisa com os participantes do OIIIPe também foi apresentado. Além disso, foi determinado que todos os participantes encaminhariam para a equipe de coordenação suas respectivas cartas de anuência para que os coordenadores fizessem o contato com as reitorias, no intuito de estabelecer um diálogo mais próximo acerca da oficialização da parceria.

Entre os meses de junho a outubro, durante os encontros virtuais, foram apresentados os dados das seguintes IES: IFC, UFOP, UESPI, UCM, UVA, UPN, UNESP, UFF e UFRJ. Durante este período também foram discutidas as organizações do VI Encontro do OIIIPe, que já estava definido de acontecer em Dourados, e o evento UP5, que havia sido programado inicialmente para acontecer no Ceará, em 2019. No entanto, por uma série de razões vinculadas aos pesquisadores da UFC, a participação desta equipe reduziu-se drasticamente, tanto no que tange ao cumprimento de tarefas quanto à participação nas reuniões virtuais.

Em meados de 2018 a Coordenação Geral do OIIIPe, percebendo que nenhuma ação havia sido iniciada no sentido de concretizar que o evento fosse em Fortaleza, colocou o assunto em pauta na reunião geral virtual de equipes, manifestando sua preocupação com o tempo curto que restava. Na discussão, surgiu a ideia de se o fazer em Cabo Verde, cuja equipe não estava presente à reunião. A Coordenação Geral do projeto ficou, então, de entrar em contato com a Profa. Ana Cristina, coordenadora da equipe Cabo Verde, para ver a possibilidade de se fazer o UP5 naquela universidade.

O convite foi prontamente aceito, mas com o decorrer do tempo percebeu-se que os custos inviabilizariam o evento. Dado o adiantado do tempo (já estávamos em dezembro de 2018), a Coordenação Geral assumiu para si a responsabilidade pelo evento e o programou, conseguindo financiamento da Capes. O evento se realizou nos dias 15, 16 e 17 de maio de 2019.

Em 17 de julho de 2018, no 56º Congresso Internacional de Americanistas, em Salamanca, ocorreu o Simpósio Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica: a Universidade em Foco, coordenado pelos pesquisadores Nicanor Rebolledo (UPN) e Mônica Pereira dos Santos (UFRJ). Neste simpósio, para surpresa da Coordenação Geral do Observatório, quase nenhum dos pesquisadores do OIIIPe, responsáveis pelos trabalhos aprovados, compareceu ao evento. Nem mesmo um dos coordenadores do próprio simpósio proposto, que é da equipe do México, compareceu. A Coordenadora do simpósio compareceu, sendo esta a mesma pessoa que coordena o OIIIPe

em geral. Além dela, um outro pesquisador, coordenador da equipe Chilena, participou. Os outros presentes eram trabalhos “de fora” do OIIIPe, o que gerou um certo clima de tensão no grupo.

Vários foram os motivos que trouxeram tensão a este caso. A primeira delas foi a escolha dos trabalhos. Diversos trabalhos foram aprovados pela comissão do Congresso, porém cada Simpósio tinha um número limite de participantes. Por este motivo, o Observatório definiu escolher alguns trabalhos de participantes e dar um número um maior de vagas para participantes inscritos no congresso, mas que não faziam parte da rede. Essa decisão foi tomada no intuito de podermos apresentar a mais pessoas o desenvolvimento de nossa pesquisa. Assim, apenas três trabalhos foram aprovados pelo observatório. No entanto, para participar do Simpósio, era necessário que a instituição arcasse com suas despesas. Esse fato impossibilitou a participação de todas as escolhidas a representar o observatório.

A Coordenação Geral do Observatório, indignada com a situação, problematizou a questão na reunião virtual seguinte, mas, lamentavelmente, o fato já havia acontecido. De todo modo, parece ter havido uma preocupação maior com a participação de algumas equipes (as que estavam presentes à reunião virtual) depois da ‘bronca’ ouvida e da discussão que se seguiu, assim como a Coordenação Geral também sofreu uma certa mudança de atitude em relação à questão. Isto mostra o movimento omnilético vivenciado, em que as dimensões em jogo definem, redefinem, autoorganizam e reorganizam as regras que vão compondo o jogo.

Os trabalhos aprovados, tanto os que foram como os que não foram apresentados por conta da ausência dos proponentes, são:

Tabela 16 : Instituições que participaram do
56º Congresso Internacional de Americanistas

AMÉRICA DO SUL	
UCM (Chile)	1
UNR (Argentina)	1
UESPI (Piauí)	1

No mês de setembro, o dossiê organizado pelo Observatório para a Revista Ibero Americana de Estudos em Educação (Qualis A2), foi publicado com a apresentação das pesquisadoras Mirlene Ferreira Macedo Damázio e Mônica Pereira dos Santos e ainda 19 (dezenove) artigos dos participantes do OIIIPe:

Tabela 17 Instituições que participaram de
publicação do dossiê da Revista Ibero Americana de Estudos em Educação

AMÉRICA DO SUL	
UCM (Chile)	1
UFGD (Mato Grosso do Sul)	2
UNESP-Bauru (São Paulo)	1
IFC (Santa Catarina)	1
UFMA (Maranhão)	1
UFSB (Bahia)	1
UVA (Ceará)	1
UFC (Ceará)	1
UFRJ (Rio de Janeiro)	1
UFF (Rio de Janeiro)	3
UFOP (Minas Gerais)	1
UNIFEI (Minas Gerais)	1
UFJF (Rio de Janeiro)	1
UESPI (Piauí)	1

Em outubro, durante os dias 24, 25 e 26, ocorreu o VI Encontro do Observatório, em Mato Grosso do Sul. Nele, foram apresentados dados sobre o desenvolvimento do projeto ao longo desses dois anos de existência, foram discutidas as metas para 2019, avaliadas as participações das instituições ao longo deste período e reajustados os participantes das comissões do site e das publicações. Este reajuste tornou-se necessário porque as equipes perceberam que as Comissões, cujos componentes se voluntariaram para delas fazerem parte, não estavam funcionando. Assim, isto foi discutido e novos nomes foram extraídos da reunião, também a partir de membros que se voluntariaram.

Nos meses de novembro e dezembro, foi apresentado um novo modelo de documento para a oficialização da parceria entre as instituições do OIIIPe, pautado numa formação de Rede, e ficou determinado também o calendário de 2019. Com tantas apresentações de dados para este ano.

Aqui abriremos um parêntese para falar sobre o novo modelo de documento para oficialização da parceria. Como dito anteriormente (em *Revistando a História*), em setembro de 2017 a Direção de Relações Internacionais (DRI), orientou que fossem preenchidos os formulários de Protocolo de Intenções e de Acordos entre Instituições para que pudesse ser gerado o documento oficial. Por conta da complexidade do acordo, pois são muitas instituições de diferentes esferas (instituições nacionais e internacionais de administração municipal, estadual e federal), e suas legislações acabam entrando em choque em algumas questões. Para tanto, a possível saída orientada pela DRI foi realizar um Acordo de Rede (*Acordo Específico de Cooperação para Criação da Rede Internacional e Intercontinental de Investigação Sobre Formação de Educadores em Perspectivas de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica*). A tramitação desse Acordo foi eleita como tarefa número 1 para o planejamento de 2019.

A única atividade confirmada para 2019, ainda em 2018, é o Seminário Internacional Universidade e Participação 5, que acontecerá no Rio de Janeiro (UFRJ) e abrigará o VII Encontro OIIIPe, em maio de 2019.

Objetivos e Metas estabelecidos

O Projeto de Pesquisa objeto desta dissertação foi construído a muitas mãos. Cada instituição de ensino superior apresentou seus objetivos específicos e seu público alvo. Dentro do projeto, algumas IES se uniram para apresentar seus objetivos específicos em conjunto. Como o projeto ainda se encontra em construção, 5 (cinco) instituições não apresentaram seus objetivos. Contudo, aqui apresentarei aquelas que já estão definidas e em andamento.

Tabela 18 Objetivos Específicos de cada instituição

AMÉRICA (DO SUL E DO NORTE)	
UCM (Chile) e UPN (México)	O intuito destas universidades é realizar uma pesquisa com estudantes de distintas pedagogias e acadêmicos responsáveis da formação de professores, com o propósito de

	conhecer suas ideias e práticas de aula em relação a interculturalidade, inovação e inclusão educativa dos distintos grupos que são objeto de discriminação ou marginalizados dos sistemas escolares formais: indígenas, migrantes, minorias étnicas, estudantes com distintas capacidades físicas e cognitivas, dissidentes sexuais e/ou genéricos, entre outros.
UNR (Argentina)	Pretende realizar estudos dirigidos à compreensão do Mercosul Educacional e da inovação pedagógica em relação à pesquisa e seus desdobramentos, com foco na Formação de Professores.
UFGD (Mato Grosso do Sul)	Propõe realizar pesquisa-ação crítico colaborativa com os professores, visando aperfeiçoar a ação docente e a matriz, dos currículos dos cursos de licenciaturas da UFGD; criar novos ambientes de aprendizagens, privilegiando a formação de professores dimensionada e contextualizada com as novas pautas e paradigmas educacionais atuais; promover uma rede de saberes entre as licenciaturas da instituição.
UNESP-Bauru (São Paulo)	Tem seu foco nos Cursos de Licenciatura e pretende realizar uma investigação com os graduandos sobre as atitudes com relação à inclusão e verificar se estas se modificam do primeiro para o quarto ano do curso.
IFC (Santa Catarina)	Apresenta como objetivos específicos a realização de investigação etnográfico-digital sobre a formação de educadores, levantando as concepções acerca dos conceitos de inclusão e interculturalidade, mapeando propostas de ação e experiências inovadoras acerca destes conceitos em relação à formação docente e identificando dispositivos colonizadores das relações culturais, sexistas, políticas e práticas que permeiam o cotidiano de inclusão e interculturalidade, com foco na Formação de Professores.
UFMA (Maranhão)	Propõe desenvolver abordagens direcionadas para a inovação pedagógica, que envolvem o estudo dos sons nas diferentes culturas. Apresentamos a potencialização da exploração e

	<p>mapeamento da paisagem sonora com vistas à criação artística e a propiciar inovação pedagógica com foco nas regiões interioranas do Delta do Parnaíba até a cidade de São Bernardo-MA, região conhecida como baixo Parnaíba. Outra abordagem reside no seio do próprio curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos/Música, quando através da visão e da experiência do fazer musical em grupo se propõe refletir sobre a formação de professores música e a possível contribuição da música na formação de professores, em geral.</p>
UEAP (Amapá) e UNIFAP (Amapá)	<p>Realizar pesquisas científicas relativas à interculturalidade, inovação pedagógica e inclusão na formação de professores e demais profissionais da educação, com ênfase nas temáticas etnicorraciais (negros e indígenas), de gênero, idosos, das pessoas com deficiência e proporcionar discussões e intervenções nas instituições, direcionados para os Cursos de Licenciaturas.</p>
UVA (Ceará) e UFC (Ceará)	<p>Apresentam os mesmos objetivos específicos entre si, porém com público alvo diferente. Ambas instituições pretendem realizar uma investigação-intervenção nas Universidades citadas sobre o desenvolvimento da noção de interculturalidade utilizada nas licenciaturas interculturais como estratégia de fortalecimento de processos identitários étnicos/de subjetivação e efetiva inclusão. Sendo que a UFC tem seu foco para os povos indígenas e a UVA para a formação de professores.</p>
UFRJ (Rio de Janeiro), UFF (Rio de Janeiro) e UERJ (Rio de Janeiro)	<p>As instituições do Rio de Janeiro têm como público alvo a Faculdade de Educação. Seus objetivos específicos são: mapear propostas de ação e experiências acerca destes conceitos em relação à formação docente e identificar dispositivos colonizadores das relações culturais, políticas e práticas que permeiam o cotidiano de inclusão e interculturalidade.</p>
UFOP (Minas Gerais)	<p>Além dos cursos de licenciatura, tem em seu público alvo o curso de Pedagogia, apresentando a proposta de investigar como,</p>

	e em que medida, os princípios da inclusão e da interculturalidade foram incorporados nos projetos pedagógicos nos discursos dos docentes vinculados a esses cursos.
UFJF (Rio de Janeiro)	Realizar pesquisa em conjunto com o Colégio de Aplicação João XXIII com o propósito de gerar sensibilização, reflexão, novas experiências e olhares, bem como proposições, sugestões de transformações e apontamentos, por parte de alunos, professores, bolsistas e técnicos administrativos educacionais (TAEs), a partir de ciclos de cinema e debates, com a apresentação de filmes (curtas e longas) que abordam a temática da inclusão, inclusão interculturalidade e inovação pedagógica. Pesquisar o programa de imagem institucional desenvolvido no âmbito da UJFF no que tange às políticas e ações afirmativas.
UESPI (Piauí)	Tem como propósito trabalhar os cursos de formação de professores, no intuito de realizar investigação intervenção nos documentos institucionais ou diretrizes, nos projetos e programas de pesquisa e extensão das universidades citadas, no sentido de identificar as contradições e perspectiva emergentes nas propostas de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica dos referidos documentos e suas ações.
EUROPA	
UCO (Espanha)	pretende obter informação sobre o nível de formação do corpo docente universitário em relação à inclusão educativa (culturas, políticas e práticas). identificar as atitudes referentes à diversidade cultural no alunado da Faculdade de Ciências da Educação.
ÁFRICA	
UNI-CV	propõe a identificar até que ponto elementos de interculturalidade e inclusão se manifestam nos currículos e nas práticas de formação de educadores nas Instituições de Ensino Superior públicas cabo-verdianas e a analisar a práxis de formação de educadores das IES públicas cabo-verdianas numa

	perspectiva endógena e descolonizadora.
--	---

As demais instituições participantes do Observatório ainda não incluíram no projeto básico seus objetivos e alvos.

Em relação às metas, o grupo de pesquisadores elencou seus propósitos por ano. Para o primeiro ano ficou definido que ocorreriam encontros virtuais e presenciais, intercâmbios, para estudos e construção metodológica e epistemológicas do projeto de pesquisa, além da criação de um ambiente virtual para o armazenamento das informações coletadas.

Para o segundo ano, a meta estabelecida foi a aplicação dos instrumentos de coleta de dados das instituições participantes.

No ano 3, o tratamento específico e coletivo dos dados e a análise e revisão do projeto.

Para o quarto e último ano, a finalidade é a análise e escrita colaborativa entre as IES de um livro, contendo os achados da pesquisa.

A produção científica e o fortalecimento do Observatório através da construção de cursos e intercâmbios que promovam a inclusão, a interculturalidade e a inovação pedagógica, são resultados previstos ao longo de todo o desenvolvimento dessa pesquisa.

Objetivos e Metas Alcançadas

O OIIIIPe tem como objetivo geral, a investigação de questões voltadas para inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica nas instituições participantes. Essa investigação pode ser observada através do desenvolvimento dos subprojetos e também das realizações de ações/atividades comuns. O compartilhamento de informações e a realização dos procedimentos comuns, como a aplicação do questionário para gestores, fazem com que o Observatório se evidencie como uma rede colaborativa.

E, para o alcance das metas estipuladas pelo projeto, a participação de todos é de suma importância. Principalmente quando falamos de metas qualitativas e não quantitativas. Neste item daremos atenção apenas ao que for quantitativo.

Para tanto, faremos um panorama das metas alcançadas ao longo dos três anos de desenvolvimento do projeto (2016, 2017 e 2018).

Em relação aos encontros foram realizados 40 (quarenta) encontros virtuais e 6 (seis) presenciais, conforme metas estabelecidas. Um drive contendo as informações coletadas e armazenando documentos, textos e todo o acervo audiovisual do OIIIIPe também foi uma das metas alcançadas pelo projeto.

Cerca de 50% das instituições participantes já fizeram a aplicação do questionário e os outros 50% já estão em fase de coleta de dados. Sendo que boa parte do grupo que já coletou os dados, já fizeram suas análises.

A publicação dos dois dossiês e dos anais dos encontros presenciais, contribuem positivamente para a contabilidade das publicações acadêmicas estimadas no projeto.

No que se refere às metas referentes ao fortalecimento do Observatório, podemos observar que outras redes estão sendo formadas para desdobramentos de pesquisas afins. Os intercâmbios entre pesquisadores, tanto relacionados à orientação de alunos de pós-graduação como relacionado a publicações e formações, estão ocorrendo com maior frequência. Ainda existem metas de fortalecimento a alcançar, como a formalização da parceria entre as IES. No entanto, o projeto encontra-se em construção e execução, fato que corrobora para o alcance da referida meta. Há de se convir que a rede está estabelecida e se mantém fortalecida ao passo em que as atividades/ações conjuntas estão sendo realizadas de forma colaborativa e contínua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica, ao mesmo tempo que propõe uma pesquisa com o objetivo de investigar contradições e perspectivas emergentes em propostas e experiências de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica desenvolvidas no processo de formação de educadores em universidades nacionais e internacionais, é um elemento de sua própria pesquisa. Através do desenvolvimento das ações das instituições de ensino superior participantes desta rede, podemos constatar que existem perspectivas emergentes nas temáticas estudadas, pois as próprias atividades são disparadoras desse processo.

O OIIIPe apresenta uma diversidade metodológica que é desafiadora, pois alguns pontos que podemos considerar positivos, em dados momentos podem ser negativos no desenvolvimento da pesquisa. Para exemplificar, destaco a utilização de aplicativos, softwares e outras inovações tecnológicas que tenham ampliado as possibilidades comunicacionais, permitindo, assim, maior entrosamento entre os membros de diferentes regiões e/ou países, e que ao mesmo tempo representa um desafio (a ser superado) para algumas equipes do projeto. Nem todos os membros tem habilidades com plataformas digitais e/ou mídias que sejam mais atualizadas. Isso faz com que, muitas vezes, membros não estejam atuantes como o desejado, conseqüentemente, esse é um fato que se constitui em barreira à participação. A inovação pedagógica, também constante nessa questão, deve ser explorada nas instituições. Esse é um exemplo de como precisamos desenvolver este tema na formação de professores, também alcançando os gestores.

No primeiro ano de desenvolvimento do projeto, 2016, o trabalho foi voltado para a construção da base da pesquisa. Toda a parte de objetivo, metodologia e estruturas de composição do projeto foram o foco principal do Observatório. Foi um grande exercício de interculturalidade, pois as questões culturais, históricas, os conhecimentos administrativos e acadêmicos de cada instituição teve que ser observado, respeitado e adequado a um só objetivo. Somente a condução de instituições de ensino superior de diversos países, com suas especificidades (esferas municipais, estaduais e federais), em diferentes campos acadêmicos e distintos públicos-alvo, já oferece dados para investigações em inúmeras vertentes. Desta forma, podemos enxergar o OIIIPe como um objeto de estudo farto e rico em resultados voltados para as temáticas propostas em seu próprio pilar de pesquisa.

Todos os estudos decorrentes desse primeiro ano de estrutura, fizeram com que os pesquisadores entendessem a necessidade de se produzir material que explore as temáticas

que se apresentam de maneira tão incipiente dentro do universo acadêmico, pois até o presente momento encontramos manifestações sobre os conceitos de sobre inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica muitas vezes de formas homônimas e evasivas. Essa foi uma das questões que desencadearam na necessidade de verificar nas próprias instituições quais as concepções dos gestores acerca das temáticas abordadas pelo Observatório. Mapear propostas de ação e experiências sobre estes conceitos em relação à formação de educadores e identificar dispositivos colonizadores nas relações que permeiam o cotidiano das referidas universidades foi mais um desafio das equipes desta rede.

Assim sendo, em 2017, o foco dos trabalhos das equipes foi a aplicação do questionário voltado para os gestores em suas instituições. Porém, foram identificados alguns entraves no desenvolvimento desta ação. Um dos obstáculos encontrados foi conseguir acesso aos gestores, público-alvo da pesquisa. A comunicação, seja virtual ou pessoal, foi uma das barreiras constantes para o desenvolvimento desta ação, observada em todas as instituições. Isso fez com que ocorresse um atraso dos prazos estipulados para a coleta e análise de dados. Verificamos que muitas equipes tinham esse ponto como negativo e desestimulante do processo. Avaliamos que este foi um dos pontos que corroboraram para baixa participação das equipes nesta ação, em um primeiro momento.

Para identificar que estratégias a mais poderiam ser construídas na direção de uma maior participação e interação dos gestores das instituições na pesquisa, foi elaborado, coletivamente, um questionário para os próprios pesquisadores. O fato de se constituir como rede colaborativa e com grande diversidade de pessoas, lugares, culturas e saberes, e, tendo ampliado o número de pesquisadores participantes de forma considerável, fez com que o Observatório tivesse a necessidade de entender melhor as percepções de seus integrantes. Identificar o perfil dos pesquisadores e como estes se articulam com os objetivos do projeto, oportunidades e desafios da pesquisa, contribui para o entendimento da participação de cada equipe na pesquisa, podendo auxiliar na percepção de novas estratégias para apuração de dados dos gestores.

Os dados apresentados na pesquisa com os integrantes das equipes, reiteram as dificuldades comunicacionais e, conseqüentemente, de participação de algumas equipes do Observatório, apontadas anteriormente. Desde a construção do projeto, constatamos que a distância e as especificidades regionais, traziam dificuldades no quesito comunicação. Por isso a escolha de diferentes metodologias e ferramentas tecnológicas para o desenvolvimento da pesquisa. No entanto, ainda precisam ser pensados e recriados instrumentos que facilitem o

desenvolvimento das ações e interlocuções, numa tentativa de reversão destas barreiras à participação de muitos pesquisadores.

Essa barreira na comunicação, não traz só dificuldade para a participação dos pesquisadores e de seu público-alvo. Ela também contribui, muitas vezes, para o não entendimento dos objetivos da pesquisa, o que gera desdobramentos negativos como a baixa produção científica do Observatório e a dificuldade no fortalecimento do trabalho colaborativo. Isso pôde ser observado também pela baixa participação de orientandos de integrantes das equipes, o que demonstra uma dificuldade de articulação entre a teoria e a prática de pesquisa. Este dado deve ser considerado, pois um dos objetivos do OIIIPe é o fortalecimento da rede de colaboração acerca das temáticas exploradas.

Outro dado que podemos destacar no que diz respeito à participação, colhido no questionário dos pesquisadores, é o perfil de elitização e hierarquização da pesquisa científica, pois constatamos que, em 2017/2018 os integrantes do Observatório tinham a a identidade feminina, branca, heterossexual e católica, presente nas instituições de ensino superior, especialmente doutores nas faculdades de educação. Tais fatores possibilitam a reflexão acerca da composição da equipe de pesquisadores, tendo em vista que o objetivo principal do projeto é, fundamentalmente, investigar os dispositivos colonizadores que permeiam os espaços de formação de professores.

Diante de todo o explicitado acima, em 2018, pudemos observar que ocorreu minimização de entraves apresentados. Exemplo disso foram as publicações dos dossiês, que contaram com a participação de mais de 50% das equipes integrantes, e a possibilidade de se manter a aplicação do questionário dos gestores, ao longo do processo, levando em consideração as mudanças de gestão. Dado este que pode enriquecer as análises, uma vez que as equipes podem avaliar os avanços e retrocessos das temáticas, mediante as posturas gerencias dos gestores em seus mandatos. O fortalecimento da comunicação entre os membros e a necessidade de descentralização das atividades do Observatório, também foram pontos importantes que permearam o ano de 2018. Através do Regimento foi possível visualizar as responsabilidades que devem ser assumidas ao ingressar no OIIIPe, dividí-las em comissões e organizar, de forma horizontal, as rédias desta rede de colaboração.

Todas essas considerações incitam na reflexão sobre alternativas eficazes para melhor atender às demandas apresentadas (como as dificuldades tecnológicas e comunicacionais, por exemplo), levando em conta os princípios de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica que requerem participação plena de todo e qualquer indivíduo em todos os âmbitos sociais.

Investigar a participação dos pesquisadores do Observatório, fez com que identificássemos como é complexo desenvolver atividades de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica.

Primeiro pela diversidade de culturas, políticas e práticas de cada instituição, que abarcam hábitos, conceitos, atitudes e uma série de outras características que enriquecem todo o processo. Depois pelas ferramentas utilizadas pelos pesquisadores, que se apresentam como inovadoras (pedagógica ou tecnologicamente falando).

Esse enriquecimento vem acompanhado de muitos momentos de divergências/convergências, discussões/acordos, teorias/práticas. Construir espaços de inclusão é um processo complexo, pois você precisa permitir que existam, dentro do espaço em que coabita, conceitos e práticas que são desconhecidas, desconsideradas ou excluídas de seu cotidiano. Ao mesmo tempo em que existe o prazer de conhecer coisas novas, enxergar por novas ópticas e prospectar novos caminhos, existe o incomodo de se deparar com aspectos que contrariam suas convicções, não são bons aos seus olhos e te fazem repensar o caminho mais adequado.

Essa dualidade de conhecimentos, práticas e sentimentos, gera um grande desafio. Principalmente de colaboração. Como colaborar com uma questão que não concordo? Como entender que o melhor para todos está acima do que eu entendo como melhor para mim (minha instituição)?

É difícil desvincular a atuação do pesquisador, principalmente do coordenador de equipe, da atuação da instituição. Abordamos aqui esse assunto, pois observamos que o pesquisador-coordenador de equipe é quem dá o tom da participação da instituição dentro da rede.

A rede colaborativa necessita da participação de todos. E de que forma ocorre essa participação? Dentro do OIIIPE pudemos observar diferentes formas de participação. Das instituições que já iniciaram de fato sua inserção na rede, vamos classificar como as que contribuem e as que se comprometem com o desenvolvimento do processo.

Dessa forma, podemos dizer que todas as instituições que estão contribuindo com o Observatório. Essa contribuição consiste no reconhecimento e apoio que todas elas concedem ao OIIIPE a partir do momento em que se interessam e se inserem nessa rede tão ampla e heterogênea. Todas as IES apoiam a rede seja com a aplicação do questionário, com a apresentação de seu subprojeto, com a escrita de um artigo para publicação, com um texto para o estudo mensal, enfim, todas contribuem de alguma forma e em algum momento.

Porém nem todas se comprometem. O comprometimento requer envolvimento, pactuação. As instituições que estão comprometidas com o OIIIPE procuram cumprir com todas as “obrigações” construídas ao longo do processo. Obrigações construídas por elas mesmas. Estas estão sempre presentes nas atividades, desenvolvendo as ações propostas, discutindo os rumos e estratégias, pensando as temáticas, estruturando a rede.

Todas as IES apresentam dados importantes para a pesquisa. Até as que ainda não iniciaram suas atividades, fazem deste fato um dado a ser estudado.

Pudemos, a partir da elaboração e execução desta pesquisa, observar que as atividades/ações propostas tem sido construídas pelas instituições comprometidas e executadas por todas as instituições contribuintes.

No início, e por estar inserida como pesquisadora da rede, existia o pré conceito de que poucos eram os participantes efetivos do Observatório. Este foi um dos motivadores deste trabalho. Ao longo desta produção, o conceito foi se transformando, ressignificando. A participação transcende ao envolvimento. Mesmo as IES que não estão colaborando de forma permanente e contínua, contribuem com a rede quando participam de ações pontuais.

Ao finalizar as análises, as considerações levantadas são de que a participação existe de fato. O que precisa ser levado em consideração é, como esta participação está ocorrendo e de que forma colabora para o fortalecimento da rede. As IES que participam de forma comprometida, ao passo que assumem maior responsabilidade, assumem também maior conhecimento, produção e projeção. Essa participação contribui com o fortalecimento da rede. As IES que apenas participam de forma pontual, contribuem para a composição da rede.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 39-50, julho, 2001.

BOOTH, T; AINSCOW, M. Index para Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. Tradução: Mônica Pereira dos Santos, PHD. Produzido pelo Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE), 3ª edição, RJ, 2011.

CAMARINHA-MATOS, L. M.; AFSARMANESH, H. - Collaborative networks: A new scientific discipline, J. Intelligent Manufacturing, vol. 16, Nº 4-5, pp439-452, 2005.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COELHO, M.B.; PISETTA, M.A.A.M. Inclusão, arte e docência: caminhos para a inovação pedagógica - Rev. Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, SP, Brasil, v.13, n. esp. 2, set. (2018)

DAMÁZIO, M.F.M; SANTOS, M.P Retratos da educação superior – inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica- Rev. Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, SP, Brasil, v.13, n. esp. 2, set. (2018)

DESLAURIERS J. P. Recherche Qualitative. Montreal: McGraw Hill, 1991

FACCIN, K.; Capital Social e competitividade em redes colaborativas vitivinícolas das serra gaúcha: estudo de casos das redes APROVALE e APROBELO, Dissertação Universidade Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2010.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andres Pablo. Desafios da parceria governo e terceiro setor. Revista de Administração, São Paulo, v.33, nº 1, pág. 12-19, 1998.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONTELES, J.M; LUSTOSA, F.G Inovação pedagógica, inclusão e interculturalidade na formação de professores com formação em pedagogia e educação indígena na Universidade Federal do Ceará - – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 13. n. esp. 2, p. 1281-1300

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. Projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LUCHMAN, Ligia Helena Hahn. Os sentidos e desafios da participação. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, FAFICH/UFMG – Belo Horizonte/MG, junho de 2006.

MALHOTRA, Naresh. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MÉSZÁROS, I. O conceito de Dialética em Lukács. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, M. C. de S.; GOMES, S. F. D. R. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 34ª edição, Petrópolis – RJ, Editora: vozes, 2015.

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. 4ª. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

OLIVIERI, Laura. A importância histórico-social das Redes. Rede de Informações para o Terceiro Setor, jan/2003.

PINTO, C. C.; SOTILLE, S. S.; SILVEIRA, M. A. P. A gestão do conhecimento por meio de redes colaborativas: um estudo na Rede da AIESEC no Brasil - Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, v. 4, n. 1, 2017.

POZZEBON (M.) e FREITAS (H.). Por um conjunto de princípios que possibilitem a construção de novos modelos de sistemas de informação. São Paulo: RAP, v. 31, nº 5, Set/Out. de 1997, p. 87-104

SALVADOR, A. C. Ação Afirmativa no Ensino Superior: Estudo da Política de Inserção de Alunos Pobres e Negros na PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, M. P. Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica. Projeto de Pesquisa apresentado à Plataforma Brasil e aprovado pelo parecer nº 1.727.018, 2016.

SANTOS, M.P; LIMA C.B; ALMEIDA, M.S.N - Inclusão no Ensino Superior pela lente omnilética: um foco na formação docente- Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, p. 825-839, dez., 2018

SANTOS, M.P; SANTIAGO, M.C; NASCIMENTO, L.M.F Histórico de formação e consolidação de uma pesquisa em rede colaborativa: um foco no OIIIPe e no LaPEADE- Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 13. n. esp. 2, p. 1236-1251

SANTOS, Mônica Pereira dos. As Contribuições do Index para a Inclusão na Formação Continuada de Professores. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v.2, n.1, p. 89-102, Jan.-Jun., 2015a.

_____. Dialogando sobre inclusão: contando casos e (des)casos. Curitiba, PR: CRV, 2013.

_____. Inclusão, Direitos Humanos e Interculturalidade: Uma Tessitura Omnilética. In: Castro, Paula A. (org.) Inovação, Ciência e Tecnologia: desafios e perspectivas na contemporaneidade. Campina Grande: Editora Realize, 2015b.

_____. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. Revista da Faculdade de Educação da UFF, no. 7, maio 2003, p.78-91.

SILVA, F.L G.R.; FERNANDES, S.R.S.F.; FLEURI, R. Inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica problematização de práticas e de percepções de docentes, discentes e coordenadores - Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Vol. 13, Nº. Extra 2, 2018, págs. 1265-1280

RODRIGUES, E.O; GALVÃO, S.V. O Ensino Superior e as Diretrizes para a Formação de Professores: Um olhar Omnilético sobre a Inclusão em Educação - Didática e Prática de Ensino na relação com a Sociedade- Anais EdUECE - Livro 3 – pág. 2872-2882

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXOS

ANEXO A - Questionário gestores

1. Qual a sua função em sua universidade?
2. Em que setor, centro ou universidade você trabalha?
3. Como você define inclusão em educação?
4. Como você define interculturalidade em educação?
5. Como você define inovação pedagógica?
6. Inclusão, vista em uma perspectiva omnilética, assume como ponto de partida a relação dialética e complexa entre três dimensões em que se manifesta a vida: culturais, políticas e práticas. Neste sentido, a cada nova mirada na realidade, reconhecemos a complexidade (que é lógica, ética, auto-organizadora e exponencial em possibilidades) e a dialeticidade (totalizante, dinâmica, tensional e desveladora) presentes nas relações existentes entre valores e crenças (culturas), políticas (intenções e decisões que objetivam orientar ações) e práticas sociais (as ações propriamente ditas). Tomando como base essa definição, que orientações existem em sua universidade sobre a temática da inclusão em educação (você pode citar o PDI, o Estatuto, Programas curriculares, etc.)?
7. Na perspectiva intercultural, o ponto de partida se dá pela assunção das diferenças como condição para avançar em concepções e práticas de educação, de docência e de formação, que favoreçam a compreensão dessas concepções em diferentes contextos históricos e nacionais, repensando e desconstruindo os padrões classificatórios e normatizantes presentes no universo educacional. Tomando como base essa definição, que orientações existem em sua universidade sobre a temática da interculturalidade em educação (você pode citar o PDI, o Estatuto, Programas curriculares, etc.)?
8. Inovação pedagógica é compreendida como aquelas práticas que rompem com o paradigma da racionalidade técnica, baseada, entre outros aspectos, em lógica disciplinar e na pura transmissão de conhecimentos científicos. As práticas formativas inovadoras requerem inovação curricular na universidade, um currículo que reconheça as diferenças, o desenvolvimento de posturas investigativas e o fortalecimento dos saberes mediante a participação ativa dos estudantes, entre outros aspectos. Tomando como base essa definição, que orientações existem em sua universidade sobre inovação pedagógica (você pode citar o PDI, o Estatuto, Programas curriculares, etc.)?

9. Levando em conta as definições da pergunta anterior, descreva alguns exemplos que você considere práticas de inclusão em sua universidade.
10. Levando em conta as definições da pergunta anterior, descreva alguns exemplos que você considere práticas de interculturalidade em sua universidade.
11. Levando em conta as definições da pergunta anterior, descreva alguns exemplos que você considere inovação pedagógica em sua universidade.

ANEXO B - Questionário pesquisadores

1. Instituição
2. Função
3. Formação
4. Idade
5. Nacionalidade
6. Naturalidade
7. Gênero
8. Orientação Sexual
9. Raça
10. Religião
11. Tem filhos?
12. Quantos?
13. Qual a idade dos filhos?
14. Qual o número de orientandos em graduação?
15. Qual o número de orientandos em pós-graduação?
16. Qual o número de orientandos vinculados ao OIIIIPe?
17. Quando você começou a participar do OIIIIPe? (mês e ano)
18. Como foi esse processo?
19. Desde sua entrada no OIIIIPe, quais ações foram desenvolvidas até hoje?
20. Como elas se articulam ao objetivo geral do OIIIIPe?
21. A quais objetivos específicos elas se articulam, e como?
22. Alguma política institucional de inclusão, interculturalidade ou inovação pedagógica, foi produzida após sua entrada no OIIIIPe na sua instituição? Qual(is)?
23. Que produções científicas você desenvolveu que estejam vinculadas ao OIIIIPe desde sua entrada no projeto (Eventos científicos, Publicações, Encontros do OIIIIPe, GTs, Atividades de Extensão, Programas, etc...)?
24. Como você descreveria sua participação no OIIIIPe até o presente momento?
25. Que oportunidades o OIIIIPe representou para você até o presente momento?